

PROTOCOLO GERAL
NUP: 64043.000665/2024-85



PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 05 - 2024 – 5º BEC

SEÇÃO: SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO CEL CARLOS ALOYSIO WEBER)

OBJETO Pregão Eletrônico para aquisição de combustíveis para obra de Jarú a cargo do 5º Batalhão de Engenharia de Construção.

INTERESSADO 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

ASSUNTO PROCESSO SRP 05/2024

ANEXOS PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 05/2024

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
1 – CJU-RO				19			
2 –				20			
3				21			
4				22			
5				23			
6				24			
7				25			
8				26			
9				27			
10				28			
11				29			
12				30			
13				31			
14				32			
15				33			
16				34			
17				35			
18				36			

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

**TERMOS DE ABERTURA E
AUTORIZAÇÃO PARA
ABERTURA DO PROCESSO**

EN BRANCO

EN BRANCO

EN BRANCO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER**



TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

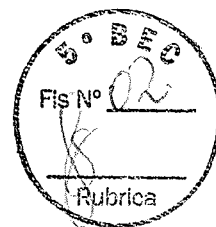
ABRO, nesta data, o I volume dos autos do processo Administrativo Processo Administrativo: 64043.000665/2024-85, que tem como assunto o Pregão Eletrônico SRP 05/2024 Tipo: Menor preço, cujo objeto é a aquisição de combustíveis para obra de Jarú, para suprir as necessidades do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, que se inicia nesta folha nº 001.

Quartel em Porto Velho-RO, 20 de fevereiro de 2024.

[illegible][illegible]



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER



TERMO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO (SRP) Nº 05/2024

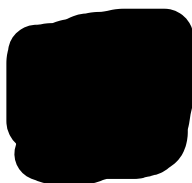
Processo Administrativo: 64043.000665/2024-85

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP 05/2024

Tipo: Menor preço, com critério de julgamento de maior desconto

Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, autuo nesta data, o Processo Administrativo referente à licitação acima indicada, cujo objeto é a aquisição de combustíveis para obra de Jarú, para suprir as necessidades do 5º Batalhão de Engenharia de Construção.

Quartel em Porto Velho-RO, 20 de fevereiro de 2024.



Ordenador de Despesas – J. BEC

EM BRANCO



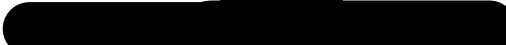
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER)

JUSTIFICATIVA PARA USO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

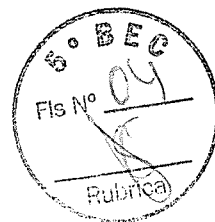
O procedimento licitatório deverá transcorrer no Sistema de Registro de Preços regulado pelo Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em observância ao Art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Pelas características do material a ser adquirido, há necessidade de aquisições frequentes e a aquisição dos bens tem como previsão entregas parceladas, em **conformidade com o inciso I e II, do artigo 3º do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.**

Porto Velho-RO, 20 de fevereiro de 2024.


 - Ten Cel
Ordenador de Despesas – 5º BEC

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

**APROVAÇÃO DO TERMO DE
REFERÊNCIA**

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER



NUP: 64043.000665/2024-85

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA/ AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

1. DA SOLICITAÇÃO

A Seção Técnica encaminhou o **DIEx nº 01/4ª Seção** cujo objeto é a aquisição de combustíveis para obra de Jaru a cargo do 5º Batalhão de Engenharia de Construção.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme estudos preliminares.

3. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

3.1. Conforme Boletim Interno nº 24 de 06 de fevereiro de 2024.

4. DO QUANTITATIVO

4.1. Conforme formalização da demanda, anexa aos autos.

5. DOS LIMITES DA CONTRATAÇÃO PARA ATIVIDADE DE CUSTEIO

5.1. O Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, estabeleceu limites e instâncias de governança para a celebração de novos contratos relativos a atividades de custeio no âmbito do Poder Executivo Federal.

5.2. A contratação em epígrafe não é **considerada contratação de receita**, pois visa atender às necessidades desta Organização Militar para o cumprimento de atividades de apoio e adestramento da tropa realizando obras de infraestrutura.

5.3. A condição acima está visa atender o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 656/2020, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e o Exército Brasileiro (EB) em 02 de outubro de 2020, acordo de cooperação assinado Art. 2º da Portaria do Comandante do Exército nº 534, de 02 de junho de 2020, que dispõe sobre instâncias de governança para a celebração ou prorrogação de contratos administrativos, no âmbito do Exército Brasileiro, conforme se segue:

Art. 2º Os limites e restrições nesta portaria não se aplicam:

(...)

II - às despesas financiadas com recursos de instrumentos de parceria (termo de execução descentralizada e convênios de receita)

Parágrafo único. Os instrumentos de parceria firmados para execução direta de obras e serviços pelo Exército Brasileiro pressupõem a

autorização dos respectivos concedentes para a realização de contratações necessárias à sua realização, independente de novas autorizações pontuais, desde que respectivos processos administrativos contenham informações relativas ao instrumento de parceria e à origem dos recursos.

6. DA MISSÃO CONSTITUCIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

6.1. A Lei Complementar nº 97, de 1999, determina que compete ao Exército cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante (art. 17- A, inc.II).

7. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

Atendendo ao Art. 17A da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

I - Contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao Poder Militar Terrestre; (Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004).

II - Cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante; (Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004).

7.1. Possibilitar ao Exército cooperar com Desenvolvimento Nacional e o Adestramento de seus quadros, mantendo em nível elevado a capacitação operacional na área de engenharia de construção de forma permanentemente ajustada à Doutrina Militar terrestre para atuar, eficazmente, no apoio às operações militares de combate e logística.

8. DA PESQUISA DE PREÇO

8.1. O valor de referência foi aferido através do Mapa comparativo de preço extraído conforme declaração de conformidade da pesquisa de preço anexa ao processo.

9. DOS RECURSOS

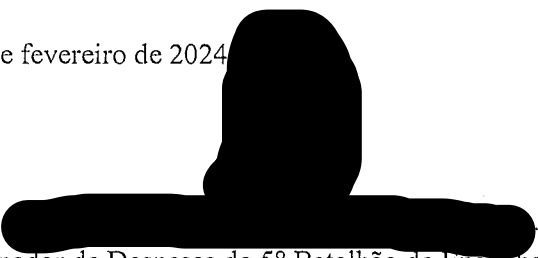
1.1 Contratação para atender (TED) nº 656/2020, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e o Exército Brasileiro (EB) em 02 de outubro de 2020.

1.2 DA APROVAÇÃO

Do exposto acima e conforme o inciso II, do Art. 14, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, **CONCORDO** com a referida contratação, **APROVO** o Termo de Referência, do S/4 do 5º BEC, **AUTORIZO** a abertura do processo para a contratação de empresa especializada no ramo de fornecimento de material para uso no expediente.

9.1. Encaminhar à SALC para início do processo licitatório.

Porto Velho, RO, 20 de fevereiro de 2024

 Ten Cel
Ordenador de Despesas do 5º Batalhão de Engenharia de Construção



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER)**



**TERMO DE JUSTIFICATIVA
PARA NÃO ABERTURA DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO**

No 5º BEC – Batalhão de Engenharia de Construção, a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos enfrenta dificuldade de mobilizar com militares aptos a conduzir os procedimentos licitatórios necessários ao funcionamento desta Organização Militar. A elaboração dos Registros de Preços para o corrente ano ficou prejudicada em virtude do motivo acima citado. Tal situação levou a administração a realizar um esforço no sentido de promover todos os pregões eletrônicos em Sistema de Registro de Preços, com a finalidade de dar celeridade, visando à aplicação dos recursos descentralizados pela Diretoria de Obras e Operações (DOC) e Comando Logístico (COLOG), que são poucos e estão contingenciados, para atender as diversas necessidades desta OM.

O objeto do presente certame compreende a contratação de empresa especializada no ramo de Fornecimento de combustíveis para Uso na obra de Jaru- RO, demonstrando que esta contratação é de suma importância para o bom andamento da vida vegetativa da OM, e que consequentemente faz-se necessário o cumprimento das metas estabelecidas pela DOC. Assim, para evitar possíveis atrasos nas obras buscaram-se meios mais céleres para a formalização do processo licitatório e observou-se que os prazos de Divulgação (8 dias) /Negociação (aceitação) /Confirmação (2 dias) da IRP prejudicariam tal feito e mudariam o modelo de Edital já formalizado, prorrogando assim o certame para uma data mais distante o que pode causar atrasos no cronograma de execução das obras.

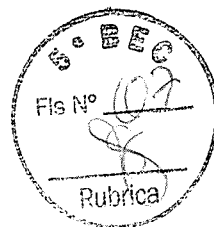
Diante do exposto, resolvo autorizar a SALC a promover o pregão eletrônico para elaboração de registro de preços, sem abrir a divulgação de intenção de registro de preços, visto que o 5º BEC é o único órgão contratante, caracterizando a desnecessidade de divulgar a IRP do presente certame, conforme versa o § 2º do art. 9º do Decreto 11.462/23

Por fim, nos termos do Ar. 10, do Decreto 11.462/23, as IRPs em andamento consultadas no sistema não comportam a especificidade da demanda do 5º BEC, não subsistindo, assim, conveniência e oportunidade de participação, deliberando-se pela abertura de processo licitatório próprio.

Porto Velho - RO, 20 de fevereiro de 2024


 Ten Cel
Ordenador de Despesas do 5º BEC

EM BRANCO



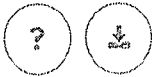
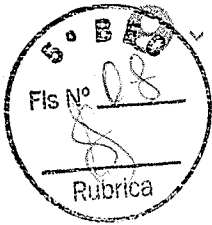
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

PCA - 5º BEC

EM BRANCO

Novo Divulgação de Compras

Esta tela é destinada à execução das contratações provenientes do Plano de Contratações Anual - PCA, bem como a criação de novas contratações não planejadas.



Selecione o contexto do PCA

Termo a ser pesquisado

PCA 2024 - Em Execução

Pesquise pelos termos desejados, a partir de 3 caracteres



Contratações Minhas UASG

Contratações em Andamento

Contratações Encerradas

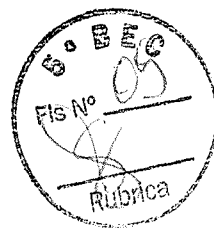
SELEÇÃO DE FILTROS

Artefatos digitais	Contratação	Tipo de contratação	Título	UASG Atual	Valor estimado	Início	Conclusão	Situação	Ações
1	160348-1/2024	Inexigibilidade d...	Serviço de Emissão de taxas. ...	1603...	R\$ 24.500...	25/02/20...	30/12/202...	Edição	
2	160348-90043/...		Aquisição de pedra de mão	1603...		13/12/2023	17/01/2024	Edição	
3	160348-90042/...		Contratação de empresa esp...	1603...		14/11/2023	15/02/202...	Preparação	
4	160348-90041/...		Aquisição de combustível	1603...		01/01/202...	01/04/20...	Edição	
5	160348-90040/...		Aquisição de ferramentas, eq...	1603...		16/09/20...	16/12/2024	Aprovada	
6	160348-90039/...		Serviço para manutenção de ...	1603...		06/09/20...	06/12/20...	Aprovada	
7	160348-90038/...		Aquisição de pneus, protetore...	1603...		02/09/20...	02/12/202...	Aprovada	
8	160348-90037/...		Aquisição de material topográ...	1603...		13/08/202...	13/11/2024	Aprovada	
9	160348-90036/...		Contratação de serviço de cal...	1603...		13/08/202...	13/11/2024	Aprovada	
10	160348-90035/...		Aquisição de materiais hidrául...	1603...		05/08/20...	04/11/2024	Aprovada	



Informações

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

**PUBLICAÇÃO, DESIGNAÇÃO DO
ORDERNADOR DE DESPESA,
PREGOEIRO E EQUIPE DE
PLANEJAMENTO**

EM BRANCO

- do 6º B Intlg Mil (Campo Grande-MS), o Cel ART (0113986749) LUIZ RICARDO AGUIAR;

- do Nu 1º B Intlg Mil (Porto Alegre-RS), o Cel CAV (0111609749) LUIZ ADOLFO SOBRÉ DE CASTRO JÚNIOR;

- do CPOR / PA (Porto Alegre-RS), o Cel CAV (0195457338) GUSTAVO MONTEIRO MUNIZ COSTA;

- do CPOR / RJ (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel COM (0114796147) MARCELINO HADDAD AQUINO CARNEIRO;

- do CEADEX (Rio de Janeiro-RJ), o Cel INF (0113972046) ANGELO ANDRÉ DA SILVA;

- do C Id Ex (Rio de Janeiro-RJ), o Cel INF (0317957546) FABIANO SIMON;

- do CPAEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0195199633) GUSTAVO TORRES FERNANDES;

- do AHEx (Rio de Janeiro-RJ), o Cel INF (0111543641) DAVID DA SILVA MEZAVILA;

- do IPCEEx (Rio de Janeiro-RJ), o Cel ART (0111567244) RAFAEL SOARES PINHEIRO DA CUNHA;

- do BCSu/ESA (Três Corações-MG), o Ten Cel INF (0419660741) ROGÉRIO PREVATO MOREIRA ORBE;

- do AGR (Rio de Janeiro-RJ), o Cel QEM Mec Armt (0115394942) JUACY ADERALDO MENEZES;

- do Pq R Mnt / 5ª RM (Curitiba-PR), o Ten Cel QMB (0114833148) MARCELO VANNI;

- do Pq R Mnt / 6ª RM (Salvador-BA), o Cel QMB (0113981641) ANTONIO DALMI BIE JÚNIOR;

- do Pq R Mnt / 7ª RM (Recife-PE), o Ten Cel QEM Met (0420069247) MARCEL PASSOS ZYLBERBERG;

- do Pq R Mnt / 12ª RM (Manaus-AM), o Ten Cel QMB (0419835848) KLEIDSON GOMES PANTALEÃO;

- da CRO / 2ª RM (São Paulo-SP), o Ten Cel QEM FC (0115422347) CLÓVIS JESUS DE SOUZA;

- da CRO / 5ª RM (Curitiba-PR), o Ten Cel QEM FC (0114815046) JOSÉ LUIS OLIVEIRA DE MAGALHÃES JÚNIOR;

- da CRO / 8ª RM (Belém-PA), o Cel QEM EL (0114575442) RENATO BAGATELLI;

- do 2º CGEO (Brasília-DF), o Cel COM (0113995146) GLAUBER JUAREZ SASAKI ACÁCIO;

- do 3º CGEO (Ondina-PE), o Ten Cel QEM Cart (0115411746) RODRIGO WANDERLEY DE CERQUEIRA;

- do 5º CGEO (Rio de Janeiro-RJ), o Cel QEM Cart (0115392847) CARLOS ALBERTO PIRES DE CASTRO FILHO;

- da B Adm Curado (Recife-PE), o Cel ENG (1010353041) FRANCISCO JOSE DE MOURA;

- da B Adm Ap/3ª RM (Porto Alegre-RS), o Cel INF (1126521044) RICARDO PRADO DO MONTE;

- da B Adm Ap/5ª RM (Curitiba-PR), o Cel INF (0113990543) AGNELO ALBERTO PERES MOREIRA;

- da B Ap R Bauru (Bauru-SP), o Ten Cel INF (0113964043) EDUARDO MENDONÇA DUBUGRAS;

- da B Ap R Ribeirão Preto (Ribeirão Preto-SP), o Cel INF (1182657237) ALTAIR DE ASSUMPTÃO BARBOZA FILHO;

- da B Adm / CComGEx (Brasília-DF), o Cel ART (0195934732) DIEGO SIMÕES DOS REIS DA COSTA;

- da B Adm Bda Inf Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Cel INF (0203894647) ALBERTO MAGALHÃES NASCIMENTO;

- do CGEA (Petrópolis-RJ), o Cel INF (0111572145) FLORY FERNANDES FRANÇA JÚNIOR;

- da Graf Ex (Brasília-DF), o Cel INF (1127008546) CLAUBERT SANTOS DE REZENDE;

- do H Mil A CAMPO GRANDE (Campo Grande-MS), a Cel MED (1138687049) CLAUDIA LIMA GUSMÃO CACHO;

- do H Mil A PORTO ALEGRE (Porto Alegre-RS), a Cel MED (0166418020) CARLA LOBO LOUREIRO;

- do H Mil A RECIFE (Recife-PE), o Cel MED (0925856544) HAILTON ANTONIO CASARA CAVALCANTE;

- do H Ge CURITIBA (Curitiba-PR), o Cel MED (0434041141) RUY TERRA FILHO;

- do H Ge FORTALEZA (Fortaleza-CE), o Ten Cel MED (1028732541) PEDRO LEOPOLDO ROUQUAYROL;

- do H Ge RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro-RJ), a Ten Cel MED (0114769342) SIMONE ABREU;

- do H Gu FLORIANÓPOLIS (Florianópolis-SC), o Ten Cel MED (0130591548) SAVIO REDER DE SOUZA;

- do H Gu NATAL (Natal-RN), a Ten Cel MED (0114763048) ANDRÉA GUIMARÃES GURGEL;

- do H Gu PORTO VELHO (Porto Velho-RO), o Cel MED (0149248528) SÉRGIO RICARDO LOBO LOUREIRO;

- do H Gu S G CACHOEIRA (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel MED (0131308249) ORLANDO GONÇALVES DA FONSECA JÚNIOR;

- do H Gu TABATINGA (Tabatinga-AM), o Cel INF (0203932041) ROBERVAL DE ALMEIDA;

- do H Gu SANTIAGO (Santiago-RS), o Ten Cel DENT (0317614741) SÉRGIO EDUARDO NIESQUITA ZANINI;

- da Pclm MPV (Rio de Janeiro-RJ), o Cel MED (0318593845) SÉRGIO LUIS HAMMES;

- do Pclm MRJ (Rio de Janeiro-RJ), a Ten Cel MED (0130959943) ANA PAULA VILA NOVA CÂMARA SALIM SAKER;

- do LOPEX (Rio de Janeiro-RJ), o Cel FARM (0113884043) ANDERSON BERENGUER;

- do CIB (Butiá-RS), o Cel INF (1275448338) ANSELMO CARDOZO NUNES;

- do CIMNC (Recife-PE), o Cel ART (1182706737) RODRIGO DE ARAÚJO LIRA NASCIMENTO; e

- da Coud Rincão (São Borja-RS), o Ten Cel CAV (0113995849) JEFFERSON COSTA GOMES JÚNIOR.

Gen Ex TOMÁS MIGUEL MINÉ RIBEIRO PAIVA

PORTARIA - C EX Nº 743, DE 7 DE JUNHO DE 2023

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.514, de 3 de setembro de 2015, e considerando o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve:

Nomear, por necessidade do serviço, ex officio, para o desempenho dos cargos de Comandante, Chefe ou Diretor das Organizações Militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

- do 17º BIS (Tefé-AM), o Ten Cel INF (0623145745) BRUNO RODRIGO DE SOUZA ROSA;

- do 50º BIS (Imperatriz-MA), o Ten Cel INF (0130880248) CARLOS HENRIQUE LEITE DE SOUZA;

- do 51º BIS (Altamira-PA), o Ten Cel INF (1126605441) FABRICIO AND ROSA;

- do 52º BIS (Marabá-PA), o Ten Cel INF (0858821036) LUIS HENRIQUE CETRANGOLO DÓREA;

- do 53º BIS (Itaituba-PA), o Ten Cel INF (0130288343) HUMBERTO IVAR RIBEIRO DE ALBUQUERQUE JÚNIOR;

- do 54º BIS (Humaitá-AM), o Ten Cel INF (0130540446) RONAY SOUZA DINIZ;

- do Cmdo Fron SOLIMÕES / 8º BIS (Tabatinga-AM), o Ten Cel INF (0130279946) ADELINO ANTONIO DA SILVA RIBEIRO JÚNIOR;

- do Cmdo Fron AMAPÁ / 34º BIS (Macapá-AP), o Ten Cel INF (0130298342) WILLIAM ANTONIO MIRANDA SILVA;

- do Cmdo Fron JURUA / 61º BIS (Cruzeiro do Sul-AC), o Ten Cel INF (0114831340) GUSTAVO MOREIRA MATHIAS;

- do Cmdo Fron JAURU / 66º BI Mtz (Cáceres-MT), o Ten Cel INF (0130281942) ALEX JESUS SOARES;

- do 17º B Fron (Corumbá-MS), o Ten Cel INF (0195450838) FABIANO DA SILVA CARVALHO;

- do 1º BI Mec (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0195292032) IGOR DOS SANTOS LEITE;

- do 2º BIL (São Vicente-SP), o Ten Cel INF (0130288640) LEANDRO CASTRO DE GOES MARTINS;

- do 4º BIL (Osasco-SP), o Ten Cel INF (0130296940) LEONARDO KUWABARA;

- do 5º BIL (Lorena-SP), o Ten Cel INF (0130288442) JOÃO BÓSCO REIS CESTARO;

- do 6º BIL (Caçapava-SP), o Ten Cel INF (0196409239) LUIS FERNANDO HILGENBERG JÚNIOR;

- do 7º BIS (Santa Cruz do Sul-RS), o Ten Cel INF (1182856730) ORLANDO MATTOS SPARTA DE SOUZA;

- do 10º BIL Mth (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel INF (0114802945) EDUARDO AUGUSTO MONTELLA DE CARVALHO;

- do 11º BI Mth (São João del-Rei-MG), o Ten Cel INF (1127128542) GUSTAVO TIYODI NAKASHIMA;

- do 12º BIL Mth (Belo Horizonte-MG), o Ten Cel INF (0114833940) MURILO ALBIERO;

- do 13º BIB (Ponta Grossa-PR), o Ten Cel INF (0114805443) JOSÉ FERREIRA DE ARAUJO NETO;

- do 15º BI Mtz (João Pessoa-PB), o Ten Cel INF (0194419438) RAFAEL JOSÉ VIEIRA BARRETO;

- do 16º BI Mtz (Natal-RN), o Ten Cel INF (0130535446) EULER DE PAULA GOMES;

- do 18º BI Mtz (Sapucaia do Sul-RS), o Ten Cel INF (01301815740) IVAN WERBERICH;

- do 19º BC (Salvador-BA), o Ten Cel INF (0130286545) LEONARDO JOSÉ LINS;

- do 23º BC (Fortaleza-CE), o Ten Cel INF (0114811649) ALISSON ALENCAR DAVID;

- do 23º BI (Blumenau-SC), o Ten Cel INF (0925747248) ANTONIO FERNANDO ADORNO COSSA;

- do 26º BI Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0113416945) DOUGLAS DOS SANTOS LEITE;

- do 27º BI Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0419836044) ODONIAS PERICLES ALVES;

- do 28º BC (Aracaju-SE), o Ten Cel INF (0130292741) RICARDO PEREIRA BARRETO;

- do 35º BI (Feira de Santana-BA), o Ten Cel INF (1010727848) CRISTIANO GARCIA GUEDES;

- do 38º BI (Vila Velha-ES), o Ten Cel INF (0130284946) THIAGO GARCIA PEREIRA;

- do 57º BI Mtz (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0114817448) RAFAEL LANDSKRON BATISTA;

- do 62º BI (Joinville-SC), o Ten Cel INF (0114791742) ANDRÉ LUIZ DO NASCIMENTO CABRAL;

- do 63º BI (Florianópolis-SC), o Ten Cel INF (0318815743) LUIS HENRIQUE VIGHI TEIXEIRA;

- do 71º BI Mtz (Garanhuns-PE), o Ten Cel INF (0130568249) WALKER LOPES LIMA;

- do 72º BI Caat (Petrópolis-PE), o Ten Cel INF (0130540347) RODRIGO EUGENIO DE PAIVA;

- do BPEB (Brasília-DF), o Ten Cel INF (0827506643) CARLOS AUGUSTO DA SILVA NÉTO;

- do 2º BPE (Osasco-SP), o Ten Cel INF (0130537947) MARCELO AFONSO COSTA;

- do 6º BPE (Salvador-BA), o Ten Cel INF (0196110639) RODRIGO CADILHE DE ALMEIDA CHIARATO;

- do 7º BPE (Manaus-AM), o Ten Cel INF (0130538648) VINICIUS VASCONCELOS DE OLIVEIRA;

- do 8º BPE (São Paulo-SP), o Ten Cel INF (0114797145) MÁRIO IVO DE LIMA FORTE;

- do 9º BPE (Campo Grande-MS), o Ten Cel INF (0724902747) CLEBERSON ANDRÉ D' AQUINO OLIVEIRA;

- do 11º BPE (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0114829641) CASSIUS RICARDO SOUZA CAETANO;

- do CIBd (Santa Maria-RS), o Ten Cel CAV (0114791049) ALEXANDRE CHECHELSKI;

- do 1º RCC (Santa Maria-RS), o Ten Cel CAV (0130569445) LUIZ GUSTAVO DE PAIVA LOPES;

- do 3º RCC (Ponta Grossa-PR), o Ten Cel CAV (0130300841) RENATO GRILLO DE CARVALHO;

- do 3º RC Mec (Bagé-RS), o Maj CAV (0318476249) CARLOS EURICO ALENCASTRO TEIXEIRA BRANDÃO;

- do 6º RCB (Alegrete-RS), o Maj CAV (0332016740) CARLOS ARTUR CESTARI CORRÊA DA CUNHA;

- do 7º RC Mec (Santana do Livramento-RS), o Maj CAV (0216474544) LUCIANO DA COSTA DUTRA;

- do 10º RC Mec (Bela Vista-MS), o Ten Cel CAV (0130911647) KLEBER YÁÑEZ DO NASCIMENTO;

- do 11º RC Mec (Ponta Porã-MS), o Maj CAV (0196874937) ALEXANDRE LEPRÍ DE MEDEIROS;

- do 12º RC Mec (Jaguarião-RS), o Maj CAV (0216485045) JOÃO MAURÍCIO PASSUELO ZANNETTE;

- do 13º RC Mec (Pirassununga-SP), o Ten Cel CAV (0130283047) RODRIGO CARLOS DE MEDEIROS;

- do 15º RC Mec (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel CAV (0130285349) RAFAEL DE MATTOS FALCÃO;

- do 16º RC Mec (Bayeux-PB), o Ten Cel CAV (0196388136) DIEGO PEREIRA PEDRA;

- do 1º RCG (Brasília-DF), o Ten Cel CAV (0318535341) EDUARDO SCHLUP;

- do 1º GAC SI (Marabá-PA), o Ten Cel ART (0130893404) JOEL HENRIQUE FONSECA DE ÁVILA;

- do 2º GAC I (Itu-SP), o Ten Cel ART (0521545343) MARCELUS ARMINDO RIBEIRO NOGUEIRA;

- do 3º GAC AP (Santa Maria-RS), o Ten Cel ART (0130570948) FLAVIO HENRIQUE DO NASCIMENTO;

- do 5º GAC AP (Curitiba-PR), o Ten Cel ART (0130299449) CARLOS ROBERTO PAULONI;



EM BRANCO



- do 6ª GAC (Rio Grande-RS), o Ten Cel ART (0130535941) RODRIGO SOUZA LOPES DE ABREU;

- do 7ª GAC (Olinda-PE), o Ten Cel ART (0130887649) EDUARDO COELHO DE OLIVEIRA;

- do 9ª GAC (Nioaque-MS), o Ten Cel ART (0130572340) ALEXANDRE BATISTA LEITE JUNIOR;

- do 10ª GAC SJ (Boa Vista-RR), o Ten Cel ART (0204068944) GUILHERME TASSO DANTAS SANFELICE;

- do 14ª GAC (Pouso Alegre-MG), o Ten Cel ART (0130568447) CARLOS EDUARDO TAVARES DE LIMA;

- do 15ª GAC AP (Lapa-PR), o Ten Cel ART (0130572845) EDUARDO LUIZ BIAVASCHI;

- do 18ª GAC (Rondonópolis-MT), o Ten Cel ART (0130568744) DÉVIDO NETO DE OLIVEIRA;

- do 19ª GAC (Santiago-RS), o Maj ART (1139392847) DIOGO BROETTO ALVES;

- do 21ª GAC (Niterói-RJ), o Ten Cel ART (0130887243) CESAR BONFIM MENINE CAMELO PRODOSIMO;

- do 25ª GAC (Bagé-RS), o Ten Cel ART (0130914245) MARCELO DA SILVA MÜLLER;

- do 27ª GAC (Jui-MS), o Maj ART (0216470443) DOUGLAS LUIS DA SILVA;

- do 28ª GAC (Criciúma-SC), o Ten Cel ART (0130537848) LUCIANO AMÉRICO FONSECA DE SOUZA;

- do Cl Art Msl Fgt (Formosa-GO), o Ten Cel ART (0130914948) ALEXANDRE BORGES VILLA TREINTA;

- do C log Msl Fgt (Formosa-GO), o Cel SV INT (0113963847) DIONISIO CARVALHO MOREIRA;

- do 16ª GMF (Formosa-GO), o Ten Cel ART (1010729141) FRANCISCO EDUARDO FERNANDES HENRI;

- do 1ª GAAAE (Rio de Janeiro-RJ), o Maj ART (0112337548) CARLOS EDUARDO DOS SANTOS COSTA;

- do 3ª GAAAE (Caxias do Sul-RS), o Ten Cel ART (0130571045) GEORGE KOPPE EIRIZ;

- do 12ª GAAAE SI (Manaus-AM), o Maj ART (0216458448) IRAMAR LUBIANA JUNIOR;

- do 2ª BEC (Teresina-PI), o Ten Cel ENG (0114812043) CARLOS ALBERTO GALVÃO MAGALHÃES;

- do 5ª BEC (Porto Velho-RO), o Ten Cel ENG (0130548340) JONAS SANTOS SILVA JUNIOR;

- do 6ª BEC (Boa Vista-RR), o Ten Cel ENG (0623562949) CADSON DE SOUZA BARBOZA;

- do 7ª BEC (Rio Branco-AC), o Ten Cel ENG (1010954145) ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO;

- do 8ª BEC (Santarém-PA), o Maj ENG (0216471847) FRANCISCO MACHADO PARENTE NETO;

- do 9ª BEC (Cuiabá-MT), o Maj ENG (0216458943) JOÃO PAULO CARVALHO DE ALENCAR;

- do 3ª BE Cmb (Cachoeira do Sul-RS), o Ten Cel ENG (0111655247) GUSTAVO HUMBERTO DOS SANTOS COSTA;

- do 5ª BE Cmb Bld (Porto União-SC), o Maj ENG (0216455949) DIEGO DA SILVA AGOSTINI;

- do 1ª B Fv (Lages-SC), o Ten Cel ENG (0130913643) HUDSON MACHADO MOREIRA;

- do 21ª Cia E Cnst (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel ENG (0114815244) JOSINALDO LOPES DE MENESES;

- do 1ª B Com (Santo Ângelo-RS), o Ten Cel COM (0130538242) PLÁCIDO GARCIA TRAVASSOS DOS SANTOS;

- do 6ª B Com (Bento Gonçalves-RS), o Ten Cel COM (085845530) RODRIGO LUIS ROSA DA SILVA;

- do Nu 5ª B Com (Curitiba-PR), o Ten Cel COM (0130539943) JAIRO DINIZ GUERRA;

- da EsCom (Brasília-DF), o Ten Cel COM (0114793748) FÁBIO DOS ANJOS DE SANTANA;

- do 1ª BGE (Brasília-DF), o Ten Cel COM (0130915549) FABRICIO AVILA GUIMARÃES;

- do 4ª CTA (Manaus-AM), o Ten Cel COM (01396108435) SERGIO RICARDO MARTINS ROSA;

- do 6ª CTA (Campo Grande-MS), o Ten Cel QEM Compt (0111576740) MARLOS DE MENDONÇA CORRÊA;

- do 7ª CTA (Brasília-DF), o Ten Cel COM (0114809949) ANDERSON LELLIS ALVES MOURA;

- do 11ª CT (Curitiba-PR), o Cel QEM Mec Auto (0112600846) TRAJANO ALENCAR DE ARAUJO COSTA;

- do 21ª CT (Belo Horizonte-MG), o Ten Cel COM (0130541642) BRUNO FERNANDES DE MAGALHÃES;

- do 51ª CT (Salvador-BA), o Cel QEM Elk (0204714448) HUMBERTO CARDOSO DA COSTA;

- do 9ª B Mit (Campo Grande-MS), o Ten Cel QMB (0130541147) RODRIGO ALVES DE MACEDO;

- do BCMs (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel QMB (0195984232) JONATHAS DA COSTA JARDIM;

- do B Mit Sup AAe (Osasco-SP), o Maj ART (1126992849) RODRIGO LEONARDO DE SENA;

- do 2ª CGCFex (São Paulo-SP), o Ten Cel SV INT (0925744542) ANDERSON BARBOSA OZUNA;

- do 4ª CGCFex (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel SV INT (0130547342) ULISSES DA SILVA BARALDO;

- do 6ª CGCFex (Salvador-BA), o Cel SV INT (0111576948) MAURO PEREIRA DE MATTOS;

- do 9ª CGCFex (Campo Grande-MS), o Cel SV INT (0204729347) ANDERSON CLEYTON DA SILVA;

- do 10ª CGCFex (Fortaleza-CE), o Ten Cel SV INT (0114815640) LEONARDO DE CARVALHO PIRES;

- do 18ª B Trnp (Campo Grande-MS), o Ten Cel SV INT (0114797947) ROBSON JOSÉ OLIVEIRA;

- do 5ª B Sup (Curitiba-PR), o Ten Cel SV INT (0130912348) SINDERLEY JÚNIOR FERREIRA DA PAZ;

- do 12ª B Sup (Manaus-AM), o Maj SV INT (0216465948) ANDRÉ LUIS GOUVEIA NEVES;

- do 1ª D Sup (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel SV INT (0130575046) DIRCEU GOMES DE OLIVEIRA;

- do 4ª D Sup (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel SV INT (0130889546) ALEXSANDRO ARRUDA DA ROCHA;

- do DSSM (Santa Maria-RS), o Maj SV INT (0216479147) VANDERLEI JOSÉ BORTOLI;

- do 2ª B Log SI (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Maj INF (0216455444) CLODDALDO PIRES FILHO;

- do 4ª B Log (Santa Maria-RS), o Ten Cel INF (0130542343) JONAS MOLIZ;

- do 8ª B Log (Porto Alegre-RS), o Maj CAV (033345643) MIGUEL MEDEIROS VIANNA;

- do 14ª B Log (Recife-PE), o Ten Cel INF (0318549748) HUMBERTO ANDRÉ PRAZERES GUATTA;

- do 20ª B Log Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0130296544) VANDERSON MOTA DE ALMEIDA;

- do 22ª B Log L (Barueri-SP), o Ten Cel CAV (1010936548) JOÃO PAULO DA SILVA NUNES;

- do 28ª B Log (Dourados-MS), o Ten Cel INF (0130300247) JOSÉ MAURO DE MOURA ALVES JUNIOR;

- do IDQBRN (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel QEM Qmc (0115405847) RODRIGO LEONARD BARBOZA RODRIGUES;

- do CA-Leste (Rio de Janeiro-RJ), o Maj INF (0216484840) JAIRO LUIZ FREMDLING FARIAS JÚNIOR;

- do 1ª BF Esp (Goiânia-GO), o Ten Cel CAV (0925798340) MARCELO DIAS MONTEIRO;

- do 1ª B Op Psc (Goiânia-GO), o Ten Cel INF (0114804842) GUILHERME MARQUES ALMEIDA;

- da 3ª Cia F Esp (Manaus-AM), o Ten Cel INF (0114795248) HÉLIO FERREIRA LIMA;

- do 3ª B Av Ex (Campo Grande-MS), o Ten Cel CAV (0130538846) ALEXANDRE MARTINS BORGES CAMPOS;

- do 1ª BII DQBRN (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0114578743) ANDRÉ LUIZ BIFANO DA SILVA;

- do 6ª B Intlg Mil (Campo Grande-MS), o Ten Cel INF (1127283842) ANDRÉ LUIS DA COSTA BRANDÃO;

- do Nu 1ª B Intlg Mil (Porto Alegre-RS), o Ten Cel CAV (0333198448) ISAAC PEREIRA JUNIOR;

- do CPOR / PA (Porto Alegre-RS), o Ten Cel INF (0309873941) VLADSON BANCKE DA SILVA;

- do CPOR / RJ (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0114831746) ICARO PEREIRA MACHADO;

- do CEADEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0130915044) CHRISTIANO MARINS ANSELMO PINHEIRO;

- do C Id Ex (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel COM (0114834943) RODRIGO DO VALLE MACÊDO;

- do CPAEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0130570740) ERTOR SIMON MONTEIRO INDA;

- do AHEX (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0130283849) ARTUR MAGNO DE CASTRO RANGEL;

- do IPCFex (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0522153147) HÉLIO GONÇALVES CHAGAS DE MACEDO;

- do BCSv/ESA (Três Corações-MG), o Ten Cel INF (0130541048) PEDRO SANTORO COSTA DA SILVA;

- do AGR (Rio de Janeiro-RJ), o Cel QEM Mec Armt (0115393944) CARLOS FREDERICO DE MATOS CHAGAS;

- do Pq R Mnt / 5ª RM (Curitiba-PR), o Ten Cel QMB (0130880040) CARLOS ADRIANO ALVES DE TOLEDO;

- do Pq R Mnt / 6ª RM (Salvador-BA), o Ten Cel QMB (0130565443) NEWMAR SCHMITT;

- do Pq R Mnt / 7ª RM (Recife-PE), o Ten Cel QMB (0130542749) PAULO HENRIQUE PUEHRINGER;

- do Pq R Mnt / 12ª RM (Manaus-AM), o Maj QMB (0216454348) ÁTILA ALVES DE SOUZA;

- da CRO / 2ª RM (São Paulo-SP), o Ten Cel QEM FC (0115422149) EMANUEL OLIVEIRA SILVA;

- da CRO / 5ª RM (Curitiba-PR), o Ten Cel QEM FC (0115424244) MARCIO LEANDRO BURIGO;

- da CRO / 8ª RM (Belém-PA), o Ten Cel QEM EL (0115406241) CHARLES WLADIMIR DE ALMEIDA OLIVEIRA;

- do 2ª CGEO (Brasília-DF), o Ten Cel QEM Cart (0115407140) RICARDO DA SILVA VIEIRA;

- do 3ª CGEO (Olinda-PE), o Ten Cel QEM Cart (1275403135) CARLOS YOSHIO MORITA;

- do 5ª CGEO (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel QEM Cart (0195916739) ALEXANDRE DANTAS SOARES COUTINHO;

- da B Adm Curado (Recife-PE), o Ten Cel INF (0130540149) MARIO GUSTAVO KNAUF;

- da B Adm Ap/3ª RM (Porto Alegre-RS), o Ten Cel INF (0130912942) EDER JOSÉ CADORIN;

- da B Adm Ap/5ª RM (Curitiba-PR), o Cel CAV (0204739148) RENATO CUNHA MELO;

- da B Ap R Bauri (Bauri-SP), o Ten Cel INF (0195457239) ALESSANDER ANASTACIO FLEXA;

- da B Ap R Ribeirão Preto (Ribeirão Preto-SP), o Ten Cel INF (0194795035) FABRICIO PIRES CONSTANTINO DA SILVA;

- da B Adm / CCornGEx (Brasília-DF), o Cel COM (0113984843) FLAVIO OLIVEIRA DA SILVA NETTO;

- da B Adm Bda Inf Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0196615538) BELMIRO ANTONIO DE SOUZA NETO;

- do CGEA (Petrópolis-RJ), o Cel INF (0111548442) REGINALDO ROSA DOS SANTOS;

- da Graf Ex (Brasília-DF), o Ten Cel INF (0113968945) PEDRO EDGAR DOS SANTOS;

- do H Mil A CAMPO GRANDE (Campo Grande-MS), o Ten Cel MED (0115340531) PAULO CESAR DOS SANTOS FARIA;

- do H Mil A PORTO ALEGRE (Porto Alegre-RS), o Ten Cel MED (1028732541) PEDRO LEOPOLDO ROUQUAYROL;

- do H Mil A RECIFE (Recife-PE), o Ten Cel MED (0114763048) ANDRÉA GUIMARÃES GURGEL;

- do H Ge CURITIBA (Curitiba-PR), o Ten Cel MED (0114769342) SIMONE ABREU;

- do H Ge FORTALEZA (Fortaleza-CE), o Ten Cel MED (1010281471) ANA ELIZABETH CAVALCANTI JORGE DE PAIVA;

- do H Ge RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel MED (0130591548) SAVIO REDER DE SOUZA;

- do H Gu FLORIANÓPOLIS (Florianópolis-SC), o Ten Cel MED (0130959943) ANA PAULA VILA NOVA CÂMARA SALIM SAKER;

- do H Gu NATAL (Natal-RN), o Cel QCO Enf (0623590544) JOSIANY BEZERRA DANTAS;

- do H Gu PORTO VELHO (Porto Velho-RO), o Ten Cel FARM (0195571831) CARLOS CHERME DA SILVA NOGUEIRA;

- do H Gu S G CACHOEIRA (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel FARM (0827810946) MARCELO DOS SANTOS STORCH;

- do H Gu TABATINGA (Tabatinga-AM), o Ten Cel FARM (0131590648) RONALDO ROCHA DOS SANTOS;

- do H Gu SANTIAGO (Santiago-RS), o Ten Cel QCO Enf (0115120446) ADEMIR JONES ANTUNES DORNELES;

- da Pclin MPV (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel MED (0130958242) ANA PAULA CARVALHO REIS;

- da Pclin MRI (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel MED (0130456247) ANA ANGÉLICA DE FREITAS ALVES;

- do LQFex (Rio de Janeiro-RJ), o Cel FARM (0115371346) CRISTIANE CAMPOS DA SILVA;

- do CIB (Butiá-RS), o Ten Cel CAV (0317745446) CARLOS EDUARDO GONÇALVES RAMOS;

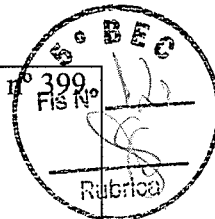
- do CIMINC (Recife-PE), o Ten Cel INF (0420097644) DEACIR ALVES DE ALMEIDA JUNIOR;

- da Coud Rincão (São Borja-RS), o Ten Cel CAV (0858382133) LEANDRO SICORRA WILHEMBERG.

Gen Ex TOMÁS MIGUEL MINÉ RIBEIRO PAIVA



EM BRANCO



2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DIVERSOS

a. PREGOEIRO - Designação

Nomeio os militares abaixo relacionados para exercerem as funções de Pregoeiro e de Equipe de Apoio para conduzir o processos licitatório nº 03, de 2024, objetivando a aquisição gêneros alimentícios (QR) em conformidade ao Parágrafo 5º, do Art 7º da Lei Nr 14.133, de 1º de abril de 2021 e seu regulamento aprovado pelo Decreto Nr 11.462, de 31 de março de 2023:

2º Ten [REDACTED]

Equipe técnica/apoio

2º Sgt [REDACTED]

Equipe técnica/apoio

2º Sgt [REDACTED]

Equipe técnica/apoio

3º Sgt [REDACTED]

Pregoeira

(Nota nº 88581 - SALC, 14 JUL 23)

Em consequência, a SALC, o militar nomeado e demais interessados tomem conhecimento e as providências necessárias.

(Nota nº 94041, de 31 de janeiro de 2024, da(o) S1 e SPP)

b. DESIGNAÇÃO DE EQUIPE - Publicação

Nomeio os militares abaixo, a contar de 05 de fevereiro de 2024, para compor a Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Apoio, conforme expressa a previsão do art. 21, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, cujo objeto é a aquisição de combustíveis, em conformidade com a Lei nº 14.133/21, devendo elaborar e apresentar na SALC do 5º BEC, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar desta publicação, os documentos anexos ao DIEx Requisitório contendo:

I - Documento de Formalização da Demanda: Responsável: Cap [REDACTED]

II - Estudos Técnicos Preliminares: Responsável: Cap [REDACTED] 3º

Sgt [REDACTED] e 3º Sgt [REDACTED]

III - Mapa de Risco: Responsável: Cap [REDACTED] 3º Sgt [REDACTED]

[REDACTED] e 3º Sgt [REDACTED]

IV - Termo de Referência: Responsável: Cap [REDACTED] 3º Sgt [REDACTED]

[REDACTED] e 3º Sgt [REDACTED]

V - Pesquisa de Preço: Responsável: Cap [REDACTED] 3º Sgt [REDACTED]

[REDACTED] e 3º Sgt [REDACTED]

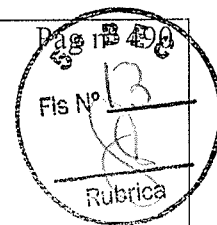
Cap [REDACTED]

3º Sgt [REDACTED]

3º Sgt [REDACTED]

(Nota nº 94164 - SALC, 5 FEV 24)

EM BRANCO



pertinentes.

j. PREGOEIRO - Designação

Nomeio o militar abaixo relacionado para exercer a função de Pregoeiro e Equipe de Apoio/Técnica para conduzir e prestar apoio ao processo licitatório nº 05/2024, cujo o objeto da presente licitação é a aquisição de combustíveis, em conformidade com o Pargrafo 5º, do Art 7º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e seu regulamento aprovado pelo do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023:

S Ten [redacted]
Pregoeiro ao Pregão 05/2024
3º Sgt [redacted]
Equipe de apoio/técnica ao Pregão 05/2024
3º Sgt [redacted]
Equipe de apoio/técnica ao Pregão 05/2024

(Nota nº 94469 - SALC, 16 FEV 24)

Em consequência, a SALC, os militares nomeados e os demais interessados tomem conhecimento e as providências necessárias.

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

ALTERAÇÕES DE SUBTENENTES E SARGENTOS

REFERÊNCIA ELOGIOSA - Transcrição

Consignada pelo Ten Cel [redacted] Comandante do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, conforme transcrição a seguir.

É por dever de justiça que consigno a presente referência elogiosa à 3º Sgt [redacted], da Companhia de Comando e Apoio (CCAp), por ter cumprido as orientações e atribuições previstas na pasta de ordem do serviço de guarda ao quartel, durante o serviço do dia 12 FEV 24. Por ocasião da inspeção de rotina realizada pelo Cmt Btl, a 3º Sgt [redacted] na função de Cmt Gda, soube executar todos os procedimentos previstos, bem como responder às perguntas descritas na pasta de ordens do serviço de guarda ao quartel, evidenciando que se preparou intelectualmente para o serviço. Além disso, demonstrou conhecimento e ação de comando ao conduzir os procedimentos práticos previstos para serem executados pelos soldados de sentinela, por ocasião da entrada no quarto de hora. Por conseguinte, a referida militar, por meio de atitudes e valores, destacou-se durante o serviço de guarda ao quartel, sendo exemplo para seus pares e subordinados.

Por fim, deixo aqui toda a minha admiração e o Cmdo 5º BEC agradece por tê-la como integrante do "Pioneiro da Amazônia".

Avante Remar! Tudo pela Amazônia! Selva!

Não Vivemos em Vão!

EM BRANCO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER**



DIEx nº 01 – 4ª Seção/ 5º BEC
EB: 64043.000665/2024-85

Porto Velho-RO, 07 de fevereiro de 2024.

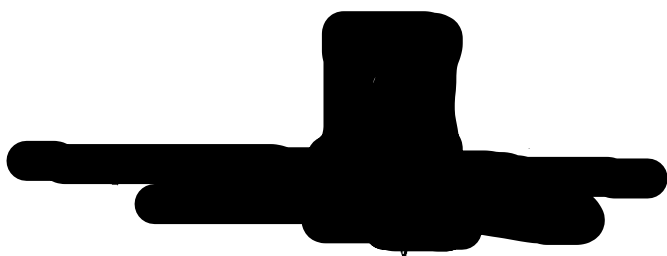
Do Chefe da 4ª Seção

Ao Chefe da SALC

Assunto: Encaminhamento de Processo

Anexos: 1 (um) Processo Licitatório

Processo em anexo para que sejam tomadas as providências relacionadas à solicitação de abertura de Processo Licitatório para aquisição de **Combustíveis**, a serem empregados nas Obras da Operação Jaru, sob responsabilidade do 5º Batalhão de Engenharia de Construção.

 **Cap**



UNITED STATES OF AMERICA
DEPARTMENT OF THE ARMY
OFFICE OF THE ADJUTANT GENERAL
WASHINGTON, D. C. 20315

ADJUTANT GENERAL
OFFICE OF THE ADJUTANT GENERAL

ADJUTANT GENERAL

ADJUTANT GENERAL

ADJUTANT GENERAL

ADJUTANT GENERAL

ADJUTANT GENERAL

EM BRANCO

ADJUTANT GENERAL
OFFICE OF THE ADJUTANT GENERAL
WASHINGTON, D. C. 20315

ADJUTANT GENERAL
OFFICE OF THE ADJUTANT GENERAL
WASHINGTON, D. C. 20315



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER)**

Porto Velho - RO, 07 de fevereiro de 2024.

**DIEx 02 – 4ª Seção/5º BEC
EB: 64043.000665/2024-85**

Do Chefe da 4ª Seção

Ao Sr Ordenador de Despesas do 5º BEC.

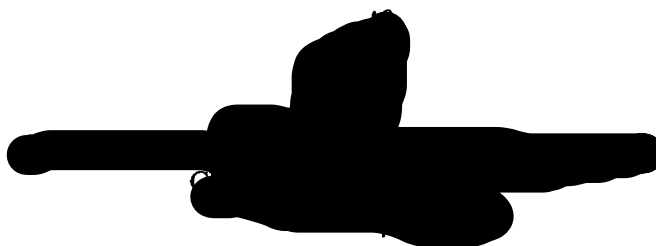
Assunto: Aquisição de Combustíveis

Ref: Art. 13 das IG 12-02

Nos termos do Art 13, da IG 12-02, solicito providências desse Ordenador de Despesas (OD) no sentido de aprovar:

JUSTIFICATIVA

Processo Licitatório para aquisição de **Combustíveis**, a serem empregados nas Obras da Operação Jaru, sob responsabilidade do 5º Batalhão de Engenharia de Construção.

 **Cap**



GOVERNAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Ofício nº 1000/1999 - 1000/1999

Fls. 1000/1999 - 1000/1999
1000/1999 - 1000/1999

Assunto: 1000/1999

Objeto: 1000/1999

Assunto: 1000/1999
Objeto: 1000/1999

Assunto: 1000/1999

EM BRANCO

Assunto: 1000/1999
Objeto: 1000/1999

Assunto: 1000/1999

Assunto: 1000/1999
Objeto: 1000/1999

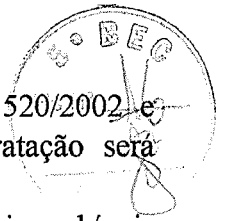
Assunto: 1000/1999
Objeto: 1000/1999

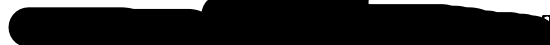
DESPACHO DO OD:

1. Autorizo a aquisição na modalidade Pregão Eletrônico, baseada na Lei 10.520/2002, e determino a abertura do processo correspondente, considerando que a presente contratação será econômica/eficiente para a administração.

2. O Chefe da Seção Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.

3. Publique-se.

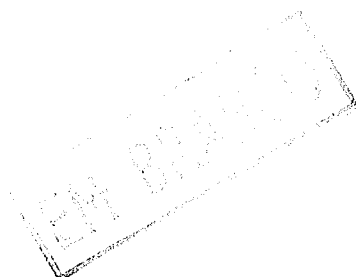


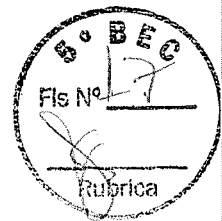

 Ten Cel
Ordenador de Despesas do 3.º BEC

The following information is provided for your information only. It is not intended to be used as a basis for any decision. The information is provided for your information only. It is not intended to be used as a basis for any decision. The information is provided for your information only. It is not intended to be used as a basis for any decision.



INFORMATION - INFORMATION - INFORMATION
INFORMATION - INFORMATION - INFORMATION





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DE REFERÊNCIA

EM BRANCO



Termo de Referência 5/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2024	160348-5 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO/RO		07/02/2024 12:20 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64043.000.665/2024-85

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **COMBUSTÍVEIS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	MEDIDA	QTDE	ENTRG MÍN	ENTRG MÁX	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	LANCE MIN (%)
1	ÓLEO DIESEL COMUM - O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de Entrega: Av. Rogério Weber, nº 1, Bairro Militar, Porto Velho.	477915		L	60.000	5.000	15.000	R\$ 6,46	R\$ 387.600,00	
2	ÓLEO DIESEL S-10 - conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de Entrega: Av. Rogério Weber, nº 1, Bairro Militar, Porto Velho.	461548		L	30.000	5.000	15.000	R\$ 6,42	R\$ 192.600,00	
3	GASOLINA COMUM - conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de Entrega: Av. Rogério Weber, nº	461506		L	40.000	5.000	15.000	R\$ 6,48	R\$ 259.200,00	0,1

1. The first part of the report
describes the general situation
of the company and the
results of the previous
year. It also mentions the
main objectives for the
current year.

2. The second part of the report
describes the results of the
different departments and
the progress made in
achieving the objectives.
It also mentions the
main problems encountered
and the measures taken to
solve them.

3. The third part of the report
describes the financial results
of the company and the
progress made in
achieving the financial
objectives. It also
mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

4. The fourth part of the report
describes the human resources
situation and the progress
made in achieving the
human resources objectives.
It also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

5. The fifth part of the report
describes the marketing
situation and the progress
made in achieving the
marketing objectives.
It also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

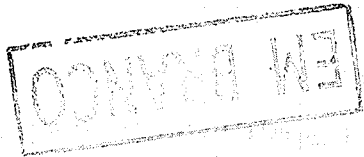
6. The sixth part of the report
describes the research and
development situation and
the progress made in
achieving the research and
development objectives.
It also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

7. The seventh part of the report
describes the legal and
tax situation and the
progress made in
achieving the legal and
tax objectives. It also
mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

8. The eighth part of the report
describes the environmental
situation and the progress
made in achieving the
environmental objectives.
It also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

9. The ninth part of the report
describes the social
situation and the progress
made in achieving the
social objectives. It
also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

10. The tenth part of the report
describes the overall
situation and the progress
made in achieving the
overall objectives. It
also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.



11. The eleventh part of the report
describes the overall
situation and the progress
made in achieving the
overall objectives. It
also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

12. The twelfth part of the report
describes the overall
situation and the progress
made in achieving the
overall objectives. It
also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

13. The thirteenth part of the report
describes the overall
situation and the progress
made in achieving the
overall objectives. It
also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

14. The fourteenth part of the report
describes the overall
situation and the progress
made in achieving the
overall objectives. It
also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

15. The fifteenth part of the report
describes the overall
situation and the progress
made in achieving the
overall objectives. It
also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

16. The sixteenth part of the report
describes the overall
situation and the progress
made in achieving the
overall objectives. It
also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

17. The seventeenth part of the report
describes the overall
situation and the progress
made in achieving the
overall objectives. It
also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.

18. The eighteenth part of the report
describes the overall
situation and the progress
made in achieving the
overall objectives. It
also mentions the main
problems encountered
and the measures taken
to solve them.



	1, Bairro Militar, Porto Velho.							
4	ÓLEO DIESEL COMUM - O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: Destacamento Jaru, Rua Tapajós, 2299-2211, Setor 3, Jaru-RO.	477915	L	255.000	5.000	30.000	R\$ 6,46	R\$ 1.647.300,00
5	ÓLEO DIESEL S-10 - conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: Destacamento Jaru, Rua Tapajós, 2299-2211, Setor 3, Jaru-RO.	461548	L	430.000	5.000	30.000	R\$ 6,42	R\$ 2.760.600,00
VALOR TOTAL							R\$ 5.247.300,00	

1.2. Os itens destinados à aquisição de bens de natureza divisível cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados **EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO** de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI) e aquelas a elas equiparadas para fins de aplicação da Lei Complementar 123/2006, art. 48, inciso I, ressalvada a cota principal de que trata o inciso III, mesmo quando inferior ao referido valor, nos termos do art. 6º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.3. A área técnica certificou-se de que **NÃO INCIDE**, no presente caso, nenhuma das hipóteses do art. 10, do Decreto nº 8.538 /2015, em razão do que deve ser dado tratamento diferenciado a microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI) e aquelas a elas equiparadas.

1.4. Os itens não serão parcelados em LOTES e serão rejeitadas as propostas que ofertarem quantitativos inferiores ao quantitativo total estimado de cada item ou grupo previsto no Termo de Referência, pois haverá prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto do presente certame.

1.5. O valor a ser pago pelo litro do combustível será o valor da média de preço da tabela de combustíveis semanal divulgada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), referente ao município de Porto Velho-RO, no dia do pedido ao fornecedor, aplicando a este o percentual de desconto ofertado neste certame.

1.6. Em consequência, o Fiscal de Contrato, responsável pelo pedido formal, deverá acostar ao pedido uma cópia do "print" da tabela de preços da ANP semanal, referente à cidade de Porto Velho-RO, realizada no dia do pedido.

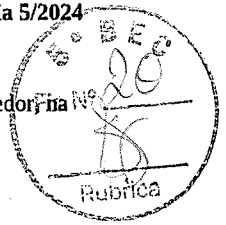
1.7. O critério de julgamento de maior desconto baseado na tabela da ANP foi escolhido com o objetivo de evitar repactuações contratuais, uma vez que existem oscilações frequentes no preço do combustível, evitando desta forma, a abertura de diversos processos licitatórios com o mesmo objeto.

1.8 Somente poderão ser adjudicadas empresas que possuírem a Outorga da Autorização para o Exercício da Atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos da Pessoa Jurídica, conforme Resolução ANP nº58, de 17 de outubro de 2014 - D.O.U. de 2/11/2014.

1.8 Não poderão ser fornecidos combustíveis estocado há mais de um mês na distribuidora.

1.9. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.10. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.



1.11. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O 5º Batalhão de Engenharia de Construção é uma unidade do Exército Brasileiro que tem como missão institucional formar e adestrar seus quadros para o combate, realizando obras permanentes, trabalhos técnicos de engenharia, por intermédio de convênio com órgãos e entidades da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indiretamente, ou por intermédio de obras militares, contribuindo para o desenvolvimento e integração socioeconômica da Amazônia Ocidental do Brasil. A execução destas obras proporciona a força da capacitação de seus quadros em condições de permanente operacionalidade.

2.2. As Unidades de Engenharia do Sistema de Obras de Cooperação atuam em todas as regiões do País seja em apoio ao desenvolvimento nacional atuando em obras de interesse do governo brasileiro seja em apoio aos escalões superiores. Para tanto o Exército Brasileiro é frequentemente convocado para atuar nesse sentido, caracterizando assim a necessidade de aquisição de insumos para a conclusão da obra Operação JARU e das diversas missões administrativas, visando ao cumprimento da missão institucional deste Batalhão.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. O critério motivador sustentável para o Diesel S-10, por ser um processo de refino diferente, o que eleva seu nível de cetano. Enquanto o Diesel S-500/1800 tem cetano de 42, o Diesel S-50 apresenta 46 e o S-10 tem cetano de 48. Isso melhora a qualidade da ignição, principalmente a partida a frio e o desempenho do veículo. Diesel S-10 por ser mais solvente que o Diesel comum (S-500/1800), isso significa que ele possui mais hidrogênio, e assim um comportamento ligeiramente mais solvente de sujeiras. Consequentemente trazendo um benefício para o meio ambiente.

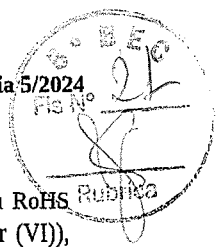
4.1.3. Os produtos somente poderão ser transportados por empresas ou veículos que possuam a Autorização Ambiental para Transporte de Produtos, conforme a Instrução Normativa IBAMA nº05, de 9 de maio de 2012 (IN 05/2012), e suas atualizações.

4.1.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

[illegible]

EM BRANCO

100-443887-100



4.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não há indicação de marcas ou modelos;

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Na presente contratação não há impedimento de marca/produto na execução do serviço;

Da exigência de amostra

4.4. Na presente contratação não há exigência de amostra;

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 7 dias, contados do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente, sendo esta emitida via ofício ou e-mail, em remessa, de acordo com a necessidade do órgão. O objeto será requisitado de forma parcelada, para melhor planejamento no transporte, as requisições serão confeccionadas em múltiplos de 5.000 litros e não inferior a quantidade mínima de 5.000 litros.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O local de entrega dos itens 1,2,3, deverá ser na Sede do 5º BEC, localizado à Avenida Rogério Weber nº1, Bairro Militar em Porto Velho/RO, os itens 4 e 5 deverão ser entregues no endereço Canteiro de obras do 5º BEC, localizado à Rua Tapajós 2299-2211, Setor "3", na cidade de JARU/RO (Destacamento JARU).

5.4. As entregas poderão ocorrer de segunda a sexta, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

The following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. The information is being provided to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

It is requested that you keep this information confidential and not discuss it with other personnel.

Very truly yours,

Special Agent in Charge

Enclosed for your information is a copy of the report of the confidential source.

Very truly yours,

Special Agent in Charge

Enclosed for your information is a copy of the report of the confidential source.

The following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. The information is being provided to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

Very truly yours,

Special Agent in Charge

Enclosed for your information is a copy of the report of the confidential source.

The following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. The information is being provided to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

Very truly yours,

Special Agent in Charge



Enclosed for your information is a copy of the report of the confidential source.

Very truly yours,

Special Agent in Charge

The following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. The information is being provided to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

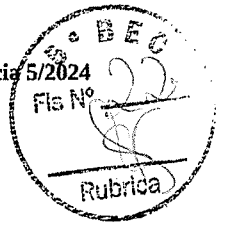
It is requested that you keep this information confidential and not discuss it with other personnel.

Very truly yours,

Special Agent in Charge

Enclosed for your information is a copy of the report of the confidential source.

The following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. The information is being provided to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.



6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000

100-100000-100000



ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 4 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

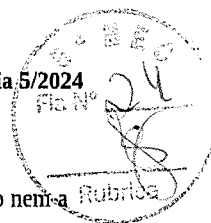
7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 6 dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

FINLAND



7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Do reajuste

7.9. Os descontos oferecidos sobre o valor base da tabela ANP por ocasião da ata são fixos no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.10. Dentro do período de um ano, os valores dos combustíveis podem ser alvo de variação somente pela análise de mercado oferecida pela ANP, sendo o desconto registrado em ata invariável ao longo de toda vigência da ata.

7.11. Não será possível outra forma de reajuste do valor ou percentual de desconto diferente da variação de mercado que estará registrada nas tabelas ANP.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

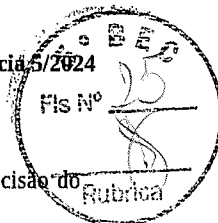
7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

EM BRANCO



7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.28.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.29. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

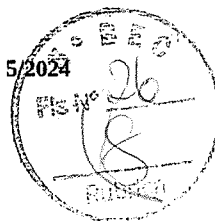
7.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

[illegible][illegible]

1. The Commission has received information from the Department of Health and Human Services (HHS) that the National Center for Human Genome Research (NCHGR) has been established. The Commission is aware that the NCHGR is a part of the National Institutes of Health (NIH) and is located at the National Human Genome Research Institute (NHGRI) in Bethesda, Maryland. The Commission is also aware that the NCHGR is a part of the National Human Genome Research Institute (NHGRI) and is located at the National Human Genome Research Institute (NHGRI) in Bethesda, Maryland.

1. The first step is to identify the problem. In this case, the problem is that the company is not meeting its sales targets.

EM BRANCO



8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MAIOR DESCONTO SOBRE O VALOR DA ANP].

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os

créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena é uma modalidade de ensino que visa à formação integral dos alunos indígenas, respeitando suas culturas, tradições e conhecimentos.

Esta modalidade de ensino é oferecida em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 2º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada por professores indígenas, com formação específica para isso.

Além disso, a educação escolar indígena deve ser ministrada em português, com o uso de línguas indígenas como meio de ensino.

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 4º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 6º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 7º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 9º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 10º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 11º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 12º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 13º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 14º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 15º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 16º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

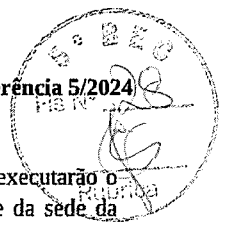
De acordo com o artigo 17º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 18º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 19º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

De acordo com o artigo 20º da Lei nº 11.645/08, a educação escolar indígena deve ser ministrada em escolas indígenas ou em escolas comuns, com currículos diferenciados.

EM BRANCO



8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.247.300,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.247.300,00 (cinco milhões duzentos e quarenta e sete mil e trezentos reais).

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

11. Despacho da Autoridade Competente

DESPACHO:

De acordo com a definição dos Art. 3º, XI e Art 14, inc. II, do Decreto nº 10.024/2019, Art. 8º, inc. IV do Decreto nº 3.555/2000 e Art 30 da IN nº 5/2017, considerando que o Termo de Referência, fundamentou-se no modelo proposto pela Advocacia-Geral da União - AGU (Modelo de Termo de Referência para pregão - Compra de bens de consumo, atualização: maio/2023), com as devidas alterações, supressões e acréscimos relacionados ao objeto deste certame e contém, com isso, os elementos e cláusulas fundamentais à contratação em epígrafe, em especial quanto a justificativa e objetivo para modalidade de licitação apontada no Estudo Técnico Preliminar - ETP, deste Processo Administrativo, entrega/execução e critérios de aceitação, obrigações das partes, classificação dos materiais e serviços como "aquisições comuns" e demais disposições. Portanto, APROVO o presente TERMO DE REFERÊNCIA elaborado, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta CONTRATAÇÃO.

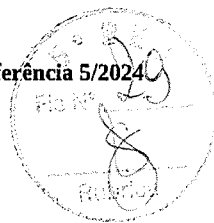
Cel

Ordenador de Despesas do 5º Batalhão de Engenharia de Construção

100-443887-100

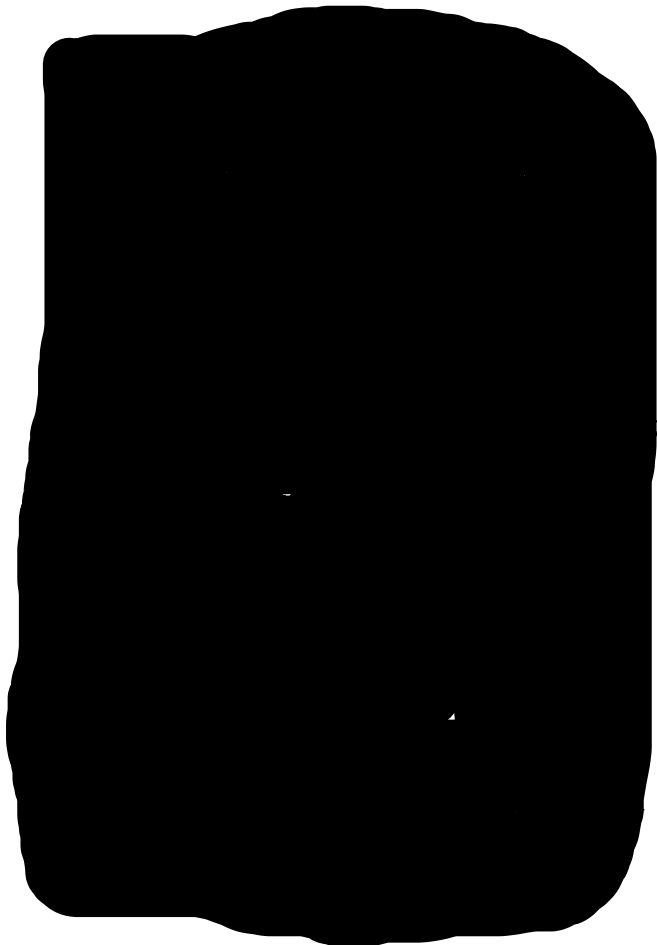
100-443887-100

100

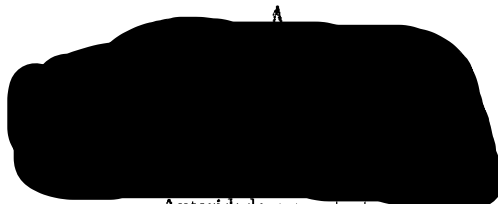


12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Despacho: Em cumprimento ao constante no Inciso II, do Art. 14 do Decreto nº 10.024, de 20/09/19, aprovo o presente TR, o qual foi elaborado conforme os parâmetros estabelecidos na IN SEGES/ME nº40 de 22/05/20



Autoridade competente

15.000.000.000

15.000.000.000

15.000.000.000

15.000.000.000

15.000.000.000

15.000.000.000

15.000.000.000

15.000.000.000

15.000.000.000

EM BRANCO

15.000.000.000

15.000.000.000

15.000.000.000

15.000.000.000

15.000.000.000

15.000.000.000

15.000.000.000



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E ANEXOS

EM BRANCO



Estudo Técnico Preliminar 9/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64043.000.665/2024-85

2. Objeto

Aquisição de COMBUSTÍVEIS (Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S-10 e Gasolina Comum), para atender as necessidades do destacamento Jaru, sob responsabilidade do 5º Batalhão de Engenharia de Construção.

3. Descrição da necessidade

3.1 Aquisição de combustíveis (Óleo diesel S10, Óleo diesel Comum e Gasolina Comum), a serem empregados na Obra de implantação das Ruas Laterais na travessia do Rio Jaru e Remanescente e correção de defeitos - BR 364/RO, em Jaru/RO.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
4ª Seção do 5º Batalhão de Engenharia de Construção	[Redacted]

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 O prazo para entrega dos bens é de até 07 (sete) dias, a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente ou da Ordem de Entrega, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho.

5.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 04 (quatro dias), pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 04 (quatro dias), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

DECLARATION OF WORK

I, **Mr. J. K. Singh**

do hereby declare that

the above is true and correct.

I am not aware of any other person who has been involved in the above mentioned work.

I am not aware of any other person who has been involved in the above mentioned work.

END

Signature of Mr. J. K. Singh

Signature of Mr. J. K. Singh

Signature of Mr. J. K. Singh

I, **Mr. J. K. Singh**

do hereby declare that the above is true and correct. I am not aware of any other person who has been involved in the above mentioned work.

I am not aware of any other person who has been involved in the above mentioned work.

I am not aware of any other person who has been involved in the above mentioned work.



5.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez dias), contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. Ainda, a Contratada sujeitar-se-á ao resultado dos ensaios realizados pela Contratante, necessários em face da especificidade do objeto.

5.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7 Todavia, segundo a análise da equipe de Planejamento da Contratação as nuances anteriormente observadas, não serão ainda mais prejudicadas, por desarrazoável exigência no instrumento convocatório e seus anexos, os quais venham frustrar o caráter competitivo da licitação.

5.8 Assim sendo, às exigências assinaladas são indispensáveis para uma contratação eficiente, sendo, portanto, consideradas flexíveis e necessárias tais requisitos.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Após consultas em diferentes fontes, analisando contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, e após análise do custo-benefício de cada uma delas, optou-se pela solução de contratação, visando às necessidades da Administração.

6.2 Dada às especificidades técnica do(s) objeto(s) deste instrumento, inclusive será desnecessária a realização de audiência pública para coleta de contribuições, a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 O 5º Batalhão de Engenharia de Construção adquirirá combustíveis para suas Obras de Cooperação, licitando distribuidora de combustível que atenda sua demanda, conforme as quantidades estabelecidas neste ETP.

7.2 A execução do fornecimento dos bens será iniciada por intermédio de um planejamento acordado entre a Contratante e a licitante vencedora do certame denominada Contratada.

7.3 A frequência e a periodicidade do fornecimento dar-se-á, a partir, da eventual necessidade do 5º BEC em suprir a demanda dos serviços a serem executados consoante a utilização de Combustíveis a cargo do 5º BEC

1. O primeiro passo é a identificação

do problema. É necessário entender qual é a situação atual e qual é o objetivo que se deseja alcançar.

2. Em seguida, é necessário estabelecer as prioridades. Isso envolve avaliar a importância de cada tarefa e o tempo disponível para realizá-las.

3. O terceiro passo é a elaboração de um plano.

Isso envolve definir as etapas necessárias para atingir o objetivo e estabelecer prazos para cada uma delas.

4. O quarto passo é a execução do plano.

5. Durante a execução, é importante monitorar o progresso.

Isso envolve verificar se as tarefas estão sendo realizadas dentro do prazo e se os recursos estão sendo utilizados de forma eficiente.

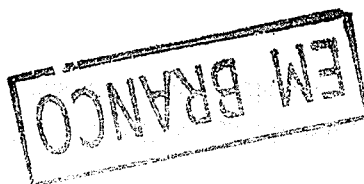
6. O sexto passo é a avaliação dos resultados.

Isso envolve comparar o que foi alcançado com o que se pretendia e identificar as causas das diferenças.

7. Por fim, é necessário fazer um relatório final.

8. Este relatório deve conter:

9. a) Uma descrição do problema;



b) Uma descrição das ações realizadas;

c) Os resultados;

d) Uma análise das causas das diferenças entre o planejado e o realizado.

10. Este relatório deve ser apresentado ao superior hierárquico.

11. O relatório final deve conter as seguintes informações:

12. a) O nome do responsável pelo projeto;

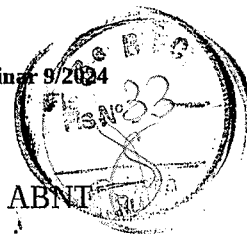
b) A data de elaboração;

c) O local de elaboração.

13. O relatório final deve ser assinado pelo responsável pelo projeto.

14. O relatório final deve ser entregue ao superior hierárquico.

15. O relatório final deve ser arquivado.



7.4 O fornecimento dos bens contratados obedecerão rigorosamente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), IGAM, ANVISA e demais órgãos necessários, as especificações, projetos e instruções da fiscalização da Prefeitura Municipal de Jaru/RO e Porto Velho/RO.

7.5 A Contratada arcará com o ônus das multas e penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais junto à Prefeitura Municipal de Jaru/RO e Porto Velho/RO ou ao Governo do Estado de Rondônia.

7.6 A Contratada responderá civil e criminalmente, por danos pessoais ou patrimoniais decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou ainda, por negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos.

7.7 Compete a Contratada a responsabilidade quanto a destinação dos resíduos provenientes do beneficiamento de combustíveis durante toda a execução dos serviços e ao final.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 O quantitativo dos materiais a serem contratados foram estimados pela Seção Técnica do Batalhão tendo como base o Plano de Trabalho nº 25.001.20.21.02.37.04 – (Destacamento Jaru), de acordo com o mapa comparativo em anexo.

8.2 O quantitativo estimado tomou como base o consumo previsto de combustível para finalização das obras de engenharia a cargo do 5º BEC, conforme discriminado nas quantidades a serem contratadas.

8.3 Dessa forma, estão estimados 775.000 (setecentos e setenta e cinco mil) litros de óleo diesel e 40.000 (quarenta mil) litros de gasolina comum. Essa previsão tomou como base o histórico de serviços executados nos últimos dois anos, o Plano de Trabalho da Operação Jaru.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.247.300,00

9.1 O valor da presente contratação está estimado em R\$ 5.247.300,00 (cinco milhões duzentos e quarenta e sete mil e trezentos reais), considerando os valores atuais do óleo diesel e da gasolina comum, conforme relatório de pesquisa em anexo.

9.2 Para efeito de cotação, será levado em conta o MENOR PREÇO, ou seja, o maior percentual de desconto oferecido na Tabela ANP – Agência Nacional de Petróleo, o qual tem gestão compartilhada entre Caixa e IBGE e divulga mensalmente custo e índices da construção civil, do Estado de Rondônia, município de Porto Velho.

9.3 DO VALOR DE REFERÊNCIA: Para obter-se o custo estimado licitado, atribui-se o valor de R\$ 1,00 (um real) a cada unidade dos itens considerados no presente Certame.



9.4 DO DESCONTO MÍNIMO ACEITO

9.4.1 Em cumprimento às determinações da Lei do Petróleo (Lei nº 9478/1997, artigo 8º), a ANP acompanha os preços praticados por revendedores de combustíveis automotivos e de gás liquefeito de petróleo envasilhado em botijões de 13 quilos (GLP P13), por meio de uma pesquisa semanal de preços realizada por empresa contratada.

9.4.2 A tabela ANP por conter uma pesquisa semanal de preço daquela região, já se constitui no valor de referência para a aquisição dos bens, sendo assim, o valor mínimo fixado para o desconto foi atribuído 0,1%, já que não terá tanta variação de preço, uma vez que já é o preço praticado no mercado local.

9.5 DO DESCONTO MÁXIMO ACEITO:

9.5.1 Fica estabelecido que a faixa aceitável de desconto para cada item deve ser de até 10%, caso o licitante ofereça valor de desconto maior que este, deverá comprovar através de planilha de custo, declaração, ou qualquer outro documento idôneo que tem condições de ofertar desconto maior que 10 %, ficando a cargo da administração a verificação da viabilidade. Não sendo viável e fundamentado nos autos do processo, a proposta não será aceita, levando a desclassificação e chamamento do próximo licitante.

9.5.2 O percentual máximo de desconto de 10% foi estipulado, pois, foi verificado na prática que os licitantes/fornecedores não conseguem ofertar, em regra, valor superior, uma vez que os próprios representantes não concedem esse desconto. Ora, se o representante do produto não consegue ofertar, em regra, desconto maior que 10%, o intermediário (licitante/fornecedor) que compra do representante não conseguirá conceder desconto maior. Contudo, como informado anteriormente, a verificação de desconto superior a 10% será aferido pelo Pregoeiro /Administração, e devidamente fundamentado, poderá ser aceito.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Justifica-se então a contratação de forma não continuada e parcelada, em virtude do fornecimento de combustíveis (óleo diesel e gasolina) a serem utilizados na sede do 5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC) e nos seus destacamentos. O parcelamento da solução é a regra, conforme letra a, do item 3.8 do anexo III da IN 005/2017, onde a licitação deve ser realizada por item, evitando prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, para que possam fazê-lo com relação a itens, procurando melhor aproveitamento do mercado e não deixando de haver ampliação da competitividade.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 No caso concreto, o 5º BEC possui em um passado recente contratações correlatas e não interdependente para a viabilidade e contratação desta demanda, pois, os insumos combustíveis (Óleo Diesel S10, Óleo Diesel Comum e Gasolina Comum) são de vital importância para as Obras sob responsabilidade do 5º BEC e uso recorrente. Logo, cito os certames licitatórios nos

The following is a summary of the information received from the various sources mentioned above, and is intended to provide a general overview of the situation. It is not intended to be a complete and exhaustive report, but rather a starting point for further investigation and analysis.

EM BRANCO

quais foram licitados os combustíveis citados neste instrumento: Pregão Eletrônico SRP nº 030/2021, Pregão Eletrônico SRP nº 008/2022 e Pregão Eletrônico SRP nº 016/2023– 5º BEC, cujo objeto foi a aquisição de insumos (Óleo Diesel S10, Óleo Diesel Comum e Gasolina Comum) a serem empregados na obra da Operação Jaru (Jaru-RO).

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A referida contratação compõe o Plano Anual de Contratações do Órgão, conforme documento anexo.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 A referida contratação propiciará ao 5º Batalhão de Engenharia de Construção cumprir as suas missões de adestramento em Operações de Engenharia de Construção, bem como as da vida Administrativa da Organização Militar.

13.2 Garantir o bem-estar dos usuários das Ruas Laterais na travessia do Rio Jaru e da BR 364/RO, em Jaru/RO.

13.3 Aumentar a capacidade de tráfego da rodovia.

13.4 Normalizar o abastecimento de insumos, gêneros e demais itens de necessidade básica das cidades que dependem da rodovia como via de acesso.

13.5 Melhorar as condições de segurança da via.

13.6 Mitigar o número de acidentes da rodovia.

13.7 Valorizar a dignidade humana (militares e população).

14. Providências a serem Adotadas

15.1 Deverá ser confeccionado o referido Termo de Referência para início do processo licitatório correspondente, após autorizado pelo Ordenador de Despesas.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 As empresas contratadas deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

15.1.1 Usar produtos e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

15.1.2 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

...
...
...
...

...
...

...
...

...
...

...
...
...

...
...

EM BRANCO

...
...
...

...
...

...
...

...
...

...
...

...
...
...

...
...

...
...
...

...
...
...

...
...
...



15.1.3 Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

15.1.4 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

15.1.5 Observar em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material bem como a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, preferencialmente através de papel reciclado, e de forma a não frustrar a competitividade.

15.2. O Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no art. 18 que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da Logística Reversa. Essa Logística é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (caso houver).

15.3. A Contratada deverá retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte, sendo de sua inteira responsabilidade a retirada desses materiais conforme previsto na legislação e normas ambientais para o tratamento, armazenamento, transporte e destinação do lixo ou resíduos hospitalares para os materiais compatíveis com o objeto desta licitação.

15.4. A logística reversa tratada no item 5.3 será de total responsabilidade da contratada, devendo a mesma atentar-se para dar, dentro de sua competência, cumprimento ao disposto nas normas específicas de destinação final (ABNT-NBR 13.968:1997; ABNT-NBR 14.719:2001 e ABNT-NBR 14.935:2003). Deverá também a Contratada se responsabilizar pela retirada das embalagens que acondicionem os produtos utilizados, tais como caixas e embalagens plásticas e pelo recolhimento dos materiais que por ventura forem utilizados e transformados em lixo.

15.5. A contratada deverá observar quanto a destinação final de sobras e de embalagens decorrentes da prestação do serviço o que dispõe a Lei nº 7.802/1989, a Resolução RDC ANVISA nº 052/2009 e o Decreto nº 4.074/2002.

15.6 Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

15.7 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.



16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Face ao conglomerado exposto, após minuciosa análise esta Equipe de Planejamento da Contratação é de parecer favorável a aquisição dos bens objeto(s) deste instrumento, fato este, que justifica-se nos elementos anteriores dos Estudos Preliminares.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Auxiliar da 4ª Seção do 5º BEC

Despacho: Em cumprimento ao constante no Inciso II, do Art. 14 do Decreto nº 10.024, de 20/09/19, aprovo o presente ETP, o qual foi elaborado conforme os parâmetros estabelecidos na IN SEGES/ME nº40.

Ordenador de Despesas do 5º BEC

EM BRANCO

[Faint, illegible handwritten notes]



Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1. DFD5_2024.pdf (46.64 KB)
- Anexo II - 2. Memória de Cálculo Qtde.pdf (237.27 KB)
- Anexo III - 3. Mapa Comparativo_Completo.pdf (175.07 KB)
- Anexo IV - 3.1. Preço gasolina.png (116.47 KB)
- Anexo V - 3.2. Preço Diesel S500.png (109.05 KB)
- Anexo VI - 3.3. Preço Diesel S10.png (113.63 KB)
- Anexo VII - 4. CatMat - Combustíveis.pdf (87.75 KB)
- Anexo VIII - 5. MR2_2024.pdf (52.34 KB)
- Anexo IX - 6. Designação de Equipe - Combustíveis.pdf (31.71 KB)

1. Introduction

The purpose of this document is to provide a comprehensive overview of the project's objectives, scope, and deliverables. It is intended for use by all stakeholders involved in the project.

The project is a multi-phase initiative aimed at improving the efficiency of the current system. The primary goal is to reduce processing time by 20% within the next six months. This will be achieved through the implementation of new software and hardware components, as well as the optimization of existing processes. The project is being managed by a dedicated team, and regular communication and reporting will be maintained throughout the duration of the project.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

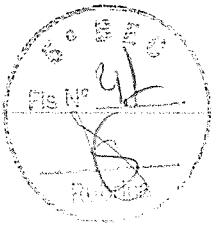
FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

EM BRANCO



Anexo I - 1. DFD5_2024.pdf

EM BRANCO



Número do Documento de Formalização da Demanda: 5/2024

1. Informações Básicas

Área requisitante

4 Seção

Descrição sucinta do objeto

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (Óleo diesel S10, Óleo diesel Comum e Gasolina Comum).

Justificativa da prioridade

Insumos necessários para continuação da execução das obras, de modo a cumprir os prazos descritos nos cronogramas de execução das obras de cooperação a cargo do 5º BEC, desta forma, mantendo a boa qualidade dos serviços em questão, zelando pela confiabilidade da instituição.

Data da conclusão da contratação

01/04/2024 01:00

UASG

160348

Editado por

2. Justificativa de necessidade

O processo licitatório visa contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (Óleo diesel S10, Óleo diesel Comum e Gasolina Comum), a serem empregados na Obra Operação Jaru, de modo a cumprir os prazos descritos nos cronogramas de execução das obras de cooperação a cargo do 5º BEC, desta forma, mantendo a boa qualidade dos serviços em questão, zelando pela confiabilidade da instituição.

3. Materiais/Serviços

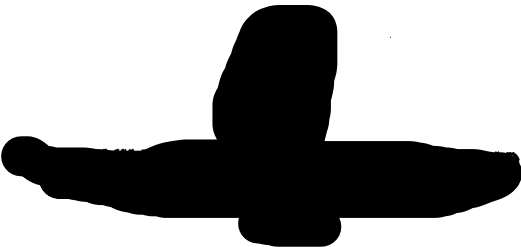
3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	ÓLEOS COMBUSTÍVEIS	ÓLEO DIESEL	USO: AUTOMOTIVO, APRESENTAÇÃO: COM BIODIESEL, COMPOSIÇÃO: CONCENTRAÇÃO DE ENXOFRE 10 Unidade de fornecimento: Litro	460.000,00	6,42	2.953.200,00
2	ÓLEOS COMBUSTÍVEIS	ÓLEO DIESEL	USO: AUTOMOTIVO, APRESENTAÇÃO: COM BIODIESEL, COMPOSIÇÃO: CONCENTRAÇÃO DE ENXOFRE 50 Unidade de fornecimento: Litro	315.000,00	6,46	2.034.900,00
3	COMBUSTÍVEIS E PROPELENTES LÍQUIDOS À BASE DE PETRÓLEO	GASOLINA	USO: PARA AUTOMOTIVOS, CLASSIFICAÇÃO: COMUM, ÍNDICE DE OCTANAGEM: IAD 87 MIN Unidade de fornecimento: Litro	40.000,00	6,48	259.200,00

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Eu, abaixo assinado, declaro que sou o titular da seguinte:

Conta Corrente nº 00000000000000000000

Aberta em nome de: 00000000000000000000

CPF nº 00000000000000000000

Endereço: 00000000000000000000

Cidade: 00000000000000000000

Estado: 00000000000000000000

País: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Data: 00/00/0000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000

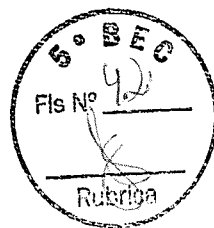
Assinatura: 00000000000000000000

Assinatura: 00000000000000000000



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Assinatura: 00000000000000000000



[REDACTED]

Auxiliar da 4ª Seção

[REDACTED]

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

EM BRANCO



Anexo II - 2. Memória de Cálculo Qtde.pdf

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA NECESSIDADE ANUAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	CONSUMO ANUAL			Previsão de novas demandas (empregos emergenciais e novas obras) (2)	À licitar (1)+(2)
			2022	2023	Média (1)		
1	ÓLEO DIESEL - COMUM . O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: 5º BEC, Av Rogério Weber, nº 01 Bairro militar, Porto Velho-RO.	litro	130.000	165.441	147.721	90.000	90.000
2	Óleo Diesel S-10, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: 5º BEC, Av Rogério Weber, nº 01 Bairro militar, Porto Velho-RO.						
3	GASOLINA COMUM, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: 5º BEC, Av Rogério Weber, nº 01 Bairro militar, Porto Velho-RO.	litro	5.000	10.569	7.785	32.216	40.000
4	ÓLEO DIESEL - COMUM . O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: Destacamento Jaru, localizado à Rua Tapajós 2299-2211, Setor "3" em Jaru/RO	litro	366.706	514.689	440.698	80.000	255.000
5	Óleo Diesel S-10, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: Destacamento Jaru, localizado à Rua Tapajós 2299-2211, Setor "3" em Jaru/RO					164.302	430.000

Porto Velho - RO, 31 de janeiro de 2024.

Cap



EM BRANCO



Anexo III - 3. Mapa Comparativo_Completo.pdf

EM BRANCO



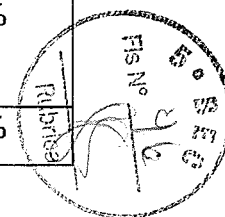
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

MAPA COMPARATIVO DA PESQUISA DE PREÇOS

1. Em cumprimento ao que prescreve a letra “b” do § 1º, Art. 48, Lei 8.666/93 e letra “a”, inciso IV, Art. 25 e § Único do Art. 84, IG 12-02, **declaro sob as penas da lei** que realizei pesquisa de preços para aquisição de combustível (Óleo diesel S-500, Óleo diesel S-10 e Gasolina Comum). **VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO DESTACAMENTO JARU, SOB RESPONSABILIDADE DO 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, SITUADO NA AVENIDA ROGÉRIO WEBER Nº 1 – MILITAR, PORTO VELHO/RO**, obtendo os valores conforme quadro abaixo:

1.1. PESQUISA

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UN	Qtd	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)	DESCONTO MÍNIMO
1	ÓLEO DIESEL - COMUM . O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: 5º BEC, Av Rogério Weber, nº 01 Bairro militar, Porto Velho-RO .	litro	60.000	1,00	0,10%
2	Óleo Diesel S-10, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: 5º BEC, Av Rogério Weber, nº 01 Bairro militar, Porto Velho-RO .	litro	30.000	1,00	0,10%
3	GASOLINA COMUM, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: 5º BEC, Av Rogério Weber, nº 01 Bairro militar, Porto Velho-RO .	litro	40.000	1,00	0,10%
4	ÓLEO DIESEL COMUM. O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: Destacamento Jaru, localizado à Rua Tapajós 2299-2211, Setor "3" em Jaru/RO .	litro	255.000	1,00	0,10%
5	Óleo Diesel S-10, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega:	litro	430.000	1,00	0,10%



EM BRANCO



ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UN	Qtd	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)	DESCONTO MÍNIMO
	Destacamento Jaru, localizado à Rua Tapajós 2299-2211, Setor "3" em Jaru/RO .				

2. METODOLOGIA UTILIZADA

2.1. Para efeito de cotação, será levado em conta o **MENOR PREÇO**, ou seja, o maior percentual de desconto oferecido na Tabela ANP – Agência Nacional de Petróleo, o qual tem gestão compartilhada entre Caixa e IBGE e divulga mensalmente custo e índices da construção civil, do Estado de Rondônia, município de Porto Velho.

2.2. Do valor de referência: Para obter-se o custo estimado licitado, atribui-se o valor de R\$ 1,00 (um real) a cada unidade dos itens considerados no presente Certame.

2.3. Do desconto mínimo aceito:

2.3.1. Em cumprimento às determinações da Lei do Petróleo (Lei nº 9478/1997, artigo 8º), a ANP acompanha os preços praticados por revendedores de combustíveis automotivos e de gás liquefeito de petróleo envasilhado em botijões de 13 quilos (GLP P13), por meio de uma pesquisa semanal de preços realizada por empresa contratada.

2.3.2. A tabela ANP por conter uma pesquisa semanal de preço daquela região, já se constitui no valor de referência para a aquisição dos bens, sendo assim, o valor mínimo fixado para o desconto foi atribuído 0,1%, já que não terá tanta variação de preço, uma vez que já é o preço praticado no mercado local.

2.4. Do desconto máximo aceito:

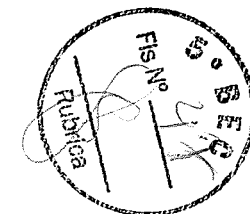
2.4.1. Fica estabelecido que a faixa aceitável de desconto para cada item deve ser de até 10%, caso o licitante ofereça valor de desconto maior que este, deverá comprovar através de planilha de custo, declaração, ou qualquer outro documento idôneo que tem condições de ofertar desconto maior que 10 %, ficando a cargo da administração a verificação da viabilidade. Não sendo viável e fundamentado nos autos do processo, a proposta não será aceita, levando a desclassificação e chamamento do próximo licitante.

2.4.2. O percentual máximo de desconto de 10% foi estipulado, pois, foi verificado na prática que os licitantes/fornecedores não conseguem ofertar, em regra, valor superior, uma vez que os próprios representantes não concedem esse desconto. Ora, se o representante do produto não consegue ofertar, em regra, desconto maior que 10%, o intermediário (licitante/fornecedor) que compra do representante não conseguirá conceder desconto maior. Contudo, como informado anteriormente, a verificação de desconto superior a 10% será aferido pelo Pregoeiro/Administração, e devidamente fundamentado, poderá ser aceito.

2.5. Quanto aos parâmetros estabelecidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SEGES/ME, nº 65, de 7 de julho de 2021, registra-se o que se segue:

2.5.1. Inciso I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

- Foi adotado para fins de levantamento do custo unitário da aquisição e assim calcular o valor da contratação.



CONFIDENTIAL

2.5.2. Inciso II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:

- Não foi adotado tendo em vista não terem sido obtidas informações consistentes e adequadas às especificações dos itens.

2.5.3. Inciso III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso:

- Foi adotado o desconto baseado na Tabela ANP.

2.5.4. Inciso IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou:

- Não foi adotado, pois não houve necessidade.

2.5.5. Inciso V – pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

2.6. Quanto a metodologia para obtenção do preço estimado estabelecidos pelo Art. 6º, da Instrução Normativa SEGES/ME, nº 65, de 7 de julho de 2021, registra-se o que se segue:

2.6.1. A mediana foi o método adotado para obtenção do preço estimado obtido na pesquisa de preços, onde o cálculo é baseado sobre um conjunto de mais de três preços.

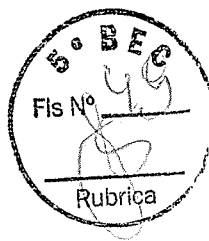
3. ANEXOS

3.1. Levantamento de Preços de Combustíveis (últimas semanas pesquisadas).

Porto Velho-RO, 31 de janeiro de 2024.



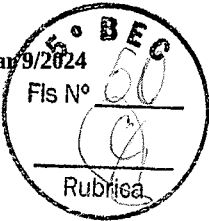
EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

**MAPA COMAPRATIVO DE
PREÇO E PESQUISA DE PREÇO**

EM BRANCO



Anexo IV - 3.1. Preço gasolina.png

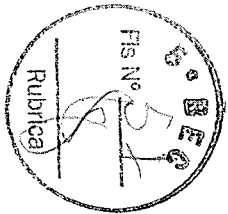
EM BRANCO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL
COMBUSTÍVEL: TODOS
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIOS

OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'ÓLEO DIESEL' SE REFERE AO ÓLEO DIESEL B 5500 COMUM.

DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
14/01/2024	20/01/2024	AMAZONAS	PARINTINS	GASOLINA COMUM	7	RS/l	7,36	0,034	7,29	7,38	0,005
14/01/2024	20/01/2024	PIAUÍ	PARNAÍBA	GASOLINA COMUM	11	RS/l	5,23	0,157	5,05	5,59	0,030
14/01/2024	20/01/2024	RIO GRANDE DO NORTE	PARNAMIRIM	GASOLINA COMUM	5	RS/l	5,85	0,025	5,83	5,88	0,004
14/01/2024	20/01/2024	RIO GRANDE DO SUL	PASSO FUNDO	GASOLINA COMUM	11	RS/l	5,55	0,080	5,39	5,59	0,014
14/01/2024	20/01/2024	MINAS GERAIS	PASSOS	GASOLINA COMUM	10	RS/l	5,18	0,311	4,89	5,69	0,060
14/01/2024	20/01/2024	PARANÁ	PATO BRANCO	GASOLINA COMUM	8	RS/l	5,80	0,037	5,78	5,89	0,006
14/01/2024	20/01/2024	PARAÍBA	PATOS	GASOLINA COMUM	9	RS/l	5,56	0,171	5,47	5,99	0,031
14/01/2024	20/01/2024	MINAS GERAIS	PATOS DE MINAS	GASOLINA COMUM	10	RS/l	5,33	0,054	5,28	5,39	0,010
14/01/2024	20/01/2024	MINAS GERAIS	PATROCÍNIO	GASOLINA COMUM	5	RS/l	5,79	0,235	5,39	5,99	0,041
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PAULÍNIA	GASOLINA COMUM	9	RS/l	5,26	0,198	4,89	5,49	0,038
14/01/2024	20/01/2024	PERNAMBUCO	PAULISTA	GASOLINA COMUM	10	RS/l	5,51	0,089	5,47	5,75	0,016
14/01/2024	20/01/2024	BAHIA	PAULO AFONSO	GASOLINA COMUM	8	RS/l	5,85	0,035	5,82	5,91	0,006
14/01/2024	20/01/2024	RIO GRANDE DO SUL	PELOTAS	GASOLINA COMUM	7	RS/l	5,62	0,139	5,41	5,79	0,025
14/01/2024	20/01/2024	PERNAMBUCO	PETROLINA	GASOLINA COMUM	17	RS/l	6,35	0,022	6,29	6,39	0,003
14/01/2024	20/01/2024	RIO DE JANEIRO	PETROPOLIS	GASOLINA COMUM	1	RS/l	6,29	0,000	6,29	6,29	0,000
14/01/2024	20/01/2024	PIAUÍ	PICOS	GASOLINA COMUM	10	RS/l	5,41	0,075	5,35	5,59	0,014
14/01/2024	20/01/2024	RONDONIA	PIMENTA BUENO	GASOLINA COMUM	8	RS/l	6,63	0,044	6,53	6,66	0,007
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PINDAMONHANGABA	GASOLINA COMUM	10	RS/l	5,31	0,178	4,99	5,49	0,033
14/01/2024	20/01/2024	PARANÁ	PINHAI	GASOLINA COMUM	1	RS/l	5,89	0,000	5,89	5,89	0,000
14/01/2024	20/01/2024	MARANHAO	PINHEIRO	GASOLINA COMUM	8	RS/l	5,76	0,056	5,70	5,89	0,010
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PIRACICABA	GASOLINA COMUM	16	RS/l	5,43	0,253	4,79	5,88	0,047
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PIRASSUNUNGA	GASOLINA COMUM	7	RS/l	5,42	0,288	4,89	5,69	0,053
14/01/2024	20/01/2024	PIAUÍ	PIRIPIRI	GASOLINA COMUM	7	RS/l	5,55	0,163	5,43	5,79	0,029
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	POA	GASOLINA COMUM	4	RS/l	5,55	0,201	5,29	5,78	0,036
14/01/2024	20/01/2024	BAHIA	POCOES	GASOLINA COMUM	8	RS/l	5,74	0,050	5,69	5,80	0,009
14/01/2024	20/01/2024	MINAS GERAIS	POCOS DE CALDAS	GASOLINA COMUM	10	RS/l	5,31	0,179	5,05	5,59	0,034
14/01/2024	20/01/2024	PARANÁ	PONTA GROSSA	GASOLINA COMUM	16	RS/l	5,37	0,077	5,19	5,57	0,014
14/01/2024	20/01/2024	MATO GROSSO DO SUL	PONTA PORA	GASOLINA COMUM	8	RS/l	5,80	0,183	5,68	6,10	0,031
14/01/2024	20/01/2024	GOIAS	PORANGATU	GASOLINA COMUM	6	RS/l	5,37	0,075	5,29	5,49	0,014
14/01/2024	20/01/2024	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	GASOLINA COMUM	35	RS/l	5,42	0,176	5,13	6,09	0,032
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PORTO FERREIRA	GASOLINA COMUM	6	RS/l	5,58	0,213	5,30	5,79	0,038
14/01/2024	20/01/2024	TOCANTINS	PORTO NACIONAL	GASOLINA COMUM	8	RS/l	5,58	0,226	5,30	5,99	0,040
14/01/2024	20/01/2024	BAHIA	PORTO SEGURO	GASOLINA COMUM	8	RS/l	6,49	0,126	6,25	6,59	0,019
14/01/2024	20/01/2024	RONDONIA	PORTO VELHO	GASOLINA COMUM	19	RS/l	6,48	0,046	6,38	6,59	0,007
14/01/2024	20/01/2024	MINAS GERAIS	POUSO ALEGRE	GASOLINA COMUM	10	RS/l	5,34	0,116	5,19	5,49	0,022
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PRAIA GRANDE	GASOLINA COMUM	13	RS/l	5,65	0,370	5,09	6,49	0,066
14/01/2024	20/01/2024	MARANHAO	PRESIDENTE DUTRA	GASOLINA COMUM	16	RS/l	5,57	0,136	5,19	5,67	0,024
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PRESIDENTE PRUDENTE	GASOLINA COMUM	15	RS/l	5,75	0,343	4,74	5,99	0,060
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PRESIDENTE VENCESLAU	GASOLINA COMUM	6	RS/l	5,49	0,377	4,85	5,98	0,069
14/01/2024	20/01/2024	CEARÁ	QUIXADA	GASOLINA COMUM	6	RS/l	5,80	0,200	5,67	6,00	0,030



EM
BR
NO
CO



Anexo V - 3.2. Preço Diesel S500.png

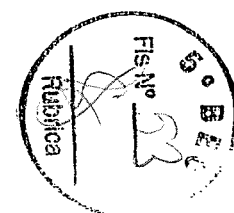
EM BRANCO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL
COMBUSTÍVEL: TODOS
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIOS

OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'ÓLEO DIESEL' SE REFERE AO ÓLEO DIESEL B 5500 COMUM.

DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
14/01/2024	20/01/2024	MINAS GERAIS	PAULÍNIA	ÓLEO DIESEL	2	RS/l	5,59	0,283	5,39	5,79	0,051
14/01/2024	20/01/2024	SAO PAULO	PAULÍNIA	ÓLEO DIESEL	6	RS/l	6,02	0,133	5,94	6,29	0,022
14/01/2024	20/01/2024	BAHIA	PAULO AFONSO	ÓLEO DIESEL	6	RS/l	6,02	0,175	5,79	6,49	0,029
14/01/2024	20/01/2024	RIO GRANDE DO SUL	PELOTAS	ÓLEO DIESEL	14	RS/l	5,93	0,054	5,87	5,99	0,009
14/01/2024	20/01/2024	PERNAMBUCO	PETROLINA	ÓLEO DIESEL	6	RS/l	5,85	0,081	5,72	5,97	0,014
14/01/2024	20/01/2024	PIAUI	PICOS	ÓLEO DIESEL	6	RS/l	6,62	0,354	6,06	6,88	0,053
14/01/2024	20/01/2024	RONDONIA	PIMENTA BUENO	ÓLEO DIESEL	5	RS/l	5,66	0,293	5,42	5,99	0,052
14/01/2024	20/01/2024	SAO PAULO	PINDAMONHANGABA	ÓLEO DIESEL	3	RS/l	5,55	0,000	5,55	5,55	0,000
14/01/2024	20/01/2024	PARANA	PINHAI	ÓLEO DIESEL	1	RS/l	6,14	0,107	5,95	6,19	0,017
14/01/2024	20/01/2024	MARANHAO	PINHEIRO	ÓLEO DIESEL	5	RS/l	5,76	0,262	5,39	6,29	0,046
14/01/2024	20/01/2024	SAO PAULO	PIRACICABA	ÓLEO DIESEL	12	RS/l	5,75	0,000	5,75	5,75	0,000
14/01/2024	20/01/2024	SAO PAULO	PIRASSUNUNGA	ÓLEO DIESEL	1	RS/l	6,07	0,096	5,95	6,15	0,016
14/01/2024	20/01/2024	PIAUI	PIRIPIRI	ÓLEO DIESEL	4	RS/l	5,53	0,068	5,45	5,64	0,012
14/01/2024	20/01/2024	BAHIA	POCOES	ÓLEO DIESEL	8	RS/l	5,89	0,155	5,69	6,09	0,026
14/01/2024	20/01/2024	MINAS GERAIS	POCOS DE CALDAS	ÓLEO DIESEL	6	RS/l	5,63	0,179	5,54	5,97	0,032
14/01/2024	20/01/2024	PARANA	PONTA GROSSA	ÓLEO DIESEL	9	RS/l	6,37	0,304	6,15	6,72	0,048
14/01/2024	20/01/2024	MATO GROSSO DO SUL	PONTA PORA	ÓLEO DIESEL	3	RS/l	5,63	0,214	5,35	5,99	0,038
14/01/2024	20/01/2024	GOIAS	PORANGATU	ÓLEO DIESEL	6	RS/l	5,92	0,196	5,66	6,29	0,033
14/01/2024	20/01/2024	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	ÓLEO DIESEL	7	RS/l	5,62	0,160	5,49	5,79	0,028
14/01/2024	20/01/2024	SAO PAULO	PORTO FERREIRA	ÓLEO DIESEL	4	RS/l	5,59	0,220	5,30	5,87	0,039
14/01/2024	20/01/2024	TOCANTINS	PORTO NACIONAL	ÓLEO DIESEL	6	RS/l	6,58	0,135	6,30	6,70	0,021
14/01/2024	20/01/2024	BAHIA	PORTO SEGURO	ÓLEO DIESEL	7	RS/l	6,46	0,309	5,97	7,19	0,048
14/01/2024	20/01/2024	RONDONIA	PORTO VELHO	ÓLEO DIESEL	10	RS/l	5,78	0,137	5,64	5,94	0,024
14/01/2024	20/01/2024	MINAS GERAIS	POUSO ALEGRE	ÓLEO DIESEL	6	RS/l	5,98	0,275	5,69	6,29	0,046
14/01/2024	20/01/2024	SAO PAULO	PRAIA GRANDE	ÓLEO DIESEL	5	RS/l	5,72	0,152	5,50	5,99	0,026
14/01/2024	20/01/2024	MARANHAO	PRESIDENTE DUTRA	ÓLEO DIESEL	12	RS/l	5,93	0,108	5,79	6,08	0,018
14/01/2024	20/01/2024	SAO PAULO	PRESIDENTE PRUDENTE	ÓLEO DIESEL	5	RS/l	6,16	0,222	5,75	6,38	0,036
14/01/2024	20/01/2024	SAO PAULO	PRESIDENTE VENCESLAU	ÓLEO DIESEL	7	RS/l	6,03	0,223	5,89	6,38	0,037
14/01/2024	20/01/2024	PARA	REDENCAO	ÓLEO DIESEL	7	RS/l	5,47	0,000	5,47	5,47	0,000
14/01/2024	20/01/2024	RIO DE JANEIRO	RESENDE	ÓLEO DIESEL	1	RS/l	5,94	0,000	5,94	5,94	0,000
14/01/2024	20/01/2024	SAO PAULO	RIBEIRAO PIRES	ÓLEO DIESEL	1	RS/l	5,68	0,124	5,59	5,89	0,022
14/01/2024	20/01/2024	SAO PAULO	RIBEIRAO PRETO	ÓLEO DIESEL	7	RS/l	6,30	0,301	5,99	6,59	0,048
14/01/2024	20/01/2024	RIO DE JANEIRO	RIO BONITO	ÓLEO DIESEL	3	RS/l	6,99	0,093	6,94	7,20	0,013
14/01/2024	20/01/2024	ACRE	RIO BRANCO	ÓLEO DIESEL	11	RS/l	5,73	0,398	5,19	6,39	0,069
14/01/2024	20/01/2024	SAO PAULO	RIO CLARO	ÓLEO DIESEL	8	RS/l	5,95	0,199	5,66	6,39	0,033
14/01/2024	20/01/2024	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	ÓLEO DIESEL	16	RS/l	5,98	0,172	5,78	6,19	0,029
14/01/2024	20/01/2024	RIO GRANDE DO SUL	RIO GRANDE	ÓLEO DIESEL	5	RS/l	5,83	0,182	5,59	5,99	0,031
14/01/2024	20/01/2024	ALAGOAS	RIO LARGO	ÓLEO DIESEL	5	RS/l	5,77	0,225	5,54	5,99	0,039
14/01/2024	20/01/2024	GOIAS	RIO VERDE	ÓLEO DIESEL	3	RS/l	5,69	0,000	5,69	5,69	0,000
14/01/2024	20/01/2024	MINAS GERAIS	SABARA	ÓLEO DIESEL	1	RS/l					



EM BRANCO



Anexo VI - 3.3. Preço Diesel S10.png

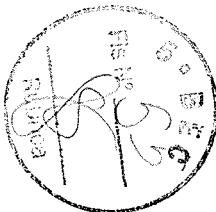
EM BRANCO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL
COMBUSTÍVEL: TODOS
TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIOS

OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'ÓLEO DIESEL' SE REFERE AO ÓLEO DIESEL B 5500 COMUM.

DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
14/01/2024	20/01/2024	RIO DE JANEIRO	PETROPOLIS	ÓLEO DIESEL S10	1	RS/l	5,89	0,000	5,89	5,89	0,000
14/01/2024	20/01/2024	PIAUÍ	PICOS	ÓLEO DIESEL S10	9	RS/l	5,90	0,191	5,59	6,09	0,032
14/01/2024	20/01/2024	RONDONIA	PIMENTA BUENO	ÓLEO DIESEL S10	4	RS/l	6,61	0,404	6,09	6,99	0,061
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PINDAMONHANGABA	ÓLEO DIESEL S10	9	RS/l	5,80	0,198	5,56	6,09	0,034
14/01/2024	20/01/2024	PARANÁ	PINHAI	ÓLEO DIESEL S10	1	RS/l	5,65	0,000	5,65	5,65	0,000
14/01/2024	20/01/2024	MARANHÃO	PINHEIRO	ÓLEO DIESEL S10	6	RS/l	6,19	0,063	6,09	6,29	0,010
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PIRACICABA	ÓLEO DIESEL S10	15	RS/l	5,92	0,280	5,46	6,49	0,047
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PIRASSUNUNGA	ÓLEO DIESEL S10	2	RS/l	6,34	0,212	6,19	6,49	0,033
14/01/2024	20/01/2024	PIAUÍ	PIRIPIRI	ÓLEO DIESEL S10	6	RS/l	6,25	0,287	5,79	6,69	0,046
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	POA	ÓLEO DIESEL S10	3	RS/l	6,09	0,173	5,99	6,29	0,028
14/01/2024	20/01/2024	BAHIA	POCOES	ÓLEO DIESEL S10	4	RS/l	5,61	0,062	5,55	5,69	0,011
14/01/2024	20/01/2024	MINAS GERAIS	POCOS DE CALDAS	ÓLEO DIESEL S10	10	RS/l	6,04	0,292	5,79	6,59	0,048
14/01/2024	20/01/2024	PARANÁ	PONTA GROSSA	ÓLEO DIESEL S10	12	RS/l	5,76	0,200	5,54	6,17	0,035
14/01/2024	20/01/2024	MATO GROSSO DO SUL	PONTA PORÁ	ÓLEO DIESEL S10	6	RS/l	6,35	0,330	6,04	6,82	0,052
14/01/2024	20/01/2024	GOIÁS	PORANGATU	ÓLEO DIESEL S10	2	RS/l	5,72	0,099	5,65	5,79	0,017
14/01/2024	20/01/2024	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	ÓLEO DIESEL S10	15	RS/l	6,09	0,336	5,58	6,59	0,055
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PORTO FERREIRA	ÓLEO DIESEL S10	5	RS/l	5,79	0,215	5,54	5,99	0,037
14/01/2024	20/01/2024	TOCANTINS	PORTO NACIONAL	ÓLEO DIESEL S10	8	RS/l	5,65	0,216	5,30	5,98	0,038
14/01/2024	20/01/2024	BAHIA	PORTO SEGURO	ÓLEO DIESEL S10	7	RS/l	6,66	0,126	6,40	6,75	0,019
14/01/2024	20/01/2024	RONDONIA	PORTO VELHO	ÓLEO DIESEL S10	17	RS/l	6,42	0,303	5,95	7,29	0,047
14/01/2024	20/01/2024	MINAS GERAIS	POUSO ALEGRE	ÓLEO DIESEL S10	8	RS/l	5,88	0,125	5,69	5,99	0,021
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PRAIA GRANDE	ÓLEO DIESEL S10	9	RS/l	6,16	0,228	5,75	6,59	0,037
14/01/2024	20/01/2024	MARANHÃO	PRESIDENTE DUTRA	ÓLEO DIESEL S10	13	RS/l	5,70	0,089	5,52	5,89	0,016
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PRESIDENTE PRUDENTE	ÓLEO DIESEL S10	10	RS/l	6,09	0,182	5,89	6,39	0,030
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	PRESIDENTE VENCESLAU	ÓLEO DIESEL S10	6	RS/l	6,22	0,259	5,78	6,48	0,042
14/01/2024	20/01/2024	CEARA	QUIXADA	ÓLEO DIESEL S10	5	RS/l	5,83	0,195	5,69	6,09	0,033
14/01/2024	20/01/2024	PERNAMBUCO	RECIFE	ÓLEO DIESEL S10	19	RS/l	5,67	0,124	5,49	5,99	0,022
14/01/2024	20/01/2024	PARÁ	REDENCAO	ÓLEO DIESEL S10	6	RS/l	6,08	0,184	5,99	6,45	0,030
14/01/2024	20/01/2024	RIO DE JANEIRO	RESENDE	ÓLEO DIESEL S10	7	RS/l	6,01	0,257	5,56	6,39	0,043
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	RIBEIRAO PIRES	ÓLEO DIESEL S10	8	RS/l	5,96	0,252	5,40	6,29	0,042
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	RIBEIRAO PRETO	ÓLEO DIESEL S10	14	RS/l	6,03	0,319	5,64	6,59	0,053
14/01/2024	20/01/2024	RIO DE JANEIRO	RIO BONITO	ÓLEO DIESEL S10	5	RS/l	6,13	0,360	5,64	6,53	0,059
14/01/2024	20/01/2024	ACRE	RIO BRANCO	ÓLEO DIESEL S10	11	RS/l	7,02	0,085	6,98	7,20	0,012
14/01/2024	20/01/2024	SÃO PAULO	RIO CLARO	ÓLEO DIESEL S10	9	RS/l	5,83	0,384	5,39	6,49	0,066
14/01/2024	20/01/2024	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	ÓLEO DIESEL S10	34	RS/l	6,05	0,271	5,49	6,69	0,045
14/01/2024	20/01/2024	RIO GRANDE DO SUL	RIO GRANDE	ÓLEO DIESEL S10	7	RS/l	6,07	0,153	5,88	6,29	0,025
14/01/2024	20/01/2024	ALAGOAS	RIO LARGO	ÓLEO DIESEL S10	6	RS/l	5,88	0,134	5,69	5,99	0,023
14/01/2024	20/01/2024	GOIÁS	RIO VERDE	ÓLEO DIESEL S10	4	RS/l	5,77	0,193	5,59	5,99	0,033
14/01/2024	20/01/2024	MINAS GERAIS	SABARA	ÓLEO DIESEL S10	4	RS/l	5,89	0,141	5,79	6,09	0,024
14/01/2024	20/01/2024	PERNAMBUCO	SALGUEIRO	ÓLEO DIESEL S10	7	RS/l	5,67	0,495	5,40	6,75	0,088

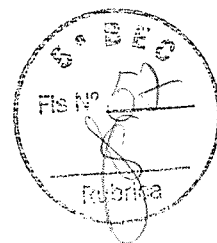


EM BRANCO



Anexo VII - 4. CatMat - Combustíveis.pdf

EM BRANCO



Catálogo - Itens selecionados

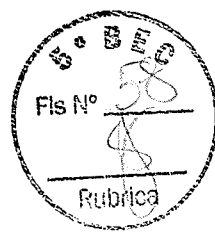
Sequencial	ID	Nome	Tipo	Unidade Medida
1	461548	Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 10 MG/K	MATERIAL	Litro
2	477915	Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 500 Mg/Kg MG/K	MATERIAL	Litro
3	461506	Gasolina Uso: Para Automotivos , Classificação: Comum , Índice De Octanagem: Iad 87 Min	MATERIAL	Litro

Imagem de uma assinatura digitalizada, provavelmente de um representante da administração pública, sobreposta ao corpo do documento.

Catálogo de Serviços e Produtos

Descrição	Valor	Quantidade	Observações
1. Serviço de limpeza e manutenção de redes de esgoto	R\$ 1.200,00	1	Valor unitário
2. Serviço de limpeza e manutenção de redes de água	R\$ 1.200,00	1	Valor unitário
3. Serviço de limpeza e manutenção de redes de gás	R\$ 1.200,00	1	Valor unitário

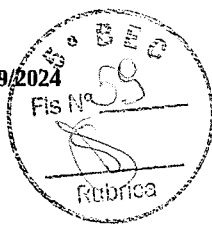
EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

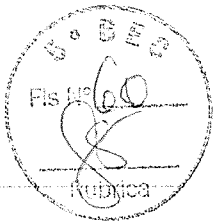
MAPA DE RISCO

EM BRANCO



Anexo VIII - 5. MR2_2024.pdf

EM BRANCO



Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

2/2024

Objeto da Matriz de Riscos

Aquisição de COMBUSTÍVEIS, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no TR, a fim de atender às necessidades do 5º BEC.

Responsável pela Edição

[Redacted]

Data de Criação

23/01/2024 11:48

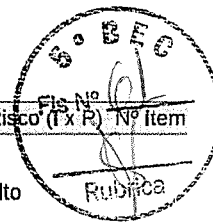
2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Indisponibilidade Orçamentária	Possível falha de Planejamento Estratégico visando a descentralização de orçamento que possa ser descentralizado em prol da contratação.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
1	Impactos Impossibilidade de aquisição dos bens (combustíveis), os quais acarretariam prejuízos: ao interesse público (sociedade), a Administração (5º BEC) e aos órgãos convenientes.					
P-01	Ações Preventivas A Administração deverá no Planejamento Estratégico contemplar a(s) possível(is) rubrica(s) orçamentária(s) que poderão ser descentralizadas em prol da contratação.					
C-01	Ações de Contingência Intermediar junto ao Chefe da 4ª Seção o eventual Pedido Eletrônico de Crédito (PEC), a fim de atender o mais breve possível com recursos a referida demanda.					
				Responsável: JOAQUIM FERRAZ DOS SANTOS FILHO		
				Responsável: JOAQUIM FERRAZ DOS SANTOS FILHO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Especificação Insuficiente para a Aquisição dos Bens (combustíveis)	Planejamento da aquisição de bens que não supre a necessidade da OM solicitante.	Planejamento	Administração	Médio	
1	Impactos Os serviços poderão ser prestados de forma a não abranger às necessidades institucionais.					
P-01	Ações Preventivas Revisão da especificação do(s) bem(ns) objeto do Termo de Referência, bem como do Edital e seus anexos.					
C-01	Ações de Contingência Analisar o grau de insuficiência do Termo de Referência, e, sucessivamente, decidir quanto à vantagem de uma possível rescisão contratual e de repetição do certame licitatório sanado os óbices.					
				Responsável: JOAQUIM FERRAZ DOS SANTOS FILHO		
				Responsável: JOAQUIM FERRAZ DOS SANTOS FILHO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Atraso na Conclusão da Licitação	na Não atendimento à demanda no prazo necessário acarretando prejuízos à Administração	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
1	Impactos Não atendimento à demanda no prazo necessário acarretando prejuízos: ao cronograma de execução da obra, ao bem-estar da tropa e a outros fatores insítos à dignidade humana elencados no item 2 – DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES.					
P-01	Ações Preventivas Responder os pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas; bem como as eventuais alterações que afetarem a substância (formulação) das propostas de preços deverão ser realizadas mediante a reabertura do prazo inicial correspondente. Ainda, outro fator que poderá enquadrar-se ao episódio será a desclassificação da proposta de preços ou inabilitação do(s) licitante(s) interessado(s).					
C-01	Ações de Contingência Adiamento da abertura da licitação pela SALC, a fim de evitar possíveis infringências ao Princípio Constitucional da Isonomia e aos Princípios Básicos					
				Responsável: EDVAN OLIVEIRA DE SOUZA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (T x P)	Nº Item
R-04	Recursos Administrativos Procedentes	Falta de análise dos pedido(s) de intenção de recurso, a(s) proposta(s) de preços e documentação de habilitação exigidas no Edital, a fim de reduzir os riscos.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

**Impactos**

- 1 Atraso na contratação do objeto da licitação, devido à aceitação ao recurso impetrado por algum licitante participante, por ocasião de habilitação indevida daquele declarado vencedor do certame, ou ainda, da aceitação da proposta em desacordo com as condições editalícias. Fato este, que poderá culminar com a licitação "fracassada" ou na hipótese de desclassificação e/ou inabilitação perdurar um prazo mais extenso para adjudicação/homologação ocasionado pela convocação de licitante(s) subsequente(s) quando houver.

Ações Preventivas

- P-01 Analisar com cautela o(s) pedido(s) de intenção de recurso, a(s) proposta(s) de preços e documentação de habilitação exigidas no Edital, a fim de reduzir os riscos. **Responsável:** EDVAN OLIVEIRA DE SOUZA

Ações de Contingência

- C-01 O Pregoeiro(a) envidará esforços de sua competência para lograr êxito na contratação senão repassará ao Ordenador de Despesas possíveis estratégias paralelas. **Responsável:** EDVAN OLIVEIRA DE SOUZA

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

Auxiliar da 4ª Seção do 5º BEC

EM BRANCO



Anexo IX - 6. Designação de Equipe - Combustíveis.pdf



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

MINUTA DE EDITAL Nº 05/2024

NEW BRIDGE

PREGÃO ELETRÔNICO

05/2024

CONTRATANTE (UASG)
(160348- 5º BEC)

OBJETO

registro de preços para aquisição COMBUSTÍVEIS

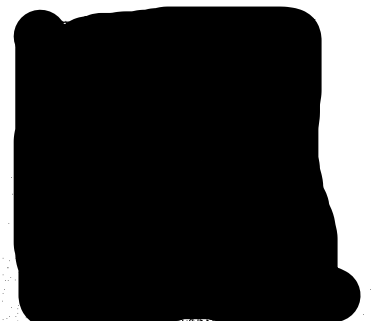
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 5.247.300,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
maior desconto por item

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM



Comece aqui em Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	17
11. DOS RECURSOS	18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



MODELO DE EDITAL



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

PREGÃO ELETRÔNICO Nº .05/2024

(Processo Administrativo nº 64043.000665/2024-85)

Torna-se público que o o 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO (5º BEC), por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, sediada na Av. Rogério Weber, 01, Bairro Militar, Porto Velho - RO, CEP 76804-604, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de combustíveis conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente

ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. ~~Para os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.~~

3.5.1. ~~A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.~~

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

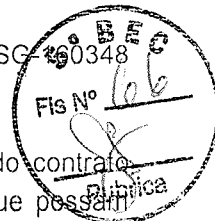
3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. *peçasas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor do desconto, unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante.

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estipulado no Termo de Referência, também deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante INAOI poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. ~~Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.~~

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

~~5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações — CBO.~~

~~5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário mínimo vigente, o que for maior.~~

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,1 % (um décimo por cento)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

~~6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:~~

~~6.22.1.1. ...~~

~~6.22.1.2. ...~~

~~6.22.2. Não será admitida a provisão de preços diferentes em razão do local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo. / Será adotada a provisão de preços diferentes conforme os critérios abaixo:~~

~~6.22.2.1. ...~~

~~6.22.2.2. ...~~

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. ~~Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.~~

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.



7.7. ~~Em se tratando de serviços com fornecimento de mão-de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:~~

7.7.1. ~~-[indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];~~

7.7.2. ~~O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.~~

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário lido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

~~7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.~~

~~7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;~~

~~7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.~~

~~7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.~~

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

~~7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.~~

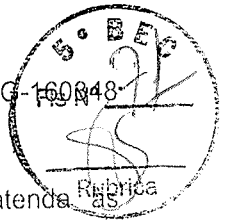
7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a



verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda as especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico pelo e-mail salc5bec@gmail.com.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

~~8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de visita prévia.~~

8.10.1. ~~O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração, para o licitante exclusivo, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.~~

8.10.2. ~~Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.~~

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de (.....) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

1.1. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico COMPRAS.GOV.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

- 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 22 (vinte e dois) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail salc5bec@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Av. Rogério Weber, bairro militar, Nr 1, Porto Velho-RO, CEP: 76804-604, seção de aquisições licitações e contratos – SALC.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

1.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Rogério Weber, 01, Bairro Militar, Porto Velho - RO, CEP 76804-604 (setor de licitações), Tel. [REDACTED] nos dias úteis, no horário das 09:30 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.10.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.10.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.10.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.10.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.10.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de preço

Município de Porto Velho, RO de 19 de fevereiro de 2024.

[REDACTED]
[REDACTED] – Ten Cel
Ordenador de Despesas – BEC



MODELO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 5º BEC, com sede na Av. Rogério Weber, 01 Bairro Militar, na cidade de Porto Velho /Estado RO, CEP 76804-604, inscrito no CNPJ sob o nº 07.556.867/0001-77, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas [REDACTED], nomeado pela Portaria nº 743 de 07 de junho de 2023, publicada em 12 de junho de 2023 no D.O.U nº 109, inscrito no CPF nº [REDACTED], portador da Matrícula Funcional nº [REDACTED] considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/20224, publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 64043.000665/2024-85, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso de Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de combustíveis, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1. do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 05/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/ME, endereço, contatos, representante)
------------------	---

X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 5º BEC.

3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a solicitação do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

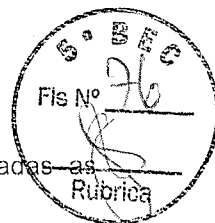
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

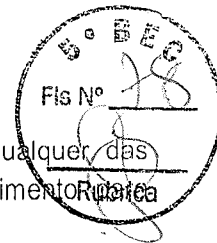
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para o cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02. (DUAS) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

 Ten Cel
Ordenador de Despesas – 5º BEC

Anexo

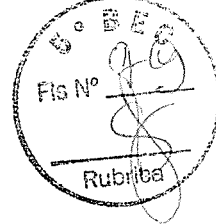
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

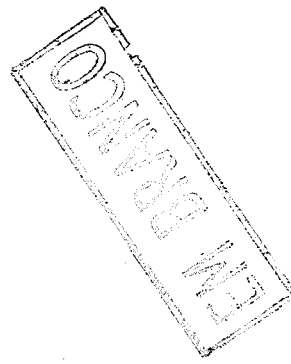
Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

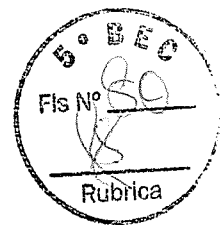
Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

ANEXOS DA MINUTA DO EDITAL

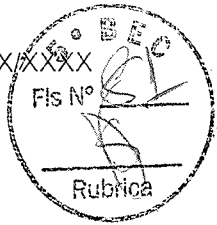




MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

**ANEXO III - MINUTA DO TERMO
DE CONTRATO**

EM BRANCO



MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER
(Processo Administrativo nº 64043.000665/2024-85)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
.....
..... E

A União por intermédio do 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 5º BEC; com sede na Av. Rogério Weber, 01 Bairro Militar, na cidade de Porto Velho /Estado RO, CEP 76804-604, inscrito no CNPJ sob o nº 07.556.867/0001-77, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas [REDACTED], nomeado pela Portaria nº 743 de 07 de junho de 2023, publicada em 12 de junho de 2023 no D.O.U nº 109, inscrito no CPF nº [REDACTED] portador da Matrícula Funcional nº [REDACTED] doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/ME sob o nº sediado(a) na doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos. tendo em vista o que consta no Processo nº 64043.000665/2024-85 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 05/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de combustíveis, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração do descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

9.19. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

9.20. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

9.21. *Submeter previamente, por escrito, ao contratante para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênero*

9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

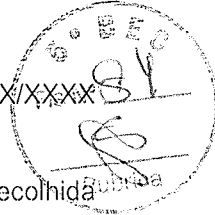
- 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 22 (vinte e dois) dias;
- 2. *Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 22% (vinte dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
 - i. *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de% a 1% do valor do Contrato.
- 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 1% a 2% do valor do Contrato.
- 5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 2% do valor do Contrato.
- 6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 2% do valor do Contrato.
- 7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 2% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

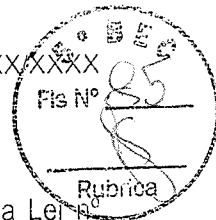
12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 13.1.1. Gestão/Unidade:
- 13.1.2. Fonte de Recursos:
- 13.1.3. Programa de Trabalho:
- 13.1.4. Elemento de Despesa:
- 13.1.5. Plano Interno:
- 13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Rondônia, Seção Judiciária de Porto Velho para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

{local}, {dia} de {mês} de {ano}.

Representante legal do CONTRATANTE

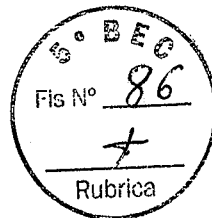
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

EM BRANCO

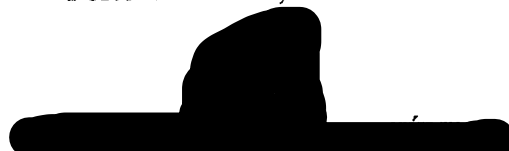


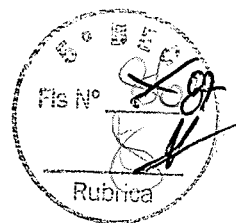
**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER)**

CERTIFICADO AO ATENDIMENTO DO PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO

Certifico que foi atendido ao princípio da segregação de funções, no quais foram designando, conforme publicações de designações dos agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução do processo, atendendo ao que normatiza o Art. 7º, §1º, da Lei 14133/21. Art. 12 do Decreto 11246/22.

Porto Velho-RO, 20 de fevereiro de 2024.

 – Ten Cel
Ordenador de Despesas – 5º BEC



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

LISTA DE VERIFICAÇÃO

EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTA DE VERIFICAÇÃO
 (Licitação para Compras e Serviços, exceto engenharia e TIC)

Notas explicativas

A presente lista de verificação foi elaborada com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 para aquisições e serviços comuns.

A presente lista pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela CNMLC em conjunto com a Seges/ME, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais, dispensando sua verificação específica¹.

A lista deve ser preenchida pelo órgão contratante como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.

A lista foi dividida em **quatro** seções. A primeira trata de requisitos gerais de todas as contratações. A segunda seção abrange aspectos específicos da pesquisa de preços e das questões orçamentárias. A terceira seção abrange aspectos relativos a aquisições. A última seção abrange aspectos específicos para contratação de serviços em geral.

A coluna "Atende plenamente a exigência?" deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência

Não: não atende plenamente a exigência

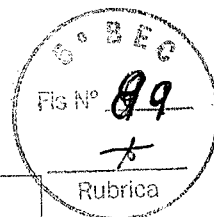
Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado

Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br

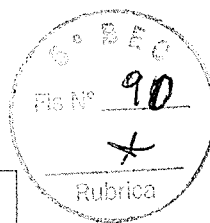
VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a	Indicação do local do processo em
---	---------------------	-----------------------------------

	exigência?	que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo? ²	Sim	01
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? ³	Sim	64043.000665/2024-85
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? ⁴	Sim	09
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções? ⁵	Sim	86
Consta documento de formalização de demanda? ⁶	Sim	39
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual? ⁷	Sim	07
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? ⁸	Sim	05
Há Estudo Técnico Preliminar? ⁹	Sim	30
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação? ¹⁰	Sim	31
Há Análise de Riscos? ¹¹	Sim	60
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? ¹²	Resposta	não
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto? ¹³	Sim	35
Há termo de referência? ¹⁴	Resposta	17
Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022? ¹⁵		18
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização? ¹⁶	Resposta	89
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Sim	
Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração? ¹⁷	Sim	



O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária? ¹⁸	Sim	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo? ¹⁹	Não	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?	Não se aplica	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las? ²⁰	Não se aplica	
Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011? ²¹	Não se aplica	
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização? ²²	Sim	89
Os autos estão instruídos com o edital da licitação? ²³	Sim	63
Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? ²⁴	Sim	
Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização? ²⁵	Sim	89
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?	Não se aplica	
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado? ²⁶	Sim	
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos? ²⁷	Não se aplica	
Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos? ²⁸	Não se aplica	

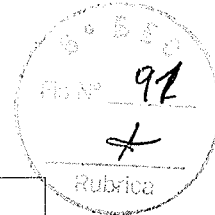
VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação? ²⁹	Sim	49
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? ³⁰	Sim	
Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo? ³¹	Sim	49
Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados? ³²	Sim	
A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021? ³³	Sim	
Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes? ³⁴	Sim	



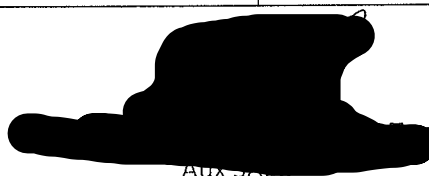
Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano? ³⁵	Não se aplica	
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas? ³⁶	Não se aplica	
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo? ³⁷	Não se aplica	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação? ³⁸	Não se aplica	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável? ³⁹	Não se aplica	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das características da contratação contidas no art. 4º da IN Seges 65/2021, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado? ⁴⁰	Não se aplica	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita? ⁴¹	Não se aplica	
Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação? ⁴²	Não se aplica	
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19? ⁴³	Não se aplica	

Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira? ⁴⁴	Não se aplica	
--	---------------	--

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo? ⁴⁵	Sim	
Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições? ⁴⁶	Sim	
Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços? ⁴⁷	Não se aplica	
Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada? ⁴⁸	Não se aplica	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização? ⁴⁹	Não se aplica	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento? ⁵⁰	Não se aplica	
Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R\$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?	Não se aplica	
No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?	Não se aplica	
Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias? ⁵¹	Não se aplica	
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? ⁵²	Não se aplica	
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação? ⁵³	Não se aplica	
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às	Não se aplica	



necessidades da Administração? ⁵⁴		
Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens? ⁵⁵	Sim	30



AUX S/A

¹ ON AGU 69/2021: “Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, E § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

² Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.”

³ Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21

⁴ Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

⁵ Art. 7º, §1º, da Lei 14133/21. Art. 12 do Decreto 11246/22.

⁶ O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.

⁷. Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, informações classificadas como sigilosas, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.

⁸ Art. 18 da Lei 14133/21

⁹ Art. 18, §1º, da Lei 14133/21

¹⁰ Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.

Obs.: os incisos obrigatórios são:

“I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

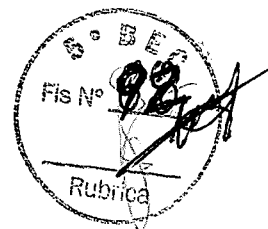
VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.”



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

**OFÍCIO DE
ENCAMAINHAMENTO DO
PROCESSO PARA CJU/AGU**

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

OFÍCIO Nº 03/24 – SALC/5º BEC

Porto Velho, RO, 22 de fevereiro de 2024.

Ao Senhor

Advogado da União
Consultor Jurídico da União no Estado de Rondônia
cjuo.digital@agu.gov.br

Assunto: Análise Jurídica

NUP/Processo nº 64043.000665/2024-85

Senhor Consultor Jurídico,

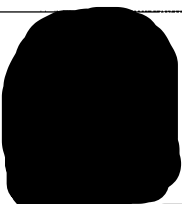
Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito para análise jurídica, de acordo com o artigo 18 Lei n. 14.133, de 2021 c/c artigo 11 da Lei Complementar n. 73, de 1993, conforme o seguinte formulário para tramitação:

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO	
Assunto/Objeto: Pregão Eletrônico para aquisição de combustíveis para obra de Jaru a cargo do 5º Batalhão de Engenharia de Construção / Destacamento no município de Jaru	
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA:	
X	AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado, ainda que a aquisição seja o meio necessário à execução direta de outra atividade ou empreendimento do órgão licitante.
	SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.
	SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.
	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.
	PATRIMÔNIO - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.
	SERVIÇOS NÃO CONTINUADOS - São aqueles que têm como escopo a obtenção de serviços/atividades específicos/as em um período pré-determinado, sem necessidade de prorrogações por vários exercícios financeiros.
	CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Cíveis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.
DATA LIMITE;	
E-mail: salc5bec@gmail.com	
Telefone: -	

Valor: R\$ 5.247.300,00 (cinco milhões duzentos e quarenta e sete mil e trezentos reais)	Modalidade: Pregão eletrônico SRP
Data de abertura do processo original: 20/02/2024	
Motivo da remessa: (X) análise e aprovação de minutas nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021, para emissão de parecer jurídico. () consulta/remessa	

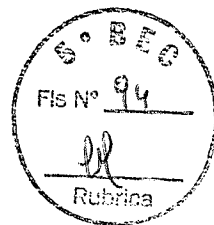
MODELOS DA AGU
EDITAL:
Foi adotado? (X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA
Qual o modelo utilizado: Pregão Compras: maio/2023
Não houve alterações
PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA:
Foi adotado? (X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA
Qual o modelo utilizado: Pregão Compras: maio/2023
Indicar alterações das minutas com respectivos itens e motivação: Não houve
CONTRATO: Foi adotado? (X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA
Qual o modelo utilizado: Pregão Compras: Maio/2023
Indicar alterações das minutas com respectivos itens e motivação: Não houve
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Foi adotado? (X) SIM () NÃO (X) NÃO SE APLICA
Qual o modelo utilizado: Pregão Compras: Maio/2023
Indicar alterações das minutas com respectivos itens e motivação: Não houve
Lista de Verificação: Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Lista de Verificação Compras em Geral Atualização: dezembro/2022

Atenciosamente,


 – Ten Cel
 Ordenador de Despesas do 5º BEC



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER



NUP: 64043.000665/2024-85

**APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA, DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE
DEMANDA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR / AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.**

1. DA SOLICITAÇÃO

A Seção Técnica encaminhou o **DIEx nº 01/4ª Seção** cujo objeto é a aquisição de combustíveis para obra de Jarú a cargo do 5º Batalhão de Engenharia de Construção.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme estudos preliminares.

3. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

3.1. Conforme Boletim Interno nº 24 de 06 de fevereiro de 2024.

4. DO QUANTITATIVO

4.1. Conforme formalização da demanda, anexa aos autos.

5. DOS LIMITES DA CONTRATAÇÃO PARA ATIVIDADE DE CUSTEIO

5.1. O Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, estabeleceu limites e instâncias de governança para a celebração de novos contratos relativos a atividades de custeio no âmbito do Poder Executivo Federal.

5.2. A contratação em epígrafe não é **considerada contratação de receita**, pois visa atender às necessidades desta Organização Militar para o cumprimento de atividades de apoio e adestramento da tropa realizando obras de infraestrutura.

5.3. A condição acima está visa atender o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 656/2020, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e o Exército Brasileiro (EB) em 02 de outubro de 2020, acordo de cooperação assinado Art. 2º da Portaria do Comandante do Exército nº 534, de 02 de junho de 2020, que dispõe sobre instâncias de governança para a celebração ou prorrogação de contratos administrativos, no âmbito do Exército Brasileiro, conforme se segue:

Art. 2º Os limites e restrições nesta portaria não se aplicam:

(...)

II - às despesas financiadas com recursos de instrumentos de parceria (termo de execução descentralizada e convênios de receita)

Parágrafo único. Os instrumentos de parceria firmados para execução direta de obras e serviços pelo Exército Brasileiro pressupõem a autorização dos respectivos concedentes para a realização de contratações necessárias à sua realização, independente de novas autorizações pontuais, desde que respectivos processos administrativos contenham informações relativas ao instrumento de parceria e à origem

6. DA MISSÃO CONSTITUCIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

6.1. A Lei Complementar nº 97, de 1999, determina que compete ao Exército cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante (art. 17- A, inc.II).

7. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

Atendendo ao Art. 17A da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

I - Contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao Poder Militar Terrestre; (Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004).

II - Cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante; (Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004).

7.1. Possibilitar ao Exército cooperar com Desenvolvimento Nacional e o Adestramento de seus quadros, mantendo em nível elevado a capacitação operacional na área de engenharia de construção de forma permanentemente ajustada à Doutrina Militar terrestre para atuar, eficazmente, no apoio às operações militares de combate e logística.

8. DA PESQUISA DE PREÇO

8.1. O valor de referência foi aferido através do Mapa comparativo de preço extraído conforme declaração de conformidade da pesquisa de preço anexa ao processo.

9. DOS RECURSOS

1.1 Contratação para atender (TED) nº 656/2020, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e o Exército Brasileiro (EB) em 02 de outubro de 2020.

1.2 DA APROVAÇÃO

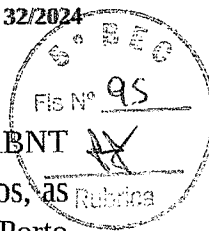
Do exposto acima e conforme o inciso II, do Art. 14, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, **CONCORDO** com a referida contratação, **APROVO** o Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Documento de Formalização da Demanda da S/4 do 5º BEC a mim apresentados após a emissão do **PARECER n. 00386/2024/ADV-SUMÁRIO/E-CJU/AQUISICÕES/CGU/AGU,** **AUTORIZO** a continuidade do processo para a contratação de empresa especializada no ramo de fornecimento de combustíveis para as Obras a cargo do 5º BEC.

9.1. Encaminhar à SALC para continuidade do processo licitatório.

Porto Velho, RO, 15 de abril de 2024.



 - Ten Cel
Ordenador de Despesas do 5º Batalhão de Engenharia de Construção



7.4 O fornecimento dos bens contratados obedecerão rigorosamente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), IGAM, ANVISA e demais órgãos necessários, às especificações, projetos e instruções da fiscalização da Prefeitura Municipal de Jaru/RO e Porto Velho/RO.

7.5 A Contratada arcará com o ônus das multas e penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais junto à Prefeitura Municipal de Jaru/RO e Porto Velho/RO ou ao Governo do Estado de Rondônia.

7.6 A Contratada responderá civil e criminalmente, por danos pessoais ou patrimoniais decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou ainda, por negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos.

7.7 Compete a Contratada a responsabilidade quanto a destinação dos resíduos provenientes do beneficiamento de combustíveis durante toda a execução dos serviços e ao final.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 O quantitativo dos materiais a serem contratados foram estimados pela Seção Técnica do Batalhão tendo como base o Plano de Trabalho nº 25.001.20.21.02.37.04 – (Destacamento Jaru), de acordo com o mapa comparativo em anexo.

8.2 O quantitativo estimado tomou como base o consumo previsto de combustível para finalização das obras de engenharia a cargo do 5º BEC, conforme discriminado nas quantidades a serem contratadas.

8.3 Dessa forma, estão estimados 405.000 (quatrocentos e cinco mil) litros de óleo diesel e 40.000 (quarenta mil) litros de gasolina comum. Essa previsão tomou como base o histórico de serviços executados nos últimos dois anos, o Plano de Trabalho da Operação Jaru.

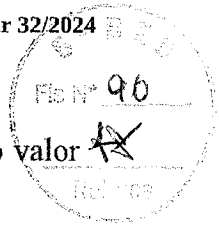
9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.798.800,00

9.1 O valor da presente contratação está estimado em R\$ 2.798.800,00 (dois milhões setecentos e noventa e oito mil e oitocentos reais), considerando os valores atuais do óleo diesel e da gasolina comum, conforme relatório de pesquisa em anexo.

9.2 Para efeito de cotação, será levado em conta o MENOR PREÇO, ou seja, o maior percentual de desconto oferecido na Tabela ANP – Agência Nacional de Petróleo, sendo o valor de desconto mínimo, a média ponderada de 3 licitações de maior desconto para combustíveis sobre o valor da tabela ANP, o qual tem gestão compartilhada entre Caixa e IBGE e divulga mensalmente custo e índices da construção civil, do Estado de Rondônia, município de Porto Velho.

EM BRANCO



9.3 DO VALOR DE REFERÊNCIA: Para obter-se o custo estimado licitado, atribui-se o valor de R\$ 6,30 para Diesel S500, R\$ 6,32 para Diesel S10 e R\$ 6,06 para Gasolina Comum.

9.4 DO DESCONTO MÍNIMO ACEITO

9.4.1 Em cumprimento às determinações da Lei do Petróleo (Lei nº 9478/1997, artigo 8º), a ANP acompanha os preços praticados por revendedores de combustíveis automotivos e de gás liquefeito de petróleo envasilhado em botijões de 13 quilos (GLP P13), por meio de uma pesquisa semanal de preços realizada por empresa contratada.

9.5 DO DESCONTO MÁXIMO ACEITO:

9.5.1 Fica estabelecido que a faixa aceitável de desconto para cada item deve ser de até 10%, caso o licitante ofereça valor de desconto maior que este, deverá comprovar através de planilha de custo, declaração, ou qualquer outro documento idôneo que tem condições de ofertar desconto maior que 10 %, ficando a cargo da administração a verificação da viabilidade. Não sendo viável e fundamentado nos autos do processo, a proposta não será aceita, levando a desclassificação e chamamento do próximo licitante.

9.5.2 O percentual máximo de desconto de 10% foi estipulado, pois, foi verificado na prática que os licitantes/fornecedores não conseguem ofertar, em regra, valor superior, uma vez que os próprios representantes não concedem esse desconto. Ora, se o representante do produto não consegue ofertar, em regra, desconto maior que 10%, o intermediário (licitante/fornecedor) que compra do representante não conseguirá conceder desconto maior. Contudo, como informado anteriormente, a verificação de desconto superior a 10% será aferido pelo Pregoeiro /Administração, e devidamente fundamentado, poderá ser aceito.

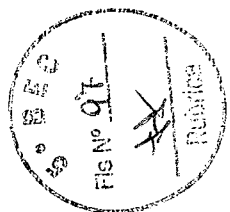
10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Justifica-se então a contratação de forma não continuada e parcelada, em virtude do fornecimento de combustíveis (óleo diesel e gasolina) a serem utilizados na sede do 5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC) e nos seus destacamentos. O parcelamento da solução é a regra, conforme letra a, do item 3.8 do anexo III da IN 005/2017, onde a licitação deve ser realizada por item, evitando prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, para que possam fazê-lo com relação a itens, procurando melhor aproveitamento do mercado e não deixando de haver ampliação da competitividade.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 No caso concreto, o 5º BEC possui em um passado recente contratações correlatas e não interdependente para a viabilidade e contratação desta demanda, pois, os insumos combustíveis (Óleo Diesel S10, Óleo Diesel Comum e Gasolina Comum) são de vital importância para as Obras sob responsabilidade do 5º BEC e uso recorrente. Logo, cito os certames licitatórios nos quais foram licitados os combustíveis citados neste instrumento: Pregão Eletrônico SRP nº 030

EM BRANCO



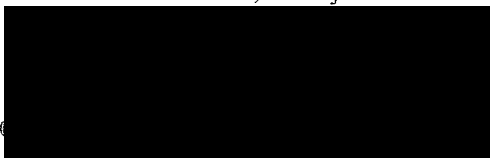
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA NECESSIDADE ANUAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	CONSUMO ANUAL			Previsão de novas demandas (empregos emergenciais e novas obras) (2)	À licitar (1)+(2)
			2022	2023	Média (1)		
1	ÓLEO DIESEL - COMUM . O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: 5º BEC, Av Rogério Weber, nº 01 Bairro militar, Porto Velho-RO.	litro	130.000	165.441	147.721	90.000	40.000
2	Óleo Diesel S-10, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: 5º BEC, Av Rogério Weber, nº 01 Bairro militar, Porto Velho-RO.	litro	130.000	165.441	147.721	90.000	30.000
3	GASOLINA COMUM, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: 5º BEC, Av Rogério Weber, nº 01 Bairro militar, Porto Velho-RO.	litro	5.000	10.569	7.785	32.216	40.000
4	ÓLEO DIESEL - COMUM . O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: Destacamento Jaru, localizado à Rua Tapajós 2299-2211, Setor "3" em Jaru/RO	litro	366.706	514.689	440.698	80.000	130.000
5	Óleo Diesel S-10, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: Destacamento Jaru, localizado à Rua Tapajós 2299-2211, Setor "3" em Jaru/RO					164.302	215.000

Porto Vellho - RO, 31 de janeiro de 2024.

J



– Cap

Chefe da 4ª Seção do 5º BEC

EM BRANCO



Número do Documento de Formalização da Demanda: 5/2024

1. Informações Básicas

Área requisitante

4 Seção

Descrição sucinta do objeto

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (Óleo diesel S10, Óleo diesel Comum e Gasolina Comum).

Justificativa da prioridade

Insumos necessários para continuação da execução das obras, de modo a cumprir os prazos descritos nos cronogramas de execução das obras de cooperação a cargo do 5º BEC, desta forma, mantendo a boa qualidade dos serviços em questão, zelando pela confiabilidade da instituição.

Data da conclusão da contratação
01/04/2024 01:00
UASG Editado por
160348 WENDEL DO NASCIMENTO TICO BATISTA

2. Justificativa de necessidade

O processo licitatório visa contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (Óleo diesel S10, Óleo diesel Comum e Gasolina Comum), a serem empregados na Obra Operação Jaru, de modo a cumprir os prazos descritos nos cronogramas de execução das obras de cooperação a cargo do 5º BEC, desta forma, mantendo a boa qualidade dos serviços em questão, zelando pela confiabilidade da instituição.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	ÓLEOS COMBUSTÍVEIS	ÓLEO DIESEL	USO: AUTOMOTIVO, APRESENTAÇÃO: COM BIODIESEL, COMPOSIÇÃO: CONCENTRAÇÃO DE ENXOFRE 10 Unidade de fornecimento: Litro	245.000,00	6,32	1.548.400,00
2	ÓLEOS COMBUSTÍVEIS	ÓLEO DIESEL	USO: AUTOMOTIVO, APRESENTAÇÃO: COM BIODIESEL, COMPOSIÇÃO: CONCENTRAÇÃO DE ENXOFRE 50 Unidade de fornecimento: Litro	160.000,00	6,30	1.008.000,00
3	COMBUSTÍVEIS E PROPELENTES LÍQUIDOS À BASE DE PETRÓLEO	GASOLINA	USO: PARA AUTOMOTIVOS, CLASSIFICAÇÃO: COMUM, ÍNDICE DE OCTANAGEM: IAD 87 MIN Unidade de fornecimento: Litro	40.000,00	6,06	242.400,00

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

J [Redacted Signature] P
Chefe da 4ª Seção do 5º BEC

EM BRANCO



Termo de Referência 5/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2024	160348-5 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO/RO		11/04/2024 11:32 (v 3.0)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64043.000.665/2024-85

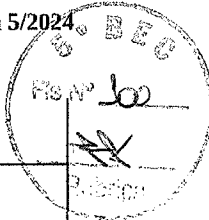
1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **COMBUSTÍVEIS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	MEDIDA	QTDE	ENTRG MÍN	ENTRG MÁX	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	LANCE MIN (%)
1	ÓLEO DIESEL COMUM - O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de Entrega: Av. Rogério Weber, nº 1, Bairro Militar, Porto Velho.	477915		L	40.000	5.000	15.000	R\$ 6,30	R\$ 252.000,00	1,27
2	ÓLEO DIESEL S-10 - conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de Entrega: Av. Rogério Weber, nº 1, Bairro Militar, Porto Velho.	461548		L	30.000	5.000	15.000	R\$ 6,32	R\$ 189.600,00	1,23
3	GASOLINA COMUM - conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de Entrega: Av. Rogério Weber, nº	461506		L	40.000	5.000	15.000	R\$ 6,06	R\$ 242.400,00	1,23

ENDRACO



	1, Bairro Militar, Porto Velho.								
4	ÓLEO DIESEL COMUM - O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: Destacamento Jarú, Rua Tapajós, 2299-2211, Setor 3, Jarú-RO.	477915	L	120.000	5.000	30.000	R\$ 6,30	R\$ 756.000,00	1,27
5	ÓLEO DIESEL S-10 - conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: Destacamento Jarú, Rua Tapajós, 2299-2211, Setor 3, Jarú-RO.	461548	L	215.000	5.000	30.000	R\$ 6,32	R\$ 1.358.800,00	1,23
VALOR TOTAL							R\$ 2.798.800,00		

1.2. Os itens destinados à aquisição de bens de natureza divisível cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados **EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO** de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI) e aquelas a elas equiparadas para fins de aplicação da Lei Complementar 123/2006, art. 48, inciso I, ressalvada a cota principal de que trata o inciso III, mesmo quando inferior ao referido valor, nos termos do art. 6º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.3. A área técnica certificou-se de que **NÃO INCIDE**, no presente caso, nenhuma das hipóteses do art. 10, do Decreto nº 8.538 /2015, em razão do que deve ser dado tratamento diferenciado a microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI) e aquelas a elas equiparadas.

1.4. Os itens não serão parcelados em LOTES e serão rejeitadas as propostas que ofertarem quantitativos inferiores ao quantitativo total estimado de cada item ou grupo previsto no Termo de Referência, pois haverá prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto do presente certame.

1.5. O valor a ser pago pelo litro do combustível será o valor da média de preço da tabela de combustíveis semanal divulgada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), referente ao município de Porto Velho-RO, no dia do pedido ao fornecedor, aplicando a este o percentual de desconto ofertado neste certame.

1.6. Em consequência, o Fiscal de Contrato, responsável pelo pedido formal, deverá acostar ao pedido uma cópia do "print" da tabela de preços da ANP semanal, referente à cidade de Porto Velho-RO, realizada no dia do pedido.

1.7. O critério de julgamento de maior desconto baseado na tabela da ANP foi escolhido com o objetivo de evitar repactuações contratuais, uma vez que existem oscilações frequentes no preço do combustível, evitando desta forma, a abertura de diversos processos licitatórios com o mesmo objeto.

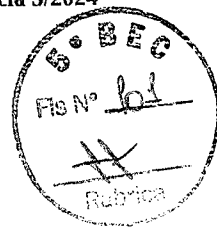
1.8 Somente poderão ser adjudicadas empresas que possuem a Outorga da Autorização para o Exercício da Atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos da Pessoa Jurídica, conforme Resolução ANP nº58, de 17 de outubro de 2014 - D.O.U. de 2/11/2014.

1.8 Não poderão ser fornecidos combustíveis estocado há mais de um mês na distribuidora.

1.9. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.10. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

EM BRANCO



8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MAIOR DESCONTO SOBRE O VALOR DA ANP], sendo o valor de desconto mínimo, a média pondera de 3 licitações de maior desconto para aquisição de combustíveis sobre o valor da tabela ANP.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

EM BRANCO



8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.798.800,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.798.800,00 (dois milhões setecentos e noventa e oito mil e oitocentos reais).

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

11. Despacho da Autoridade Competente

DESPACHO:

De acordo com a definição dos Art. 3º, XI e Art 14, inc. II, do Decreto nº 10.024/2019, Art. 8º, inc. IV do Decreto nº 3.555/2000 e Art 30 da IN nº 5/2017, considerando que o Termo de Referência, fundamentou-se no modelo proposto pela Advocacia-Geral da União - AGU (Modelo de Termo de Referência para pregão - Compra de bens de consumo, atualização: maio/2023), com as devidas alterações, supressões e acréscimos relacionados ao objeto deste certame e contém, com isso, os elementos e cláusulas fundamentais à contratação em epígrafe, em especial quanto a justificativa e objetivo para modalidade de licitação apontada no Estudo Técnico Preliminar - ETP, deste Processo Administrativo, entrega/execução e critérios de aceitação, obrigações das partes, classificação dos materiais e serviços como "aquisições comuns" e demais disposições. Portanto, APROVO o presente TERMO DE REFERÊNCIA elaborado, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta CONTRATAÇÃO.

JONAS SANTOS SILVA JÚNIOR - Ten Cel

EM BRANCO



983289.212023 .15565 .4525 .1676



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00021/2023

Às 08:30 horas do dia 01 de dezembro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal DECRETO 071/2022 de 31/12/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 118/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00021/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis de forma parcelada, em posto de combustível próprio, para abastecimento dos veículos pertencentes à frota municipal de Lagoa Real.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1**Descrição:** Óleo diesel**Descrição Complementar:** Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 500 Mg/Kg MG/KG,**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 200.000**Valor Estimado:** R\$ 1.276.000,0000**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** 0,01 %**Unidade de fornecimento:** Litro**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

Aceito para: AUTO POSTO LAGOA REAL LTDA, pelo melhor lance de 1,0000 % (valor com desconto: R\$ 1.263.240,0000) .

Item: 2**Descrição:** Óleo diesel**Descrição Complementar:** Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 10 MG/KG,**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 90.000**Valor Estimado:** R\$ 588.600,0000**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** 0,01 %**Unidade de fornecimento:** Litro**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

Aceito para: AUTO POSTO LAGOA REAL LTDA, pelo melhor lance de 1,0000 % (valor com desconto: R\$ 582.714,0000) .

Item: 3**Descrição:** Gasolina**Descrição Complementar:** Gasolina Classificação: Comum , Uso: Para Automotivos , Índice De Octanagem: Iad 87 Min ,**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 150.000**Valor Estimado:** R\$ 922.500,0000**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** 0,01 %**Unidade de fornecimento:** Litro**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

Aceito para: AUTO POSTO LAGOA REAL LTDA, pelo melhor lance de 1,0000 % (valor com desconto: R\$ 913.275,0000) .

Item: 4**Descrição:** Álcool Etílico Hidratado Combustível**Descrição Complementar:** Álcool Etílico Hidratado Combustível Nome: Álcool Etílico Hidratado Combustível ,**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 30.000**Valor Estimado:** R\$ 127.500,0000**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** 0,01 %**Unidade de fornecimento:** Litro**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

Aceito para: AUTO POSTO LAGOA REAL LTDA, pelo melhor lance de 1,0000 % (valor com desconto: R\$ 126.225,0000) .

EM BRANCO



160015.82023.15146.4842.73810



MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar da Amazônia
2º Grupamento de Engenharia de Construção

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00008/2023 (SRP)

Às 10:00 horas do dia 17 de julho de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal BI Nr 108 de 14/06/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 64282004979202353, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00008/2023. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Aquisição de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel S500 e óleo diesel S10), pelo critério de maior desconto sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP, visando atender as demandas das obras e operações militares a cargo do Comando do 2º Grupamento de Engenharia (Cmnd 2º Gpt E) e Unidades Gestoras Participantes (UGP). O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1

Descrição: Gasolina

Descrição Complementar: Gasolina Classificação: Comum, Uso: Para Automotivos, Índice De Octanagem: Iad 87 Min

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 70.000

Valor Referência: R\$ 6,5800

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: 0,01 %

Unidade de fornecimento: Litro

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: VIBRA ENERGIA S.A, pelo melhor lance de 2,0000 % (valor com desconto: R\$ 6,4484) e a quantidade de 70.000 Litro .

Item: 2

Descrição: Óleo diesel

Descrição Complementar: Uso: Automotivo, Apresentação: Com Biodiesel, Composição: Concentração De Enxofre 10 MG/KG,

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 225.000

Valor Referência: R\$ 5,5900

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: 0,01 %

Unidade de fornecimento: Litro

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: VIBRA ENERGIA S.A, pelo melhor lance de 2,0000 % (valor com desconto: R\$ 5,4782) e a quantidade de 225.000 Litro .

Item: 3

Descrição: Óleo diesel

Descrição Complementar: Uso: Automotivo, Apresentação: Com Biodiesel, Composição: Concentração De Enxofre 500 Mg/Kg MG/KG,

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 15.000

Valor Referência: R\$ 5,4700

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: 0,01 %

Unidade de fornecimento: Litro

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: VIBRA ENERGIA S.A, pelo melhor lance de 2,1000 % (valor com desconto: R\$ 5,3552) e a quantidade de 15.000 Litro .

Item: 4

Descrição: Gasolina

Descrição Complementar: Classificação: Comum, Uso: Para Automotivos, Índice De Octanagem: Iad 87 Min,

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 40.000

Valor Referência: R\$ 6,0600

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

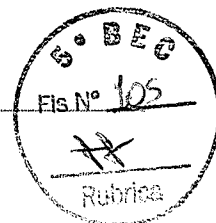
Intervalo mínimo entre lances: 0,01 %

Unidade de fornecimento: Litro

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

EM BRANCO



Este pregão possui 1 Ata Complementar

[Ver Ata Original](#)

135626.32023 .3936 .5008 .6813



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno - Companhia Nacional de Abastecimento

Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar Nº 1
Nº 00003/2023

Às 09:00 horas do dia 06 de outubro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal ATO SUREG/DF N.º 4/2023 de 23/02/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 21226000134202351, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00003/2023. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de prestação de serviços de gestão de frota de veículos por meio do fornecimento de combustível, com utilização de cartão eletrônico e fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP-P13), tendo em vista Retificação do percentual ofertado pela licitante no sistema..

Item: 1 - Grupo 1

Descrição: Gasolina

Descrição Complementar: Uso: Para Automotivos, Classificação: Comum, Índice De Octanagem: Iad 87 Min,

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 5.000

Unidade de fornecimento: Litro

Valor Referência: R\$ 27.360,4500

Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: 0,10 %

Aceito para: TICKET SOLUCOES HDFGT S/A, pelo melhor lance de 0,7100 % (valor com desconto: R\$ 27.166,1909)

Item: 2 - Grupo 1

Descrição: Óleo diesel

Descrição Complementar: Uso: Automotivo, Apresentação: Com Biodiesel, Composição: Concentração De Enxofre 500 Mg/Kg MG/KG,

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 10.000

Unidade de fornecimento: Litro

Valor Referência: R\$ 48.146,6500

Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: 0,10 %

Aceito para: TICKET SOLUCOES HDFGT S/A, pelo melhor lance de 0,7100 % (valor com desconto: R\$ 47.804,8088)

Item: 3 - Grupo 1

Descrição: Óleo diesel

Descrição Complementar: Uso: Automotivo, Apresentação: Com Biodiesel, Composição: Concentração De Enxofre 10 MG/KG,

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 10.000

Unidade de fornecimento: Litro

Valor Referência: R\$ 49.693,5000

Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: 0,10 %

Aceito para: TICKET SOLUCOES HDFGT S/A, pelo melhor lance de 0,7100 % (valor com desconto: R\$ 49.340,6762)

Relação de Grupos

Grupo 1

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Critério de Valor: R\$ 125.200,6000

Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: TICKET SOLUCOES HDFGT S/A, pelo melhor lance de R\$ 124.311,6759 .

Itens do grupo:

1 - Gasolina

COPIES
OF
THE
REPORT
ON
THE
PROGRESS
OF
THE
WORK
DURING
THE
YEAR
1960



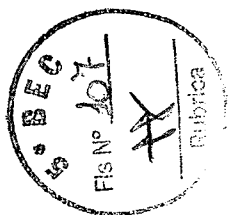
CONSELHO NACIONAL DE PREÇOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - CNP
COMPREENDENDO A DEFESA DA CONCORRÊNCIA
CONTABILIZANDO O PREÇO DE COMBUSTÍVEIS

PERÍODO DE TEMPO SEMANAL
COMBUSTÍVEL TODOS
RELATÓRIO: MUNICÍPIOS

OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO "OLEO DIESEL" SE REFERE AO OLEO DIESEL S 5000 COMUM.

DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF. DE VARIAÇÃO REVENDA
05/04/2024	05/04/2024	RIO GRANDE DO SUL	PASSO FUNDO	OLEO DIESEL	8	R\$/l	5,87	0,000	5,87	5,87	0,000
05/04/2024	05/04/2024	MINAS GERAIS	PASSOS	OLEO DIESEL	2	R\$/l	5,83	0,000	5,83	5,83	0,000
05/04/2024	05/04/2024	PARANÁ	PATO BRANCO	OLEO DIESEL	1	R\$/l	5,95	0,000	5,95	5,95	0,000
05/04/2024	05/04/2024	PARANÁ	PATOS	OLEO DIESEL	5	R\$/l	6,11	0,031	5,78	6,49	0,047
05/04/2024	05/04/2024	MINAS GERAIS	PATOS DE MINAS	OLEO DIESEL	2	R\$/l	5,78	0,007	5,78	5,79	0,001
05/04/2024	05/04/2024	MINAS GERAIS	PATROCÍNIO	OLEO DIESEL	6	R\$/l	6,32	0,001	5,76	6,48	0,048
05/04/2024	05/04/2024	SÃO PAULO	PAULÍNIA	OLEO DIESEL	2	R\$/l	5,54	0,071	5,49	5,59	0,013
05/04/2024	05/04/2024	BAHIA	PAULO AFONSO	OLEO DIESEL	6	R\$/l	5,85	0,168	5,57	6,04	0,059
05/04/2024	05/04/2024	RIO GRANDE DO SUL	PELOTAS	OLEO DIESEL	18	R\$/l	6,07	0,189	5,79	6,49	0,081
05/04/2024	05/04/2024	PERNAMBUCO	PETROLINA	OLEO DIESEL	8	R\$/l	5,86	0,178	5,73	6,25	0,080
05/04/2024	05/04/2024	RIO DE JANEIRO	PETROPOLIS	OLEO DIESEL	3	R\$/l	5,85	0,086	5,74	5,99	0,018
05/04/2024	05/04/2024	PIAUÍ	PICOS	OLEO DIESEL	5	R\$/l	5,82	0,050	5,75	5,87	0,009
05/04/2024	05/04/2024	RONDONIA	PIMENTA BUENO	OLEO DIESEL	5	R\$/l	6,21	0,050	5,66	6,63	0,047
05/04/2024	05/04/2024	SÃO PAULO	PINDAMONHANGABA	OLEO DIESEL	3	R\$/l	5,81	0,002	5,79	5,89	0,004
05/04/2024	05/04/2024	PARANÁ	PINHAI	OLEO DIESEL	4	R\$/l	5,67	0,483	5,33	6,24	0,076
05/04/2024	05/04/2024	MARANHÃO	PINHEIRO	OLEO DIESEL	5	R\$/l	6,11	0,104	5,55	6,19	0,037
05/04/2024	05/04/2024	SÃO PAULO	PIRACICABA	OLEO DIESEL	13	R\$/l	5,80	0,036	5,59	6,29	0,040
05/04/2024	05/04/2024	SÃO PAULO	PIRASSUNUNGA	OLEO DIESEL	2	R\$/l	5,87	0,170	5,76	5,99	0,019
05/04/2024	05/04/2024	PIAUÍ	PIRIPIRI	OLEO DIESEL	5	R\$/l	6,09	0,173	5,79	6,20	0,038
05/04/2024	05/04/2024	SÃO PAULO	POÁ	OLEO DIESEL	1	R\$/l	5,84	0,000	5,84	5,84	0,000
05/04/2024	05/04/2024	BAHIA	POCOES	OLEO DIESEL	5	R\$/l	5,47	0,000	5,47	5,47	0,000
05/04/2024	05/04/2024	MINAS GERAIS	POÇOS DE CALDAS	OLEO DIESEL	5	R\$/l	5,80	0,218	5,08	6,03	0,055
05/04/2024	05/04/2024	PARANÁ	PONTA GROSSA	OLEO DIESEL	1	R\$/l	5,56	0,000	5,56	5,56	0,000
05/04/2024	05/04/2024	MATO GROSSO DO SUL	PONTA PORÁ	OLEO DIESEL	4	R\$/l	6,19	0,030	6,04	6,53	0,037
05/04/2024	05/04/2024	GOIÁS	PORANGATU	OLEO DIESEL	6	R\$/l	5,84	0,168	5,59	6,09	0,054
05/04/2024	05/04/2024	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	OLEO DIESEL	7	R\$/l	5,98	0,191	5,76	6,35	0,050
05/04/2024	05/04/2024	SÃO PAULO	PORTO FERREIRA	OLEO DIESEL	4	R\$/l	5,71	0,056	5,48	5,99	0,047
05/04/2024	05/04/2024	TOCANTINS	PORTO NACIONAL	OLEO DIESEL	6	R\$/l	5,81	0,172	5,55	5,82	0,031
05/04/2024	05/04/2024	BAHIA	PORTO SEGURO	OLEO DIESEL	6	R\$/l	6,59	0,031	6,19	6,90	0,035
05/04/2024	05/04/2024	RONDONIA	PORTO VELHO	OLEO DIESEL	10	R\$/l	6,30	0,193	5,99	6,64	0,031
05/04/2024	05/04/2024	MINAS GERAIS	POUSO ALEGRE	OLEO DIESEL	6	R\$/l	5,88	0,088	5,59	5,83	0,015
05/04/2024	05/04/2024	SÃO PAULO	PRATA GRANDE	OLEO DIESEL	4	R\$/l	5,86	0,075	5,59	6,18	0,047
05/04/2024	05/04/2024	MARANHÃO	PRESIDENTE DUTRA	OLEO DIESEL	10	R\$/l	5,72	0,128	5,49	5,99	0,032
05/04/2024	05/04/2024	SÃO PAULO	PRESIDENTE PRUDENTE	OLEO DIESEL	5	R\$/l	5,91	0,041	5,89	5,98	0,007
05/04/2024	05/04/2024	PARÁ	REDENÇÃO	OLEO DIESEL	8	R\$/l	5,97	0,187	5,89	6,08	0,018
05/04/2024	05/04/2024	SÃO PAULO	RIBEIRÃO PIRES	OLEO DIESEL	2	R\$/l	5,66	0,106	5,79	5,94	0,018
05/04/2024	05/04/2024	SÃO PAULO	RIBEIRÃO PRETO	OLEO DIESEL	10	R\$/l	5,72	0,134	5,59	5,89	0,018
05/04/2024	05/04/2024	RIO DE JANEIRO	RIO BONITO	OLEO DIESEL	4	R\$/l	5,87	0,417	5,49	6,45	0,071
05/04/2024	05/04/2024	ACRE	RIO BRANCO	OLEO DIESEL	12	R\$/l	7,10	0,070	7,04	7,30	0,010
05/04/2024	05/04/2024	SÃO PAULO	RIO CLARO	OLEO DIESEL	8	R\$/l	5,87	0,036	5,79	5,99	0,007
05/04/2024	05/04/2024	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	OLEO DIESEL	14	R\$/l	5,87	0,115	5,64	5,19	0,023
05/04/2024	05/04/2024	RIO GRANDE DO SUL	RIO GRANDE	OLEO DIESEL	1	R\$/l	6,19	0,000	6,19	6,19	0,000
05/04/2024	05/04/2024	ALAGOAS	RIO LARGO	OLEO DIESEL	1	R\$/l	5,89	0,000	5,89	5,89	0,000
05/04/2024	05/04/2024	GOIÁS	RIO VERDE	OLEO DIESEL	5	R\$/l	5,76	0,131	5,49	5,89	0,043
05/04/2024	05/04/2024	MATO GROSSO	RONDONÓPOLIS	OLEO DIESEL	1	R\$/l	6,24	0,000	6,24	6,24	0,000

LIBRARIO



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
CONTABILIZAÇÃO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

PERÍODO DE TEMPO: SEMANAL
COMBUSTÍVEL: TODOS
RELATÓRIO: MUNICÍPIOS

NOTA: ATUALMENTE, O PRODUTO "ÓLEO DIESEL" SE REFERE AO ÓLEO DIESEL 5500 COMUM.

DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
03/2024	06/04/2024	PARÁ	PARAUPEBAS	GASOLINA COMUM	14	R\$/l	6,43	0,048	5,90	6,72	0,040
03/2024	06/04/2024	AMAZONAS	PARINTINS	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	7,36	0,035	7,28	7,38	0,005
03/2024	06/04/2024	PIAUÍ	PARNAÍBA	GASOLINA COMUM	1	R\$/l	5,59	0,000	5,59	5,59	0,000
03/2024	06/04/2024	RIO GRANDE DO NORTE	PARNAÍRIM	GASOLINA COMUM	7	R\$/l	6,39	0,000	6,39	6,39	0,000
03/2024	06/04/2024	RIO GRANDE DO SUL	PASSO FUNDO	GASOLINA COMUM	12	R\$/l	5,75	0,062	5,64	5,79	0,011
03/2024	06/04/2024	MINAS GERAIS	PASSOS	GASOLINA COMUM	10	R\$/l	5,49	0,115	5,39	5,69	0,021
03/2024	06/04/2024	PARANÁ	PATO BRANCO	GASOLINA COMUM	6	R\$/l	5,69	0,175	5,48	5,69	0,031
03/2024	06/04/2024	PARAÍBA	PATOS	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	5,71	0,271	5,09	5,99	0,047
03/2024	06/04/2024	MINAS GERAIS	PATOS DE MINAS	GASOLINA COMUM	3	R\$/l	5,65	0,055	5,59	5,69	0,010
03/2024	06/04/2024	MINAS GERAIS	PATROCÍNIO	GASOLINA COMUM	2	R\$/l	5,97	0,162	5,68	6,13	0,027
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PAULÍNIA	GASOLINA COMUM	9	R\$/l	5,37	0,293	4,79	5,65	0,064
03/2024	06/04/2024	PERNAMBUCO	PAULISTA	GASOLINA COMUM	10	R\$/l	5,66	0,272	5,09	5,95	0,046
03/2024	06/04/2024	BAHIA	PAULO AFONSO	GASOLINA COMUM	3	R\$/l	5,81	0,064	5,73	5,88	0,011
03/2024	06/04/2024	RIO GRANDE DO SUL	PELOTAS	GASOLINA COMUM	7	R\$/l	5,84	0,100	5,67	5,99	0,017
03/2024	06/04/2024	PERNAMBUCO	PETROLINA	GASOLINA COMUM	15	R\$/l	6,38	0,028	6,36	6,48	0,004
03/2024	06/04/2024	RIO DE JANEIRO	PETROPOLIS	GASOLINA COMUM	14	R\$/l	6,33	0,051	6,29	6,39	0,003
03/2024	06/04/2024	PIAUÍ	PICOS	GASOLINA COMUM	10	R\$/l	5,58	0,128	5,45	5,69	0,023
03/2024	06/04/2024	RONDONIA	PIMENTA BUENO	GASOLINA COMUM	2	R\$/l	6,63	0,043	6,59	6,66	0,006
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PINDAMONHANGABA	GASOLINA COMUM	10	R\$/l	5,45	0,110	5,29	5,69	0,020
03/2024	06/04/2024	PARANÁ	PINHAI	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	6,18	0,082	6,06	6,29	0,013
03/2024	06/04/2024	MARANHAO	PINHEIRO	GASOLINA COMUM	7	R\$/l	5,86	0,052	5,77	5,89	0,009
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PIRACICABA	GASOLINA COMUM	17	R\$/l	5,52	0,294	4,99	5,89	0,059
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PIRASSUNUNGA	GASOLINA COMUM	7	R\$/l	5,52	0,210	5,17	5,69	0,032
03/2024	06/04/2024	PIAUÍ	PIRIPIRI	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	5,63	0,159	5,43	5,79	0,026
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	POÁ	GASOLINA COMUM	7	R\$/l	5,62	0,282	5,35	6,09	0,050
03/2024	06/04/2024	BAHIA	POCOES	GASOLINA COMUM	7	R\$/l	5,93	0,036	5,86	5,97	0,006
03/2024	06/04/2024	MINAS GERAIS	POCOS DE CALDAS	GASOLINA COMUM	10	R\$/l	5,28	0,208	5,08	5,69	0,039
03/2024	06/04/2024	PARANÁ	PONTA GROSSA	GASOLINA COMUM	1	R\$/l	5,79	0,000	5,79	5,79	0,000
03/2024	06/04/2024	MATO GROSSO DO SUL	PONTA PORÁ	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	5,92	0,196	5,78	6,23	0,033
03/2024	06/04/2024	GOIAS	PORANGATU	GASOLINA COMUM	7	R\$/l	5,85	0,050	5,75	5,89	0,008
03/2024	06/04/2024	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	GASOLINA COMUM	36	R\$/l	5,54	0,168	5,19	5,89	0,030
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PORTO FERREIRA	GASOLINA COMUM	7	R\$/l	5,70	0,289	5,39	5,99	0,051
03/2024	06/04/2024	TOCANTINS	PORTO NACIONAL	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	5,79	0,173	5,60	6,19	0,050
03/2024	06/04/2024	BAHIA	PORTO SEGURO	GASOLINA COMUM	7	R\$/l	6,38	0,124	5,19	6,49	0,019
03/2024	06/04/2024	RONDONIA	PORTO VELHO	GASOLINA COMUM	19	R\$/l	6,06	0,341	5,65	6,49	0,056
03/2024	06/04/2024	MINAS GERAIS	POUSO ALEGRE	GASOLINA COMUM	10	R\$/l	5,52	0,094	5,39	5,65	0,017
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PRAIA GRANDE	GASOLINA COMUM	13	R\$/l	5,75	0,369	5,19	6,49	0,064
03/2024	06/04/2024	MARANHAO	PRESIDENTE DUTRA	GASOLINA COMUM	16	R\$/l	5,77	0,135	5,49	5,89	0,023
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PRESIDENTE PRUDENTE	GASOLINA COMUM	13	R\$/l	5,82	0,291	4,99	5,99	0,050
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PRESIDENTE VENCESLAU	GASOLINA COMUM	1	R\$/l	4,94	0,000	4,94	4,94	0,000
03/2024	06/04/2024	CEARA	QUIXADA	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	5,94	0,190	5,79	6,39	0,032
03/2024	06/04/2024	PERNAMBUCO	RECIFE	GASOLINA COMUM	28	R\$/l	5,55	0,619	5,50	5,99	0,003
03/2024	06/04/2024	PARÁ	RESENDA	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	6,10	0,111	6,05	6,38	0,012
03/2024	06/04/2024	RIO DE JANEIRO	RESENDE	GASOLINA COMUM	1	R\$/l	5,69	0,000	5,69	5,69	0,000

0115200



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - TCE-PE
COMISSÃO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
ANEXO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

VALOR DE TEMPO SEMANAL
JUSTIÇA TODOS
RELATÓRIO: MUNICÍPIOS

PREÇOS ATUALIZADOS DO PRODUTO OLEO DIESEL S10 POR LITRO AO OLEO DIESEL S10 COMUM

INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS FISCALIZADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VAR. PREÇO REVENDA
03/2024	06/04/2024	RIO GRANDE DO SUL	PELOTAS	OLEO DIESEL S10	13	RS/L	6,21	0,177	5,99	6,59	0,029
03/2024	06/04/2024	PERNAMBUCO	PETROLINA	OLEO DIESEL S10	16	RS/L	5,95	0,178	5,73	6,29	0,030
03/2024	06/04/2024	RIO DE JANEIRO	PETROPOLIS	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	5,94	0,087	5,83	6,09	0,025
03/2024	06/04/2024	PIAUÍ	PILOS	OLEO DIESEL S10	9	RS/L	5,80	0,174	5,59	6,09	0,030
03/2024	06/04/2024	RONDÔNIA	PIMENTA BUENO	OLEO DIESEL S10	9	RS/L	6,16	0,250	5,99	6,45	0,040
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PINDAMONHANGABA	OLEO DIESEL S10	9	RS/L	5,85	0,223	5,59	6,02	0,030
03/2024	06/04/2024	PARANÁ	PINHATIS	OLEO DIESEL S10	3	RS/L	5,95	0,292	5,59	6,39	0,050
03/2024	06/04/2024	MARANHÃO	PINHEIRO	OLEO DIESEL S10	1	RS/L	6,21	0,052	6,18	6,29	0,007
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PRAÇAÇA	OLEO DIESEL S10	13	RS/L	5,92	0,275	5,49	6,49	0,046
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PIRASSUNINGA	OLEO DIESEL S10	3	RS/L	6,05	0,231	5,79	6,19	0,033
03/2024	06/04/2024	PIAUÍ	PIRATINI	OLEO DIESEL S10	7	RS/L	6,14	0,344	5,69	6,69	0,056
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	POR	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	6,17	0,553	5,89	6,79	0,059
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	POCOES	OLEO DIESEL S10	2	RS/L	5,86	0,099	5,49	5,89	0,018
03/2024	06/04/2024	BAHIA	FOCOS DE CALDAS	OLEO DIESEL S10	10	RS/L	5,92	0,395	5,45	6,59	0,067
03/2024	06/04/2024	MINAS GERAIS	FONTE GROSSA	OLEO DIESEL S10	1	RS/L	5,89	0,000	5,69	5,89	0,000
03/2024	06/04/2024	PARANÁ	FONTE FORA	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	6,02	0,257	5,84	6,45	0,041
03/2024	06/04/2024	MATO GROSSO DO SUL	FORANGATU	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	5,79	0,235	5,59	5,99	0,027
03/2024	06/04/2024	GOIÁS	PORTO ALEGRE	OLEO DIESEL S10	16	RS/L	5,87	0,219	5,59	6,45	0,037
03/2024	06/04/2024	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	OLEO DIESEL S10	16	RS/L	5,84	0,289	5,59	6,09	0,049
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PORTO FERREIRA	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	5,82	0,171	5,59	5,89	0,030
03/2024	06/04/2024	TOCANTINS	PORTO NACIONAL	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	5,82	0,186	5,59	6,24	0,033
03/2024	06/04/2024	BAHIA	PORTO SEGURO	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	6,32	0,258	5,69	6,69	0,041
03/2024	06/04/2024	RONDÔNIA	PORTO VELHO	OLEO DIESEL S10	17	RS/L	5,82	0,118	5,69	5,99	0,020
03/2024	06/04/2024	MINAS GERAIS	POUSO ALEGRE	OLEO DIESEL S10	9	RS/L	6,28	0,229	5,79	6,59	0,037
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PRATA GRANDE	OLEO DIESEL S10	12	RS/L	5,71	0,180	5,48	5,89	0,023
03/2024	06/04/2024	MARANHÃO	PRESIDENTE DUTRA	OLEO DIESEL S10	7	RS/L	5,99	0,090	5,89	6,25	0,025
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	PRESIDENTE PRUDENTE	OLEO DIESEL S10	7	RS/L	5,77	0,345	5,57	6,35	0,060
03/2024	06/04/2024	CEARÁ	QUIXADA	OLEO DIESEL S10	20	RS/L	5,68	0,119	5,59	5,89	0,011
03/2024	06/04/2024	PERNAMBUCO	RECIFE	OLEO DIESEL S10	6	RS/L	6,09	0,169	5,89	6,34	0,022
03/2024	06/04/2024	PARÁ	REDENÇÃO	OLEO DIESEL S10	1	RS/L	6,15	0,000	6,13	6,19	0,000
03/2024	06/04/2024	RIO DE JANEIRO	RESENDE	OLEO DIESEL S10	8	RS/L	5,95	0,247	5,42	6,29	0,041
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	RIBEIRÃO PIRES	OLEO DIESEL S10	17	RS/L	5,94	0,238	5,59	6,39	0,033
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	RIBEIRÃO PRETO	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	6,01	0,379	5,67	6,65	0,063
03/2024	06/04/2024	RIO DE JANEIRO	RIO BONITO	OLEO DIESEL S10	11	RS/L	7,16	0,056	7,09	7,20	0,005
03/2024	06/04/2024	ACRE	RIO BRANCO	OLEO DIESEL S10	9	RS/L	5,87	0,352	5,49	6,49	0,060
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	RIO CLARO	OLEO DIESEL S10	45	RS/L	6,06	0,252	5,59	6,59	0,040
03/2024	06/04/2024	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	OLEO DIESEL S10	1	RS/L	6,25	0,000	6,23	6,29	0,000
03/2024	06/04/2024	RIO GRANDE DO SUL	RIO GRANDE	OLEO DIESEL S10	3	RS/L	5,80	0,155	5,59	5,89	0,021
03/2024	06/04/2024	ALAGOAS	RIO LARGO	OLEO DIESEL S10	6	RS/L	5,81	0,121	5,69	5,99	0,021
03/2024	06/04/2024	GOIÁS	RIO VERDE	OLEO DIESEL S10	1	RS/L	6,54	0,000	6,54	6,54	0,000
03/2024	06/04/2024	MATO GROSSO	RONDONÓPOLIS	OLEO DIESEL S10	1	RS/L	5,99	0,141	5,89	6,19	0,024
03/2024	06/04/2024	MINAS GERAIS	SABARA	OLEO DIESEL S10	6	RS/L	5,70	0,514	5,49	6,75	0,090
03/2024	06/04/2024	PERNAMBUCO	SALGUEIRO	OLEO DIESEL S10	5	RS/L	5,84	0,339	5,29	6,17	0,068
03/2024	06/04/2024	SÃO PAULO	SALTO	OLEO DIESEL S10	19	RS/L	5,87	0,291	5,54	6,59	0,050
03/2024	06/04/2024	BAHIA	SALVADOR	OLEO DIESEL S10	19	RS/L	5,87	0,291	5,54	6,59	0,050

EM BRANCO



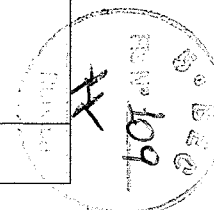
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER

MAPA COMPARATIVO DA PESQUISA DE PREÇOS

1. Em cumprimento ao que prescreve a letra “b” do § 1º, Art. 48, Lei 8.666/93 e letra “a”, inciso IV, Art. 25 e § Único do Art. 84, IG 12-02, **declaro sob as penas da lei** que realizei pesquisa de preços para aquisição de combustível (Óleo diesel S-500, Óleo diesel S-10 e Gasolina Comum). **VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO DESTACAMENTO JARU, SOB RESPONSABILIDADE DO 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, SITUADO NA AVENIDA ROGÉRIO WEBER Nº 1 – MILITAR, PORTO VELHO/RO**, obtendo os valores conforme quadro abaixo:

1.1. PESQUISA

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UN	Qtd	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)	DESCONTO MÍNIMO
1	ÓLEO DIESEL - COMUM . O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: 5º BEC, Av Rogério Weber, nº 01 Bairro militar, Porto Velho-RO .	litro	40.000	6,30	1,27%
2	Óleo Diesel S-10, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: 5º BEC, Av Rogério Weber, nº 01 Bairro militar, Porto Velho-RO .	litro	30.000	6,32	1,23%
3	GASOLINA COMUM, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: 5º BEC, Av Rogério Weber, nº 01 Bairro militar, Porto Velho-RO .	litro	40.000	6,06	1,23%
4	ÓLEO DIESEL COMUM. O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: Destacamento Jaru, localizado à Rua Tapajós 2299-2211, Setor "3" em Jaru/RO .	litro	120.000	6,30	1,27%
5	Óleo Diesel S-10, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega:	litro	215.000	6,32	1,23%



EM BRANCO

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UN	Qtd	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)	DESCONTO MÍNIMO
	Destacamento Jaru, localizado à Rua Tapajós 2299-2211, Setor "3" em Jaru/RO.				

2. METODOLOGIA UTILIZADA

2.1. Para efeito de cotação, será levado em conta o MENOR PREÇO, ou seja, o maior percentual de desconto oferecido na Tabela ANP – Agência Nacional de Petróleo, o qual tem gestão compartilhada entre Caixa e IBGE e divulga mensalmente custo e índices da construção civil, do Estado de Rondônia, município de Porto Velho.

2.2. Do valor de referência: Para obter-se o custo estimado licitado, atribui-se o valor de R\$ 1,00 (um real) a cada unidade dos itens considerados no presente Certame.

2.3. Do desconto mínimo aceito:

2.3.1. Em cumprimento às determinações da Lei do Petróleo (Lei nº 9478/1997, artigo 8º), a ANP acompanha os preços praticados por revendedores de combustíveis automotivos e de gás liquefeito de petróleo envasilhado em botijões de 13 quilos (GLP P13), por meio de uma pesquisa semanal de preços realizada por empresa contratada.

2.3.2. A tabela ANP por conter uma pesquisa semanal de preço daquela região, já se constitui no valor de referência para a aquisição dos bens, sendo assim, o valor mínimo fixado para o desconto foi atribuído 0,1%, já que não terá tanta variação de preço, uma vez que já é o preço praticado no mercado local.

2.4. Do desconto máximo aceito:

2.4.1. Fica estabelecido que a faixa aceitável de desconto para cada item deve ser de até 10%, caso o licitante ofereça valor de desconto maior que este, deverá comprovar através de planilha de custo, declaração, ou qualquer outro documento idôneo que tem condições de ofertar desconto maior que 10 %, ficando a cargo da administração a verificação da viabilidade. Não sendo viável e fundamentado nos autos do processo, a proposta não será aceita, levando a desclassificação e chamamento do próximo licitante.

2.4.2. O percentual máximo de desconto de 10% foi estipulado, pois, foi verificado na prática que os licitantes/fornecedores não conseguem ofertar, em regra, valor superior, uma vez que os próprios representantes não concedem esse desconto. Ora, se o representante do produto não consegue ofertar, em regra, desconto maior que 10%, o intermediário (licitante/fornecedor) que compra do representante não conseguirá conceder desconto maior. Contudo, como informado anteriormente, a verificação de desconto superior a 10% será aferido pelo Pregoeiro/Administração, e devidamente fundamentado, poderá ser aceito.

2.5. Quanto aos parâmetros estabelecidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SEGES/ME, nº 65, de 7 de julho de 2021, registra-se o que se segue:

2.5.1. Inciso I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

- Foi adotado para fins de levantamento do custo unitário da aquisição e assim calcular o valor da contratação.



EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE AQUISIÇÕES
ADV-SUMÁRIO

PARECER n. 00386/2024/ADV-SUMÁRIO/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU

NUP: 64043.000665/2024-85

INTERESSADOS: 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE PVH/RO

ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

EMENTA:DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO MEDIANTE O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS – **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BEM COMUM - COMBUSTÍVEL** - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021, DECRETO Nº 10.818/2021, DECRETO 11.462/2023, PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678/2021, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65/2021, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67/2021, DECRETO Nº 10.947/2022, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58/2022, PORTARIA ME Nº 7.828/2022, DECRETO Nº 11.246/2022. INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81/2022. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

I- RELATÓRIO

1.Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade a eventual aquisição de combustível (óleo diesel S10, óleo diesel comum e gasolina comum), para obra de Jarú, a cargo do 5º BEC, mediante licitação pública, na modalidade pregão pelo Sistema de Registro de Preços, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

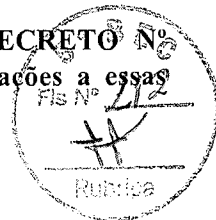
2.Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

- Termo de abertura (02);
- Justificativa para uso do SRP – I e II – corrigir a legislação (03);
- Aprovação do Termo de Referência e autorização para a licitação (05);
- Justificativa para não publicação do RP (06);
- PCA (07/08);
- Designação do OD (09/13);
- DIEx requisitório (14/16);
- Termo de Referência (17/29);
- ETP (30/38);
- Formalização da Demanda (39/42);
- Mapa Comparativo Completo (45/48);
- Mapa Comparativo de Preço e pesquisa de preços (49/57);
- Mapa de Riscos (58/62);
- Edital (63/74);
- Ata de Registro de Preço (75/78);
- Termo de Contrato (79/85);
- Certificado de atendimento do Princípio da Segregação (86/91).

É o Relatório.

RECEIVED

3. Inicialmente, cabe informar que foram revogados, a LEI Nº 8.666/93 e o DECRETO Nº 7892/2013, que regularizava a referida lei. Dessa forma, necessário seja corrigido e retirado citações a essas normas, documento fls.03 dos autos.



II - APRECIÇÃO JURÍDICA

II.1 - Finalidade e abrangência do parecer jurídico

4.A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC).

5.Com base no dispositivo legal referido, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da justaposição com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

6.De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

7.De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

8.Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

9. O processo administrativo em exame foi constituído, no âmbito do órgão, por meio físico e posteriormente reproduzida cópia (digitalizada) para inserção no Sistema Sapiens. No entanto, não consta dos autos justificativa para o órgão não ter adotado o processo na forma eletrônica, de acordo com o art. 12, VI da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 8.539/2015, este último que trata da validade dos documentos produzidos em forma eletrônica, bem como o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. **Nesse sentido, recomenda-se correção.**

II.2 - Limites e instâncias de governança

10. O Decreto nº 10.193/2019, que, dentre outras coisas, estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens no âmbito do Poder Executivo federal, dispõe, em seu art. 3º, sobre as regras de competência para a celebração ou prorrogação de contratos.

11. As normas complementares ao citado decreto, estão atualmente previstas na Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, incumbindo ao órgão contratante ficar atento à vigência e eventual novo diploma que sobrevenha.

EM BRANCO

12. No presente caso, o valor da contratação é de R\$-5.247.300,00 (Cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil e trezentos reais). O órgão assessorado declara que os bens a serem licitados, não se enquadram no conceito de Atividade de Custeio, conforme declaração às fls.05 dos autos.

13. Por sua vez, o Ordenador de Despesas autorizou a contratação, na modalidade de Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços, a fim de atender ao disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019 (fls. 05).

14. Reiteramos que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática.

II.4 - Avaliação de conformidade legal

15. Um instrumento importante para auxiliar a checagem desse alinhamento é a lista de verificação elaborada pela Advocacia-Geral da União, disponível no endereço <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/listas-de-verificacao>.

15.1 No caso vertente não foi localizada a avaliação de conformidade legal com base nos elementos acima descritos, solicitamos providenciar e anexar os autos.

II.5 - Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade

16. As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

17. No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

18. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomenda-se utilizar o CATMAT Sustentável que permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

19. É obrigação do gestor público, antes de encaminhar o processo administrativo para parecer jurídico, a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais e infralegais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU), citado como exemplo de boa prática administrativa pelo TCU no Acórdão 1056/2017-Plenário.

20. Em síntese, deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições: a) definir e inserir os critérios sustentáveis que incidam diretamente no objeto da contratação como especificação técnica, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial e; b) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

21. Acresça-se que é obrigação do gestor público, antes do encaminhamento do processo administrativo para parecer jurídico, a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o qual já foi citado como exemplo de boa prática administrativa pelo Tribunal de Contas da União, conforme acórdão 1056/2017-Plenário.

22. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos legalmente impostos, desde que observados os demais princípios licitatórios.

THE
NEW
YORK
LIBRARY
OF THE
MUSEUM OF
ARTS AND
DESIGN



23. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial
- b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e,
- c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

24. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

25. Neste sentido, o PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pela Consultoria-Geral da União:

I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;

II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;

III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

26. Estabelecidas estas orientações introdutórias, imprescindíveis para compreensão da amplitude do tema, segue-se detalhamento no tocante às providências em relação ao desenvolvimento sustentável no Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

II.6 - Planejamento da contratação

27. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no art. 18, a seguir transcrito:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

EM BRANCO

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta

Lei.

(grifou-se)

28. Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021), conforme detalhamentos abaixo. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Contrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

29. Alguns dos elementos serão abaixo examinados.

II.6.1. Documento de Formalização da Demanda

30. O Documento de Formalização da Demanda – DFD é procedimento obrigatório para o início dos trabalhos pertinentes ao início da fase interna da licitação, conforme se extrai do inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021. A regra é que referido documento já tenha sido elaborado para fins do Plano de Contratação Anual – PCA. No entanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Dessa forma, tem-se que os documentos que instruem o processo devem atender aos requisitos próprios para a oficialização da demanda.

31. O órgão assessorado providenciou o Documento de Oficialização da Demanda, fls.39//42, porém necessita ser aprovado pelo Ordenador de Despesas.

II.6.2. Estudo Técnico Preliminar – ETP

32. O inciso I do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, dispõe sobre a descrição da necessidade da contratação fundamentada no estudo técnico preliminar (ETP), este que, conforme conceituação do inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, trata-se do documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

33. Os elementos do ETP estão previstos no §1º do art. 18, da Lei nº 14.133/2021 e também no art. 9º da IN SEGES/ME nº 58/2022, sendo que, do rol ali referido, são obrigatórios os elementos citados no §2º do art. 18 e no §1º do art. 9º, da Lei e da IN, respectivamente. Quanto aos demais elementos (facultativos), sempre que ausentes, devem ser justificados.

34. É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas. No tocante ao inciso XII, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

EM BRANCO

35. O ETP deve ser elaborado de forma digital (art. 4º da IN SEGES/ME nº 58/2022) e deve estar alinhado com o Plano de Contratações Anual (regulado pelo Decreto nº 10.947/2022, ressalvadas as hipóteses de dispensa ali previstas) e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08/08/2022.

36. No tocante ao inciso XII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e inciso XII do art. 9º da IN SEGES/ME nº 58/2022, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

37. No presente caso, o Órgão Assessorado, providenciou os Estudos Técnicos Preliminares com base na Lei nº 14.133/2021, fls.30/38, porém não observou as novas orientações da Instrução Normativa nº 58, de 08/08/2022, devendo conter as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, dessa forma satisfazendo as exigências legais. Após o atendimento do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, o documento deverá ser firmado pela Equipe de Planejamento da Contratação, devidamente designada e publicada e somente assim, deverá ser APROVADA PELO ORDENADOR DE DESPESAS OU AUTORIDADE COMPETENTE. Necessário seja observado:

-Levantamento de Mercado - Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atender-las. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

38. O artigo 9º, III, “a” à “d” da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 indica algumas opções para realizar essa busca e o art. 12 estabelece que “os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração.”

38.1 Já o art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei.

38.2 Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

II.6.4. Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços

39. Uma vez definido o objeto licitatório, a Administração deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio daquela solução escolhida. Evidentemente, a própria escolha da solução pode ter sido influenciada por esse dimensionamento, mas naquele momento os cálculos podem ter sido efetuados de maneira aproximada, apenas para subsidiar a decisão entre as opções disponíveis.

40. Nessa etapa, entretanto, a definição do aspecto quantitativo demanda pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades. Isso é especialmente importante de ser registrado nos autos por ser um ponto objetivo, de maior verificação e consequentes questionamentos, que se tornam mais difíceis de responder à medida que o tempo transcorre, quando a memória e a documentação correspondente podem estar menos acessíveis.

41. Vale destacar que a adoção do Sistema de Registro de Preços, embora possível nas situações em que há dificuldade para a definição prévia do quantitativo previsto, não legitima a indicação de quantidades irreais e sem qualquer respaldo com a realidade do órgão. Bom frisar que o artigo 82 da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 15 do Decreto federal nº 11.462/2023 destacam a necessidade, via de regra, de indicação da quantidade máxima (de cada item) a ser contratada.

01/10/2000

42. Nesse sentido, o art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe que o planejamento de compras considere a expectativa de consumo anual, devendo tal regra ser observada no caso concreto, admitindo-se o fornecimento contínuo conforme inciso III do citado dispositivo.

43. Nesse contexto, impõe-se que o órgão observe o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, onde é estabelecida a necessidade de compatibilidade com valores praticados no mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observada a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, sendo que, para compras, devem ser considerados os parâmetros previstos em seu §1º.

44. O órgão também deve observar a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que regulamenta o §1º do art. 23 referido. Destaca-se da IN nº 65/2021 o seguinte:

- Art. 3º - Pesquisa materializada em documento contendo as exigências mínimas ali definidas;
- Art. 5º - Parâmetros de pesquisa, com limitação temporal para validade e priorização dos parâmetros dos incisos I e II (painel para consulta de preços do PNCP e contratações similares, respectivamente), salvo justificativa acostada aos autos;
- Art. 6º - Metodologia a ser adotada na obtenção do preço estimado - média, mediana ou o menor dos valores, a partir de um conjunto mínimo de 03 (três) preços, salvo justificativa aprovada pela autoridade competente, desconsiderando os inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. No seu § 4º, consta que "Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados".

45. Compulsando os autos, vê-se que o órgão promoveu pesquisa junto à Agência Nacional do Petróleo - ANP, apurando os preços médios dos combustíveis e GLP que serão licitados. Tal apuração foi considerada como valor de referência no Termo de Referência, especificamente no campo destinado à tabela da ANP.

45.1 No entanto, não obstante a prospecção de preço junto ao Sistema de Levantamento de Preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP) em busca do valor médio estimado do combustível (base de cálculo igual para todos os licitantes), observa-se que o objetivo do Órgão é, na verdade, apurar um desconto que, na execução contratual, será aplicado sobre os valores das tabelas da Agência Nacional do Petróleo - ANP.

45.2 Nesse sentido, o órgão deverá realizar pesquisa relacionada ao percentual de desconto a ser considerado como o mínimo aceitável. Com efeito, evidentemente, para que se apure a aceitabilidade das propostas ofertadas na licitação em análise, é preciso que se defina o valor de referência ou máximo aceitável, o qual, naturalmente, no caso, resultará da aplicação do percentual de desconto pesquisado sobre a base de cálculo estabelecida (valor da tabela da ANP).

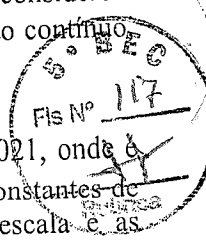
45.3 Calha ser alertado, que após a obtenção do percentual de desconto estimado apurado na pesquisa de mercado (média, mediana e menor preço), deve ser inserido na tabela do subitem 1.1 do Termo de Referência uma coluna contendo o percentual mínimo aceitável, assim como deve ser mantido na mesma tabela a coluna contendo os valores de referência concernentes à tabela ANP nas regiões sobre a qual irão ser aplicados os descontos ofertados no certame, conforme exige o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, abaixo transcrito:

Art. 24.

(...)

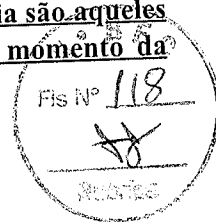
Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

45.4 Sendo assim, entende-se que a instrução do feito deve ser corrigida, de modo que o órgão junte aos autos a pesquisa de mercado que resultara na apuração do percentual de desconto a ser indicado na coluna a ser inserida na tabela do subitem 1.1 do Termo de Referência, como o mínimo aceitável.



RECEIVED
JAN 10 1964
U.S. AIR FORCE
OFFICE OF THE
SECRETARY
WASHINGTON, D.C.

45.5 Alerte-se, a propósito, que os valores das tabelas a serem utilizados como referência são aqueles que serão adotados para o certame, ou seja, para fins de aplicação dos percentuais ofertados no momento da disputa.



II.6.5. Termo de Referência

46. O termo de referência (TR), elaborado com base no ETP, deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2022, e, em se tratando de compras, deve conter também as informações do §1º do art. 40 do mesmo diploma legal. Ademais, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25/11/2022, que regulamenta a elaboração do referido documento, estabelece o conteúdo necessário (art. 9º), devendo, a Administração, cuidar para que as exigências dos dispositivos referidos sejam atendidas no caso concreto.

47. O TR deve ser elaborado no formato digital (art. 4º da IN n. 81) e deve estar alinhado com o Plano de Contratações Anual (regulado pelo Decreto nº 10.947/2022, ressalvadas as hipóteses de dispensa ali previstas) e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, nos termos do art. 7º da IN SEGES/ME nº 81, de 25/11/2022. De acordo com o art. 8º da IN SEGES/ME nº 81/2022, o TR deverá ser elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

48. Na presente demanda, o instrumento colacionado foi elaborado a partir do ETP. Além disso, o instrumento reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos normativos referidos, inclusive, no que toca aos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU. Cabe ressaltar que foi utilizado o modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União, contendo os elementos indispensáveis na forma padronizada (inciso IV do art. 19 e §1º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021), tendo sido destacadas as alterações efetuadas, as quais estão de acordo com o ordenamento jurídico.

49. Diante de todo o exposto, e apesar dos aspectos técnicos envolvidos no documento, cuja avaliação cabe ao próprio órgão assessorado, **entende-se que o TR, sob o ponto de vista formal e jurídico, necessita de ponderações.**

49.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO - Quanto às especificações do produto, importa frisar que a respectiva análise técnica também não faz parte das atribuições deste órgão jurídico. Contudo, impõe-se relembrar a importância de o Órgão Consulente se assegurar de que os preços que serão coletados devem por base as mesmas especificações do objeto, a fim de evitar distorções na pesquisa, desde que não seja direcionada a uma determinada marca, características ou especificações exclusivas, admitindo-a, excepcionalmente, nas hipóteses em que haja justificativa técnica no processo.

49.2 Calha ser lembrado sobre a necessidade de o órgão observar as orientações relativas à pesquisa de preços, em especial acerca do percentual de desconto mínimo aceitável **a ser apurado na pesquisa de mercado, o qual deverá ser inserido em coluna específica na tabela do subitem do Termo de Referência, o qual incidirá nos valores de referência concernentes às tabelas da ANP.**

49.3 O desconto mínimo inicial **deve ser inserido somente após a obtenção do percentual de desconto estimado apurado na pesquisa de mercado a ser realizada.**

49.4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Sustentabilidade - Conforme já alertado no tópico próprio deste parecer, cabe ao órgão, na fase do planejamento, analisar a incidência de requisitos de sustentabilidade, eventualmente aplicáveis ao objeto a ser contratado.

49.5 Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) **definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial;**
- b) **verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e,**
- c) **verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.**

49.6 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - Em face do que estabelece o inciso II e §3º do artigo 7º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022, faz-se necessário que o

EMBRACO

prazo seja de 10 (dez) dias úteis.

49.7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO - Recomenda-se que no âmbito da **Qualificação Técnica**, seja averiguado a pertinência da inserção do seguinte regramento adicional:

- *Comprovação de registro da empresa na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, pertinente à atividade específica, ou seja, distribuidor ou revendedor, dentro de seu prazo de validade.*

II.6.6. Sistema de Registro de Preços – SRP

50. O Sistema de Registro de Preços (SRP) está definido no inciso XLV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021. A condição de procedimento auxiliar está prevista no inciso IV do art. 78 da mesma Lei, cujo disciplinamento encontra lastro nos arts. 82 a 86, também do mesmo diploma legal.

51. O SRP foi regulamentado pelo Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que, em seu art. 3º, previu as hipóteses de cabimento, cujo rol é exemplificativo, comportando outras hipóteses além das previstas nos seus cinco incisos.

52. No caso dos autos, observa-se que o órgão assessorado adotou o procedimento do SRP, com base nas hipóteses dos incisos I e II, do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023 (fls.03). **Também lembramos ao Órgão Assessorado que o Decreto nº 7892/2013, foi revogado juntamente com a Lei nº 8.666/93, devendo assim, ser retirado citações ao mesmo nos atuais processos.**

II.6.6.1. Intenção de Registro de Preços – IRP

53. De acordo com o art. 86 da Lei nº 14.133/2021, o órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

54. A IRP foi regulamentada pelo Decreto nº 11.462/2023, em seu art. 9º, tendo sido estabelecido, no §2º, que o procedimento poderá ser dispensado quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

55. No caso dos autos, o órgão anexou a publicação do Quadro de IRP, às fls.42/42v, onde constam manifestações de órgãos interessados em participar da presente licitação.

56. Vale destacar que, conforme o art. 10 do decreto referido, os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º, antes de iniciar processo licitatório ou a contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação, sendo que essa deliberação deverá constar nos autos do processo de contratação.

57. Não consta dos autos que o órgão tenha consultado a existência de IRPs em andamento devendo, portanto, ser adotada medida corretiva concernente à consulta e deliberação a respeito da conveniência de sua participação.

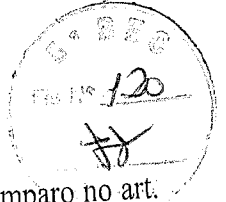
58. Quanto à participação de outros órgãos ou entidades, decorrentes do procedimento de IRP, destaca-se que cabe ao órgão gerenciador se assegurar de que todas as formalidades atinentes à participação sejam cumpridas, conforme disposto nos artigos 7º e 8º do Decreto 11.462/2023.

59. A propósito, deve-se observar a vedação à participação de outro órgão ou entidade, nas hipóteses de contratação sem a indicação do total a ser adquirido, conforme previsto no art. 4º, caput e parágrafo único do referido decreto.

EN BRANCO

60. No caso, não detectamos manifestação do Gestor, acerca das solicitações de órgãos

participantes.



II.6.7. Minuta do Edital

61. A confecção do edital, como elemento da fase preparatória do processo licitatório, tem amparo no art. 18, V da Lei nº 14.133/2021. Os requisitos a serem observados estão previstos no seu art. 25. E a adoção de minutas padronizadas está prevista no §1º desse último dispositivo.

62. É preciso lembrar que o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, exige que a fase preparatória seja instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como: 1 - justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto; 2 - justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira; 3 - justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e 4 - justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.

63. No caso dos autos, a minuta de edital juntada ao processo segue o modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União, e, de forma geral, reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos dispositivos acima referidos, tendo sido destacadas as alterações efetuadas, as quais estão de acordo com o ordenamento jurídico. De outra banda, o instrumento convocatório foi destinado à participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, os valores foram estimados em valores inferiores à R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

64. Apesar disso, são necessárias as correções e aprimoramentos abaixo indicados:

-DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES - Faz-se necessário que o desconto mínimo inicial previsto, seja inserido somente após a obtenção do percentual de desconto estimado apurado na pesquisa de mercado a ser realizada pelo órgão consulente.

II.6.8. Minuta da Ata de Registro de Preços

65. O certame para o registro de preços produz um documento vinculativo, de natureza obrigacional, denominado ata de registro de preços, que estabelece compromisso relacionado à futura contratação, conforme inciso XLVI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021 e inciso II do art. 2º do Decreto nº 11.462/2023. Este último instrumento define regras de formalização da ata, que devem estar em conformidade com a minuta do edital e do termo de referência. Destaca-se que o prazo de vigência da ata, nos termos do art. 22 do decreto, é de 1 (hum) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço antajoso.

66. No caso dos autos, observa-se que foi colacionada a minuta de ata, embora tenha sido confeccionada com base no modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União, (inciso IV do art. 19 e §1º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021), apresenta falha de conteúdo, merecendo as seguintes correções:

66.1 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS - Nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o edital deverá dispor sobre a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida (inciso I) e a quantidade mínima a ser cotada de unidade de bens (inciso II). A mesma disciplina consta do art. 15 do Decreto nº 11.462/2023.

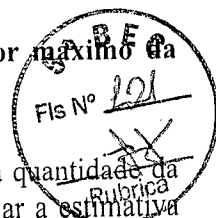
66.2 A exigência da indicação do total a ser adquirido, no entanto, pode ser afastada nas hipóteses elencadas no §3º do art. 82 supracitado, in verbis:

- I - quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou a entidade não tiver registro de demandas anteriores;
- II - no caso de alimento perecível; ou
- III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

66.3 Deve-se atentar para o disposto no §4º do art. 82:

EM BRANCO

§4º Nas situações referidas no §3º deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.



66.4 É importante anotar que muitas vezes o preço do produto pode variar em função da quantidade da aquisição, como ocorre na economia de escala. Desta forma, fica evidenciada a essencialidade de se fixar a estimativa adequada para propiciar a apresentação de propostas/lances coerentes, visando ao êxito do certame com resultados verossímeis, inclusive no que diz respeito às quantidades mínimas de aquisição.

66.5 No caso dos autos, não obstante o modelo padronizado da ata de registro de preços disponha de campo específico para preenchimento pelo órgão assessorado, nota-se que as informações pertinentes (quantitativos mínimos e máximo) não foram incluídas, motivo pelo qual se orienta correção, a fim de que sejam disponibilizadas e conhecidas previamente pelos licitantes.

II – Minuta do Contrato

67. O artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, trata dos requisitos a serem observados na elaboração da minuta do contrato, sendo que o artigo 25, em seu §1º, expressamente autoriza a utilização de minuta padronizada, nas situações em que o objeto assim permitir.

68. No caso dos autos, a minuta do contrato que foi juntada ao processo segue o modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União, e, de forma geral, reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos dispositivos acima referidos, tendo sido destacadas as alterações efetuadas, as quais estão de acordo com o ordenamento jurídico.

Designação de Agentes Públicos

69. O art. 7º da Lei nº 14.133/2021, trata da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, estabelecendo em seus incisos os requisitos a serem observados. O § 1º do referido artigo, enuncia que a autoridade deverá observar o princípio da segregação de funções, **vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos**, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação. O art. 9º da Lei nº 14.133/2021, também apresenta algumas limitações a serem observadas no caso concreto.

70. O Decreto nº 11.246/2022, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, as quais devem ser observadas. O artigo 12 do referido decreto trata de forma mais aprofundada sobre o **princípio da segregação de funções**, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

71. Por fim, convém observar que o artigo 29 do Decreto nº 11.246/2022 faz alusão à possibilidade de edição de normas internas a serem observadas pelos agentes públicos que atuam em licitações e contratos, as quais, acaso existentes, impõem à **Administração o cuidado para que sejam observadas na tramitação processual**.

72. No caso concreto, verifica-se que o pregoeiro e a respectiva equipe e apoio foram designados. **Contudo, como não houve manifestação a respeito, orienta-se no sentido de que o órgão se assegure e consigne que foram atendidas todas as regras elencadas nos dispositivos citados.**

II.6.9. Publicidade do edital e do Termo de Contrato

73. É obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos, incluído o termo de contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133/2021. Enfatiza-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no referido Portal (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021. **Nesse sentido, o órgão deve estar atento.**

EP BRANCO



III – CONSIDERAÇÕES GERAIS

III.1 – Dotação orçamentária

74. Em se tratando de licitação para Registro de Preços, quando da efetiva contratação, o órgão deverá documentar os autos com a indicação da dotação orçamentária respectiva (art. 17 do Decreto nº 11.462/2023), **atentando para as competências delegadas em face do Decreto nº 10.193/2019, quando for o caso.**

75. Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

III.2 - Dever de observância às prescrições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD

76. A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

77. As contratações públicas não devem ficar à margem da temática da proteção de dados, alçada à categoria de direito fundamental pela EC nº 115, de 2022. Frente a tal constatação, a Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos - CNMLC/DECOR/CGU, emitiu o PARECER n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO n. 00397/2022/GAB/CGU/AGU.

78. Nessa esteira, **recomenda-se ao órgão assessorado que não inclua nos instrumentos de contratação números de documentos pessoais, limitando-se a informar, no preâmbulo do ajuste, o nome do contratado.**

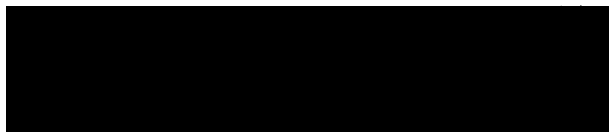
IV - CONCLUSÃO

79. Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, **desde que cumpridos os pontos grifados neste parecer.**

80. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999), e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, **será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica, nos termos do Enunciado BPC nº 5, da AGU.**

É o PARECER.

Curitiba, 01 de abril de 2024.



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64043000665202485 e da chave de acesso 8e5a69be

EM BRANCO



Documento assinado eletronicamente por [REDACTED], com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1454905743 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): [REDACTED] com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 01-04-2024 15:58. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE AQUISIÇÕES
COORDENAÇÃO

DESPACHO n. 00025/2024/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU

NUP: 64043.000665/2024-85

INTERESSADOS: 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DE PVH/RO

ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

1. Trata-se de Despacho do Exmo. Consultor Jurídico da União no Estado de Rondônia que, atendendo a pedido do órgão consulente (5º Batalhão de Engenharia de Construção), solicita agilidade na análise jurídica desta E-CJU/Aquisições.
2. O processo foi recebido e distribuído no dia 23/02/2024 para a Dra Cristiana Branco.
3. Esta Coordenação possui como diretriz redistribuir processos em atraso apenas quando a demora atinge 30 dias, salvo circunstâncias especiais.
4. No entanto, desde que chegou a esta E-CJU/Aquisições, a Dra Cristiana Branco não concluiu NENHUM processo, tendo esta coordenação redistribuído todos os processos e informado oficialmente a Consultoria-Geral da União desses fatos, por meio do NUP **00688.000927/2022-81**.
5. Por entender que a cobrança do diligente Consultor Jurídico da União do Estado de Rondônia configura situação excepcional, bem como diante da reiterada conduta da Dra Cristiana Branco, determino a imediata redistribuição do presente processo, ao tempo que, mais uma vez, comunicarei ao Departamento de Gestão e Administração, bem como ao Subconsultor-Geral da União de Políticas Públicas do ocorrido para providências.

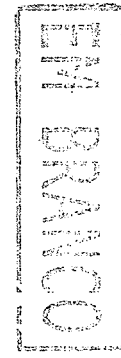
João Pessoa, 15 de março de 2024.



ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR DA CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE AQUISIÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64043000665202485 e da chave de acesso 8e5a69be

Documento assinado eletronicamente por [assinado] com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1440093759 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 15-03-2024 11:29. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER)**

**JUSTIFICATIVA QUANTO A NÃO TRAMITAÇÃO DO PROCESSO NA FORMA
ELETRÔNICA**

Certifico que essa UASG, NÃO adota tramitação do processo na forma eletrônica. Sendo adotada a Gestão de documentos realizada no Exército Brasileiro através do SPED que atende de forma eficaz a tramitação do grande fluxo de documentações de forma segura, rápida e padronizada. Nesse cenário podemos afirmar que o SPED é de vital importância pois contribui de maneira eficaz para garantir a segurança e controle na tramitação dos documentos necessitando apenas proceder com algumas melhorias no seu uso. O SPED contempla o controle de protocolo e a elaboração de documentos das Organizações Militares do Exército Brasileiro, oferecendo maior organização dos documentos, padronização e controle do trâmite interno dos documentos, para cada OM em que a solução for utilizada. Por meio da Portaria nº 790, de 28 de dezembro de 2011, o Comandante do Exército resolveu adotar o SPED como o único sistema de protocolo eletrônico de documentos em uso no EB.

Porto Velho-RO, 15 de abril de 2024.

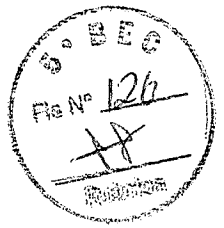


[Assinatura manuscrita]

— Ten Cel

Ordenador de Despesas – 5º BEC

EM BRANCO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER)**

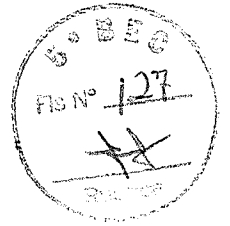
CERTIFICADO AO ATENDIMENTO DO PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO

Certifico que foi atendido ao princípio da segregação de funções, no quais foram designando, conforme publicações de designações dos agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução do processo, atendendo ao que normatiza o Art. 7º, §1º, da Lei 14133/21. Art. 12 do Decreto 11246/22.

Porto Velho-RO, 15 de abril de 2024.


 - Ten Cel
Ordenador de Despesas – 5º BEC

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER)

JUSTIFICATIVA PARA USO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O procedimento licitatório deverá transcorrer no Sistema de Registro de Preços regulado pelo Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em observância dos art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Pelas características do material a ser adquirido, há necessidade de aquisições frequentes e a aquisição dos bens tem como previsão entregas parceladas, em **conformidade com o inciso I e II, do artigo 3º do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.**

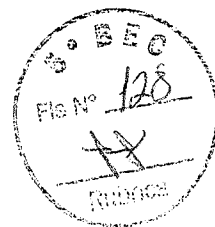
Porto Velho-RO, 20 de fevereiro de 2024.


 R – Ten Cel
Ordenador de Despesas – 5º BEC

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER



CERTIFICADO DE CONTINUIDADE DO PROCESSO

1. Em atenção às ressalvas constantes no **PARECER n. 00386/2024/ADV-SUMÁRIO/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU**, de Curitiba, 01 de abril de 2024., referente ao Processo SRP 90005/2024 que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS – EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BEM COMUM – COMBUSTÍVEL para atender as necessidades do Destacamento de Jaru-Ro, foram tomadas as seguintes providências:

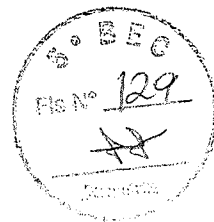
Nº Item	Item do Parecer da AGU	Responsável	Providências
1	03	SALC	Foi acatado o e retirado à citação quanto a LEI Nº 8.666/93 e o DECRETO Nº 7892/2013, que regularizava a referida lei.
2	09	SALC	Foi elaborado justificativa para o órgão não ter adotado o processo na forma eletrônica, de acordo com o art. 12, VI da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 8.539/2015.
3	12/13	SALC	No presente caso, após análise do setor requisitante o valor da contratação foi reduzido para R\$ 2.798.800,00 (dois milhões setecentos e noventa e oito mil reais). Por sua vez, autorizo a contratação, na modalidade de Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços, a fim de atender ao disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019 (fls. 05).
4	15.1	SALC	Foi juntado ao processo a Lista de Verificação páginas 88 a 91.
5	31	Setor requisitante	Foi elaborado documento que aprova o Documento de Oficialização da Demanda, assinado pelo Ordenador de Despesas.
6	37	Setor requisitante	O setor requisitante reavaliou os documentos em questão observando as novas orientações da Instrução Normativa nº 58, de 08/08/2022, levando para aprovação da autoridade competente.
07	45	Setor requisitante	Foi realizado apurações junto ao Sistema de Levantamento de Preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP) em busca do valor médio estimado do combustível (base de cálculo igual para todos os licitantes) e conseqüentemente foi apurado o desconto que, na execução contratual, será aplicado sobre os valores das tabelas da Agência Nacional do Petróleo – ANP.
08	45.4 / 45.6	Setor requisitante	
09	49.3	Setor requisitante	
10	56	SALC	
11	64	SALC	
	66.5	SALC	Foi incluído os (quantitativos mínimos e máximo) na ATA de Registro de Preços, conforme o recomendado.

12	72	SALC	Foi assegurado o princípio da segregação de funções conforme documento inserido no processo datado de 15 de abril de 2024
13	78	SALC	Foram retirado dos autos os números de documentos pessoais dos servidores, limitando-se a informar, no preâmbulo do ajuste, o nome do contratado, conforme o recomendado.

Quartel em Porto Velho-RO, 15 de abril de 2024.

2. Diante do exposto, sou de parecer que as providências tomadas pela Administração atenderam as ressalvas e que o processo encontra-se corrigido e dessa forma **AUTORIZO** o prosseguimento do certame licitatório.

 – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 5º Batalhão de Engenharia de Construção



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: [REDACTED]
Razão Social: TRR PATRAO DIESEL LTDA
Nome Fantasia: TRR PATRAO DIESEL LTDA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 31/05/2024
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	16/06/2024	Automática
FGTS	Validade:	16/05/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	04/05/2024	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	10/08/2022 (*)
Receita Municipal	Validade:	08/06/2022 (*)

EM BRANCO



A
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90005/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 64043.000665/2024-85
DATA DA ABERTURA: 30/04/2024

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (DIESEL COMUM, DIESEL S10), VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES 5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.

A EMPRESA **TRR PATRAO DIESEL LTDA**, INSCRITA NO CNPJ Nº. [REDACTED] SITUADA A RUA ORESTES MATANA, 490, SETOR 681 QUADRA 81 A LOTE 17, DISTRITO INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE JI-PARANA/RO, POR INTERMÉDIO DE SEU SÓCIO PROPRIETÁRIO SR. FRANCISCO VAREA DOMINGUES NETO, INSCRITO NO CPF [REDACTED] DEC/RO. abaixo assinada, propõe ao 5º Batalhão de Engenharia de Construção, os valores abaixo, referente à aquisição a aquisição de combustíveis para atender as necessidades do Destacamento Jaru sob responsabilidade do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, conforme características mencionadas no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I, DECLARANDO AINDA, sob as penas da Lei, ter pleno conhecimento da legislação concernente às licitações no âmbito do Exército Brasileiro e o teor do Edital do referido Pregão, subordinando-se ao contido no mesmo, cujos dispositivos reconhece, para todos os efeitos, terem caráter contratual.

TRR
PATRAO
DIESEL
LTDA:41
414499
000160

Assinado de
forma digital
por TRR
PATRAO
DIESEL
LTDA:4141449
9000160
Dados:
2024.04.30
11:14:29
-04'00'

efeitos, terem caráter contratual.

PROPOSTA									
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	ENTREGA	VLR UNIT	DESCONTO (%)	VALOR	VALOR TOTAL	MARCA



				MINIMA			C/DESCONTO		
01	ÓLEO DIESEL COMUM - O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de Entrega: Av. Rogério Weber, nº 1, Bairro Militar, Porto Velho.	LITROS	40.000	5.000	R\$ 6,30	1,28	R\$ 6,21	R\$ 248.400,00	EQUADOR
02	ÓLEO DIESEL S-10 - conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de Entrega: Av. Rogério Weber, nº1, Bairro Militar, Porto Velho.	LITROS	30.000	5.000	R\$ 6,32	1,25	R\$ 6,24	R\$ 187.200,00	EQUADOR
04	ÓLEO DIESEL COMUM - O Diesel apresenta-se em óleo forma líquido amarelado viscoso, límpido, pouco volátil, cheiro forte e marcante e com nível de toxidade mediano, conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega: Destacamento Jaru, Rua Tapajós, 2299-2211, Setor 3, Jaru-RO.	LITROS	120.000	5.000	R\$ 6,30	1,28	R\$ 6,21	R\$ 745.200,00	EQUADOR
05	ÓLEO DIESEL S-10 - conforme normas regulamentadas pela ANP. Local de entrega:	LITROS	215.000	5.000	R\$ 6,32	1,25	R\$ 6,24	R\$ 1.341.600,00	EQUADOR



	Destacamento Jaru, Rua Tapajós, 2299-2211, Setor 3, Jaru-RO.								
VALOR TOTAL: 2.522.400,00 (DOIS MILHÕES QUINHENTOS E VINTE E DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)									

Prazo de validade da Proposta: 90 dias.

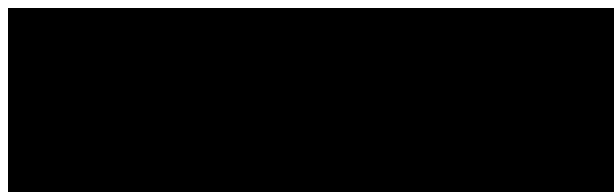
Prazo para entrega ou execução dos serviços: CONFORME TERMO DE REFERENCIA

Declaro que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

CONTATO:

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos na formada lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Ji-Paraná-RO, 29 de de abril de 2024.



EM BRANCO



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: [REDACTED]
Razão Social: TRR PATRAO DIESEL LTDA
Nome Fantasia: TRR PATRAO DIESEL LTDA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 31/05/2024

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Demais
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 400.000,00 Data de Abertura da Empresa: 31/03/2021
CNAE Primário: [REDACTED] - COMÉRCIO ATACADISTA DE COMBUSTÍVEIS REALIZADO POR TRANSPORTADOR RETALHISTA (TRR)

CNAE Secundário 1: 4930-2/03 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS

Dados para Contato

CEP: 76.904-515
Endereço: RUA ORESTES MATANA, 490 - SETOR 681 QUADRA81A LOTE 17 -
Município / UF: Ji-Paraná / Rondônia
Telefone: (69) 34217162
E-mail: ESCRITORIO@LIDERAASSESSORIACONTABIL.COM.BR

Dados do Responsável Legal

CPF: [REDACTED]
Nome: [REDACTED]

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: [REDACTED]
Nome: [REDACTED]
E-mail: [REDACTED]

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: [REDACTED] Participação Societária: 99,00%
Nome: [REDACTED]
Número do Documento: 1171535 Órgão Expedidor: SEDESC
Data de Expedição: 15/02/2016 Data de Nascimento: 03/04/2001
Filiação Materna: [REDACTED]
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: [REDACTED]
Endereço: RUA PRIMEIRO DE MAIO, 703 - DOM BOSCO
Município / UF: Ji-Paraná / Rondônia
Telefone: (00) 00000000
E-mail: [REDACTED]

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: [REDACTED] Participação Societária: 1,00%
Nome: [REDACTED]
Número do Documento: 788788 Órgão Expedidor: SEDESC
Data de Expedição: 15/02/2016 Data de Nascimento: 03/11/1980
Filiação Materna: [REDACTED]
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: [REDACTED]
Nome: ADALTON PEREZ VAREA
Carteira de Identidade: [REDACTED] Órgão Expedidor: sesp ro
Data de Expedição: 15/02/2016

CEP: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED]
Município / UF: [REDACTED]
Telefone: [REDACTED]
E-mail: [REDACTED]

Linhas Fornecimento

Serviços

12831 - Transporte Rodoviário - Combustível / Lubrificante



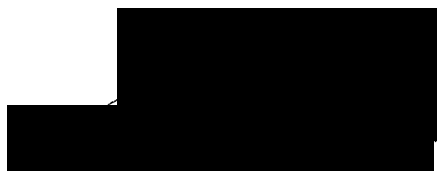
**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO CORONEL CARLOS ALOYSIO WEBER**



TERMO DE ENCERRAMENTO

ENCERRO, nesta data, o único volume dos autos do processo Administrativo nº **64043.000665/2024-85**, que tem como assunto o Pregão Eletrônico nº **05/2024**, do tipo Menor preço Unitário por Item, para aquisição de combustíveis para obra de Jarú, que se encerra nesta folha nº 133

Quartel em Porto Velho-RO, 13 de Maio 2024 .



Sd NB

Auxiliar da SALC do 5º BEC

EM BRANCO